



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ - REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

CARMELITA DO NASCIMENTO MATEUS

**POLÍTICA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADOLESCENTES: UMA
ANÁLISE ATRAVÉS DAS PERCEPÇÕES DE JOVENS INSTITUCIONALIZADOS
SOBRE O VIVER EM ABRIGO**

FORTALEZA

2018

CARMELITA DO NASCIMENTO MATEUS

POLÍTICA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADOLESCENTES: UMA
ANÁLISE ATRAVÉS DAS PERCEPÇÕES DE JOVENS INSTITUCIONALIZADOS
SOBRE O VIVER EM ABRIGO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Desenho de políticas Públicas e Avanços Sociais

Orientadora: Profa. Dra. Roselane Gomes Bezerra

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M377p Mateus, Carmelita do Nascimento.
Política de acolhimento institucional para adolescentes: : uma análise através das percepções de jovens institucionalizados sobre o viver em abrigo / Carmelita do Nascimento Mateus. – 2018.
106 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Roselane Gomes Bezerra.

1. Juventude. 2. Institucionalização. 3. Famílias . 4. Abrigo. I. Título.

CDD 320.6

CARMELITA DO NASCIMENTO MATEUS

**POLÍTICA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADOLESCENTES: UMA
ANÁLISE ATRAVÉS DAS PERCEPÇÕES DE JOVENS INSTITUCIONALIZADOS
SOBRE O VIVER EM ABRIGO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Desenho de políticas Públicas e Avanços Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Roselane Gomes Bezerra

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Roselane Gomes Bezerra (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Isaurora Cláudia Martins de Freitas
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

Profa. Dra. Camila Holanda Marinho
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

À Cléo, glória dos meus dias. Nela, a todas as crianças, adolescentes e jovens. A todos os que, teimosos como eu, ainda alimentam sonhos, ainda creem no bem e na verdade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao Senhor, que por tantos caminhos me levou durante esta pesquisa, e com tantos anjos e pequenos milagres me acudiu e me provou que é sempre possível renascer.

Agradeço à minha turma de mestrado, a 8ª turma do MAPP, onde encontrei mais que colegas, verdadeiros companheiros de caminhada, que tanto me auxiliaram, cuidaram e protegeram durante a gestação de minha filha que ocorreu junto com as disciplinas.

Da mesma maneira aos queridos professores, ao Coordenador do Curso Prof. Carlos Américo, e toda a equipe do MAPP, pelo apoio e o carinho de sempre.

À minha querida Professora e Orientadora Roselane Gomes Bezerra, sobre quem nem tenho palavras para expressar minha gratidão e minha admiração, por sua simplicidade preciosa e sua disponibilidade de todas as horas.

Às professoras Camila Holanda e Isaurora Cláudia, pela disponibilidade e atenção em participarem das bancas de qualificação e defesa: vocês deixaram uma grande contribuição em minha vida.

Agradeço à equipe da 3ª Vara da Infância e da Juventude, especialmente à Ana, e de forma singular e muito respeitosa à Sra. Juíza Dra. Alda Holanda Leite, pela confiança, carinho e presteza com que me recebeu, escutou e apreciou meus objetivos para este trabalho.

Aos meninos que participaram desta pesquisa, meu muito obrigada. A vida de vocês fez diferença na minha vida. A resiliência de vocês me ensinou e me fortaleceu.

Agradeço a toda a equipe de enfermagem da Clínica Cirúrgica da Maternidade Escola Assis Chateaubriand - MEAC, pela confiança, pela paciência, pelo incentivo, pelo apoio, por serem esta segunda família em minha vida. Especialmente às melhores chefes do mundo: minhas queridas Cláudia Rejane e Simone.

À Cássia Araújo, essa pessoa linda que eu aprendi a admirar e querer bem, e que todos os dias, principalmente nos mais difíceis, me incentivou e me disse que era possível.

À Tânia Almeida, de quem tento aprender a persistência e a fé: por ter estado ao meu lado, insistentemente.

À minha amiga Flávia Magalhães, por tudo que ela já sabe que significa em minha vida.

À Dra. Marinila Munguba (in memoriam), pelo incentivo que continuou sempre a repercutir em meu coração.

À Lulu, minha fiel escudeira, me ajudando a cumprir meu papel de mãe-trabalhadora-mestranda, cuidando da minha jóia mais rara.

À minha família preciosa, presente que Deus me deu. Não sei como teria sido atravessar esses tempos sem vocês. Graças a Deus, conseguimos juntos.

À Cléo: em tempos difíceis, e em todos os tempos, desde que és, teu sorriso me fez sobreviver, viver, continuar a sonhar.

Gratidão.

"Eu preparo uma canção em que minha mãe se reconheça, todas as mães se reconheçam, e que fale como dois olhos.

Caminho por uma rua que passa em muitos países. Se não se vêem, eu vejo e saúdo velhos amigos.

Eu distribuo um segredo como quem anda ou sorri. No jeito mais natural dois carinhos se procuram.

Minha vida, nossas vidas formam um só diamante. Aprendi novas palavras e tornei outras mais belas.

Eu preparo uma canção que faça acordar os homens e adormecer as crianças." (Canção amiga, de Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a política de acolhimento institucional por meio das percepções de jovens acolhidos sobre o viver em abrigo. Esta política faz parte da alta complexidade da Assistência Social, e efetiva-se como serviço socioassistencial. O grupo estudado nesta pesquisa abrange jovens que têm entre 15 e 19 anos, são do sexo masculino e vivem num abrigo na cidade de Fortaleza, capital do Ceará. Para realizar esta análise utilizo alguns pressupostos e técnicas inerentes à Avaliação em Profundidade, tentando aliar ao conhecimento sobre as percepções dos jovens, o contexto de efetivação e elaboração da política, os discursos que a configuram e as trajetórias socio-históricas e institucionais. As análises demonstraram os sentidos de contradição e ambivalência que os jovens constroem em suas percepções sobre a vida num abrigo, evidenciando que este espaço físico e subjetivo é o palco de intensos processos de significação; demonstram a necessidade de fortalecimento dos vínculos de origem, da criação de condições para uma vida autônoma, bem como da qualificação dos profissionais e dos espaços de Acolhimento Institucional que, embora precarizados, são ainda ponto de apoio e base de impulso dos jovens para um futuro digno. Conclui expondo a necessidade de uma política que esteja de fato atrelada aos interesses e contextos dos jovens acolhidos e de suas famílias.

Palavras-chave: Juventude. Institucionalização. Famílias. Abrigo.

ABSTRACT

This study aims to analyze institutional reception policy through the perceptions of young people about living in shelter. This policy is part of the high complexity of Social Assistance, and is effective as a social assistance service. The group studied in this study includes young people between the ages of 15 and 19, who are male and live in a shelter in the city of Fortaleza, capital of Ceará. In order to carry out this analysis, I use some assumptions and techniques inherent to the In-depth Assessment, trying to combine the knowledge about the perceptions of the young, the context of effectiveness and elaboration of the policy, the speeches that shape it and the socio-historical and institutional trajectories. The analyzes demonstrated the sense of contradiction and ambivalence that young people construct in their perceptions about life in a shelter, evidencing that this physical and subjective space is the stage of intense processes of signification; demonstrate the need to strengthen ties of origin, create the conditions for an autonomous life, as well as the qualification of professionals and institutional reception spaces that, although precarious, are still a point of support and a basis for the young people's drive for a future worthy. It concludes by exposing the need for a policy that is in fact linked to the interests and contexts of young people and their families.

Keywords: Youth. Institutionalization. Families. Shelter.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O abrigo segundo as diretrizes, princípios, recomendações legais e normativas.....	36
Figura 2 - Círculo hermenêutico dialético de análise do "Viver em abrigo".....	58
Figura 3 - abrigo proteção x abrigo punição.....	79
Figura 4 - A liberdade da rua.....	82
Figura 5 - Transferências entre abrigos.....	82
Figura 6 - Projeto de vida.....	84
Figura 7 - Tirando os planos do papel.....	85
Figura 8 - Nunca desista.....	86

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Linha do Tempo das Leis e Normativas que embasaram a política de Acolhimento Institucional.....	32
Gráfico 2 -	Principais motivos para acolhimento de criança e adolescentes em abrigos no ano de 2013.....	45
Gráfico 3 -	Taxas de Homicídio por Arma de Fogo (por 100 mil), por idade simples no Brasil em 2014.....	50
Gráfico 4 -	Brasil: tempo médio de permanência em abrigos (2012-2013).....	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Entidades por estado do Brasil.....	41
Tabela 2 -	Número de acolhidos por estado.....	43
Tabela 3 -	Acolhidos por idade.....	44
Tabela 4 -	Indicadores de Desempenho do abrigo em estudo: dados referentes a outubro e ao ano de 2017.....	60
Tabela 5 -	Caracterização dos jovens que participaram do grupo focal.....	67
Tabela 6 -	Caracterização dos jovens que participaram das entrevistas.....	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADOC	Abrigo Desembargador Olívio Câmara
AMCTN	Associação de Moradores do Conjunto Tancredo Neves
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEJA	Centro de Educação de Jovens e Adultos
CNCA	Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CIJ	Coordenadoria da Infância e Juventude
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
DCA	Delegacia da Criança e do Adolescente
DPF	Destituição do Poder Familiar
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FEBEMCE	Fundação do Bem Estar do Menor do Ceará
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
FUNCI	Fundação da Criança e da Família Cidadã
LA	Liberdade Assistida
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MPCE	Ministério Público do Ceará
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
MSE	Medidas Socioeducativas
NECA	Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente
NOB-SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
NOB/RH-SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PNAS	Plano Nacional de Assistência Social

PNCFC	Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.
PSC	Prestação de Serviços à Comunidade
SETRA	Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
STDS	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	HISTÓRIAS QUE SE ENCONTRAM.....	20
2.1	Contextualização histórica, marcos legais e normativas da Política de Assistência Social.....	23
2.1.1	<i>Seguridade Social no Brasil.....</i>	<i>34</i>
2.1.2	<i>A Assistência Social no Brasil.....</i>	<i>26</i>
2.2	Histórias do que se chamou <i>acolhimento: da roda dos expostos</i> aos abrigos institucionais.....	27
2.2.1	<i>Leis e Normativas que configuram o Acolhimento Institucional de hoje.....</i>	<i>29</i>
2.2.2	<i>Acolhimento Institucional: serviço socioassistencial.....</i>	<i>32</i>
2.2.3	<i>O abrigo ideal.....</i>	<i>35</i>
2.2.4	<i>O Acolhimento no Ceará.....</i>	<i>36</i>
2.3	Dados sobre as entidades de Acolhimento Institucional do Brasil.....	40
2.3.1	<i>Perfil dos acolhidos no Brasil.....</i>	<i>42</i>
3	POBREZA E INSTITUCIONALIZAÇÃO: FAMÍLIAS E JOVENS SOB O (DES)AMPARO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	47
3.1	A violência que atinge a juventude.....	49
3.2	O fenômeno da institucionalização.....	50
3.2.1	<i>A Instituição e sua influência na vida das pessoas institucionalizadas.....</i>	<i>51</i>
3.2.2	<i>Um estigma que vem de longe.....</i>	<i>54</i>
4	DESVENDANDO CAMINHOS E MÉTODOS.....	55
4.1	Escolha metodológica para análise dos dados.....	56
4.2	O abrigo.....	59
4.2.1	<i>Da equipe de profissionais.....</i>	<i>60</i>
4.2.2	<i>Estrutura física e localização.....</i>	<i>61</i>
4.2.3	<i>Das rotinas.....</i>	<i>62</i>
4.2.4	<i>Do perfil dos jovens acolhidos.....</i>	<i>63</i>
4.2.5	<i>Outras considerações sobre o cotidiano.....</i>	<i>64</i>
4.3	Percurso da pesquisa.....	66
4.3.1	<i>A história de Ronaldo.....</i>	<i>68</i>
4.4	O grupo focal.....	71

4.5	As entrevistas.....	72
4.6	Percepções dos jovens acolhidos institucionalmente sobre o viver em abrigo.....	74
4.6.1	<i>O abrigo proteção versus o abrigo punição/violação: coexistência de sentidos...</i>	75
4.6.2	<i>A história de Miguel.....</i>	79
4.6.3	<i>O abrigo provisório x o abrigo lugar de fixação: da definição do eu-sou-de-abrigo à constituição de um nomadismo institucional.....</i>	80
4.6.4	<i>A história de Rafael.....</i>	83
4.6.5	<i>Abrigo da invisibilidade versus abrigo da perspectiva: entre a realidade do estigma e o dever de vencer na vida.....</i>	83
4.6.6	<i>A história de Fábio.....</i>	85
4.6.7	<i>Abrigo imposição versus abrigo opção: a impressão de escolher.....</i>	87
5	CONCLUSÃO.....	89
	REFERÊNCIAS.....	92
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE.....	95
	APÊNDICE B - TERMO DE ASSENTIMENTO.....	97
	APÊNDICE C - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS JOVENS.....	98
	APÊNDICE D- ROTEIRO PARA GRUPO FOCAL.....	99
	APÊNDICE E - DESENHO DISPONIBILIZADO AOS JOVENS DURANTE GRUPO FOCAL.....	100
	ANEXO A - AUTORIZAÇÃO JUDICIAL PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	101
	ANEXO B- AUTORIZAÇÃO DA STDS PARA ENTRADA NO ABRIGO/ PESQUISA.....	102
	ANEXO C- ESCRITOS DO JOVEM FÁBIO DURANTE GRUPO FOCAL....	103
	ANEXO D - ESCRITOS DO JOVEM JOSUÉ DURANTE GRUPO FOCAL.....	104
	ANEXO E - ESCRITOS DO JOVEM RAFAEL DURANTE GRUPO FOCAL.....	105
	ANEXO F - ESCRITOS DO JOVEM PAULO DURANTE GRUPO FOCAL.....	106

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe uma análise da política de acolhimento institucional, especificamente aquela voltada para o atendimento de jovens. Além da contextualização e da descrição das trajetórias da política, apresento um olhar sobre a vida num abrigo, através da percepção dos jovens abrigados, como que através de um prisma, que demonstra em quantas facetas e cores pode se apresentar esta realidade. Para chegar ao objeto de estudo, que é a percepção dos jovens sobre a vida no abrigo, recorro aos principais teóricos, fontes de informações e dados que existem hoje sobre esta realidade.

As letras das leis e das orientações, especialmente após o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA em 1990, denominam meninos e meninas como *sujeitos de direito*, indivíduos em fase peculiar de desenvolvimento, referindo ainda que devem ser o foco da atenção e da responsabilidade do Estado, das famílias, das comunidades e da sociedade em geral (BRASIL, 1990). Mas o que vemos em nosso cotidiano é o crescimento cada vez maior das violações desses proclamados direitos, e um Sistema de Garantias¹ cujos braços não alcançam a proteção necessária, não conseguindo garantir para essas pessoas um cenário de efetivação destas garantias.

Para as demandas das múltiplas questões sociais são propostas as políticas públicas e, dentre as respostas para as violações que afetam os vínculos familiares, está o Acolhimento Institucional.

Circunscrito como política dentro da macropolítica de Assistência Social, o Acolhimento em Instituição configura-se hoje, um serviço socioassistencial da proteção especial de alta complexidade, e se traduz em programas desenvolvidos por todo o país. Afeta diretamente a vida de milhares de crianças, adolescentes, jovens acolhidos e de suas famílias, tornando-se um tema de grande relevância para os estudos contemporâneos.

Especialmente nestes dias em que se propõem novos paradigmas e maior monitoramento das políticas públicas, trago este olhar sobre a vida no abrigo, seguindo o objetivo de contribuir também com uma avaliação desta política de Acolhimento Institucional.

Como toda política pública, o Acolhimento institucional parte de um desenho inicial e percorre os caminhos de sua implementação através de processos muito dinâmicos, que se dão pelas mãos de múltiplos agentes. Como política de Assistência Social, se

¹ Sistema de Garantia de Direitos- SGD: a união de entes governamentais, não governamentais, e de toda a sociedade, em torno da promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

desenvolve através dos três níveis de governo, em âmbito nacional, demandando uma avaliação que considere sua trajetória e contexto de efetivação. (ARRETCHE, 2001, p. 44-55). Para uma análise que se construa nestes moldes, procuro seguir neste trabalho os pressupostos metodológicos da Avaliação em Profundidade.

A proposta de Avaliação em Profundidade de Rodrigues (2011, p. 56), é uma estratégia que veio introduzir novos paradigmas e conceitos para a avaliação de políticas sociais em nosso país. Sendo a tarefa de avaliar bastante complexa, especialmente no que tange às políticas sociais, a autora menciona a necessidade de consolidação deste campo disciplinar e das metodologias que possam dar respostas a esta demanda.

Como discente do Mestrado em Avaliação de políticas Públicas, e conhecedora da magnitude da proposta da Avaliação em Profundidade, propus-me a seguir alguns passos que orientam esta metodologia durante a realização do presente trabalho.

Apresento alguns eixos principais, propostos pela autora, cujos elementos precisam ser desvendados para constituir uma avaliação profunda e multidimensional de uma política ou programa, a saber:

- 1) conteúdo da política e/ou do programa, contemplando: formulação, bases conceituais e coerência interna; 2) trajetória institucional; 3) espectro temporal e territorial abarcado pela política/programa; e, 4) análise de contexto de formulação da política e/ou do programa. (RODRIGUES, 2011, p.58)

Para tomar o caminho da avaliação em profundidade, busquei durante este trabalho aliar a análise do conteúdo da política de Acolhimento Institucional à sua trajetória, somando a isso as entrevistas em profundidade, e outros métodos empregados no sentido de desvendar a percepção de jovens sobre o acolhimento em instituição por eles vivenciado.

Também tento realizar uma análise de contexto da política, não somente trazendo os dados estatísticos que subsidiam o trabalho, mas também abrangendo uma análise do cenário político, social e econômico em nosso país.

Realizo ainda um esboço da trajetória da política dentro do mencionado contexto, bem como, da instituição especificamente estudada, tentando situar seus caminhos pelos espaços e territórios sociais, culturais e institucionais através do tempo.

Por seus limites de abrangência, este trabalho não contemplou a magnitude de todos os elementos exigidos nos eixos de análise propostos na metodologia para uma avaliação em profundidade. No entanto, abordou de uma maneira multidimensional o fenômeno do Acolhimento Institucional de jovens e pode ser subsídio para outras avaliações a serem empreendidas sobre esta realidade.

Quanto à estruturação deste escrito, no capítulo 2, apresento minha trajetória e um esboço da trajetória do Acolhimento Institucional no Brasil, na Grande Fortaleza e no Ceará. Comtemplo os principais marcos legais e históricos da política, situando-os num contexto mais amplo de suas determinações; cito alguns princípios, diretrizes e ideias que regem a política de Acolhimento e Assistência Social nos dias de hoje.

No capítulo 3, dialogo com autores que discutem as categorias em análise neste trabalho. Essas categorias se delinearão junto com os objetivos, com a delimitação da pesquisa e se constituíram a base para o trabalho de campo e para uma interpretação junto com as categorias empíricas.

No capítulo 4, apresento o abrigo que foi o campo de meus estudos, seguindo ainda dos dados obtidos no trabalho junto aos jovens abrigados. Delineio um perfil de alguns desses jovens que participaram das entrevistas e do grupo focal; analiso estes dados apresentando as categorias empíricas encontradas e relacionando-as com as categorias analíticas. Realizei esta análise na perspectiva hermenêutico-dialética sugerida por Minayo (2010).

Para apresentação da análise, utilizo um recurso linguístico na construção de contrapontos entre algumas categorias que se apresentaram contraditórias, embora coexistentes nos relatos e nas vivências dos jovens participantes da pesquisa. Demonstro a dinâmica, a intensidade e as características de viver em um abrigo, refletindo sobre as marcas que a institucionalização deixa na vida dos abrigados.

Sigo, no capítulo 05, apresentando as conclusões retiradas a partir desta pesquisa e finalizo colocando alguns elementos avaliativos, bem como, construindo sugestões em torno da política.

2 HISTÓRIAS QUE SE ENCONTRAM

"[...]Em vão percorremos volumes,
viajamos e nos colorimos.
A hora pressentida esmigalha-se em pó na rua.
Os homens pedem carne. Fogo. Sapatos.
As leis não bastam. Os lírios não nascem
da lei. Meu nome é tumulto, e escreve-se
na pedra.[...]"
(Nosso tempo, Carlos Drummond de Andrade)

No dia em que fui buscar a autorização da terceira vara da Infância e Juventude², das mãos da juíza titular, Dra. Alda Holanda Leite, ela me questionou o porquê de pesquisar juventude, e a juventude que vive em abrigos, e os meninos. Eu me lembro de ter respondido algo que soou mais como um outro questionamento, um "*que nem eu mesma sabia porque a infância, a adolescência e a juventude me apaixonaram, me escolheram...*" E a realidade é bem essa: eu, assistente social por formação, ainda na faculdade, alimentava o desejo muito forte de trabalhar em torno da questão das mulheres vítimas de violência. Esse tema sempre me instigou e me afetou. Foi quando, ainda pelo quarto semestre, fui selecionada para o nascente Centro de Referência da Mulher Francisca Clotilde³.

Naquele momento eu havia apenas iniciado um estágio junto à Fundação da Criança e da Família Cidadã- FUNCI⁴, órgão da prefeitura de Fortaleza que era à época o responsável pela política de assistência a crianças e adolescentes. Eu estagiava no projeto Crescer com Arte do Parque Rio Branco, que trabalhava através da arte-educação com 80 adolescentes. Aqueles primeiros dias foram o bastante para reconhecer que, para além do que eu escolhi, fui primeiramente escolhida e captada pelo mundo da garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Desisti do Estágio no Francisca Clotilde, continuei na FUNCI.

Trabalhando com aquelas crianças e adolescentes, deparei-me com um mundo de diversidade. Essa diversidade abrangia um universo de problemáticas, é verdade; mas sobretudo, uma multiplicidade de encantos e descobertas diárias.

² Vara Responsável pelo Acolhimento Institucional e Adoção.

³ Centro de Referência da Mulher Francisca Clotilde. Criado em 2006, pela gestão da Prefeita Luizianne Lins, em Fortaleza. Destina-se ao atendimento de mulheres vítimas de violência.

⁴ Fundação da Criança e da Família Cidadã, órgão de grande tradição em Fortaleza na defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Já esteve ligada a diversas gestões municipais. Em 2009, durante o governo de Luizianne Lins, foi vinculada à nascente Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza, através da Coordenadoria da Criança e do Adolescente. Funciona hoje, ainda ligada à Prefeitura, gerindo alguns programas de proteção e promoção da Infância e da Adolescência, bem como, na gestão administrativa dos 08 conselhos tutelares desta capital.

Naquele órgão construí uma trajetória da qual me orgulho, não somente pelo avanço profissional e humano que ali alcancei, mas principalmente pela quantidade de vidas que creio ter afetado positivamente, e pela qualidade dessa intervenção, cujos frutos, posso sentir até os dias de hoje. Após meu estágio em serviço social, experimentei a função deliciosa e árdua de educadora social, estando ainda mais próxima dos meninos e das meninas que eram usuários do projeto. Um tempo, também estive como coordenadora do projeto Parque Rio Branco, dando meus primeiros passos como aprendiz na gestão de uma política pública. Em uma fase difícil e de transições, assumi o desafio de gerenciar um programa de coordenação de Gestão, e logo após, e finalmente, o programa de Acolhimento Institucional.

Quando assumi o programa de Acolhimento, pelos idos de 2010, havia acontecido há pouco tempo mudanças na estrutura da FUNCI, que transformou-se ⁵ na Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza- SDH⁶, ou melhor explicando, foi a ela incorporada como Coordenadoria da Criança e do Adolescente. Ajudaram a compor esta nova secretaria outras coordenadorias ligadas à defesa dos direitos de algumas populações, como por exemplo, a coordenadoria do idoso e a coordenadoria de pessoas com deficiência.

Neste contexto, muitas foram, e de toda ordem, as dificuldades enfrentadas nos desafios diários de construir uma política que “funcionasse”, que impactasse na vida dos que dela eram usuários. Recordo-me dos graves problemas que enfrentamos na gestão do Acolhimento Institucional, provenientes da demanda em si, mas principalmente, da precariedade e da ausência dos recursos de que necessitávamos para bem administrá-la.

À época existiam duas casas funcionando em regime de abrigo e ligadas a este programa: A Casa dos Meninos e a Casa das Meninas. Existiam outras duas casas, ligadas a outros programas, embora configurassem acolhimento institucional: A Casa de Passagem, do Programa Ponte de Encontro, e o Espaço Aquarela, específico para crianças e adolescentes

⁵ A FUNCI tinha sua sede no Parque das Crianças, Rua Pedro I, Centro de Fortaleza, e era responsável pela política de assistência social na área da infância e da adolescência. Em cada prédio do Parque funcionava um dos setores da Fundação. Com a criação da SDH, foi a ela incorporada, e estes prédios foram ocupados pelas coordenadorias do idoso, LGBT, das pessoas com deficiência e da igualdade racial. A FUNCI, que tinha uma enorme estrutura, permaneceu ocupando um dos prédios, enquanto algumas gerências de seus programas foram transferidas para um prédio alugado à rua Guilherme Rocha, também no Centro de Fortaleza.

⁶ Secretaria municipal criada em 2009 pela então prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins, através da lei complementar nº 061 de 22 de janeiro de 2009. Se propunha a assegurar os direitos, garantias e liberdades, fortalecendo a dignidade de idosos, da criança e do adolescente, das pessoas com deficiência, dos direitos relativos à diversidade sexual e à igualdade étnica e racial. O sucessor de Luizianne, prefeito Roberto Cláudio, modificou em 2013 a estrutura e o nome da Secretaria para SCDH - Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos. Realizou fusão com a Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome - SETRA, extinguindo-a em 2017, para criar a nova Secretaria de Direitos Humanos e Direitos Sociais - SDHDS, em janeiro de 2018.

vítimas de violência sexual. Este último era também um abrigo, mas para este público específico e ligado a um programa / gerência denominado Rede Aquarela.

Durante este tempo, tive a oportunidade de participar, além das atividades cotidianas ligadas à gerência dos abrigos, de outras atividades importantes como oficinas e capacitações empreendidas por entidades - modelo ligadas ao Acolhimento Institucional e reconhecidas nacionalmente, tais como o Lua Nova⁷ e o Instituto Fazendo História⁸.

Particpei ainda, enquanto representante institucional, da mobilização que foi recomendada pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ para que se realizassem audiências concentradas em cada unidade de acolhimento nacionalmente. Essas audiências ocorreram em Fortaleza a partir do mês de agosto de 2010, lideradas pela Coordenadoria da Infância e Juventude - CIJ. Delas participavam representantes de instituições governamentais e não governamentais, ministério público, e outros entes ligados ao Sistema de Garantia de Direitos - SGD. Nesta ocasião visitamos em torno de 23 abrigos desta capital, e foram repassados um a um os casos das crianças e dos adolescentes que ali se encontravam acolhidos.

Participar daquelas audiências me trouxe ainda mais reflexões sobre a importância da questão do acolhimento institucional, e uma visão mais ampla sobre a configuração da política em nossa cidade e na vida daquelas pessoas que dela necessitam.

Ora na posição de pesquisadora e mestranda, e com um novo olhar sobre esta mesma realidade, remeto-me às experiências vividas e aos conhecimentos acumulados para trazer à tona este trabalho.

A partir do exposto, e dando continuidade à construção das trajetórias que se unem nesta pesquisa, apresento a seguir, os caminhos dos marcos legais e das normativas, inserindo a política de Acolhimento Institucional no contexto da Assistência Social. Demonstro como se configurou desde o início, o acolhimento em instituição para crianças e adolescentes, indo até a proposta do Acolhimento Institucional enquanto política pública, como a temos hoje.

⁷ Lua Nova: Instituição com sede em Araçoiaba da Serra - São Paulo, que se constituiu modelo de boas práticas e atende um público específico de jovens grávidas e mães com seus filhos. Existe ainda hoje, funcionando agora sob autogestão das jovens (vide página da instituição em uma rede social: <https://pt-br.facebook.com/associacaoluanova>)

⁸ Instituto Fazendo História - Instituição com sede em São Paulo - SP, modelo de boas práticas no trabalho com crianças e adolescentes institucionalizados. Atribui-se a missão de “colaborar com o desenvolvimento de crianças e adolescentes com experiência de acolhimento, a fim de fortalecê-los para que se apropriem e transformem suas histórias”. Vide página do instituto na internet: <http://www.fazendohistoria.org.br/o-instituto-fh/>

2.1 Contextualização histórica, marcos legais e normativas da Política de Assistência Social

Neste tópico, descrevo os marcos legais e normativos que balizaram a política de Assistência Social, contextualizando-a, ao longo das décadas, até que chegasse ao formato proposto hoje. É um primeiro passo para o estudo do Acolhimento Institucional, hoje tido como um de seus serviços socioassistenciais.

A Assistência Social, desde suas protoformas, esteve ligada às noções de caridade, de solidariedade e de ajuda ao próximo. As doutrinas religiosas, especialmente as judaico-cristãs, reforçaram essa noção e sempre a cultivaram sob a ótica de que sempre existirão os chamados “menos favorecidos”, que necessitarão dos auxílios de outros. (LONARDONI; GIMENEZ; SANTOS, 2006)

No século XIX, com a industrialização e a ascensão do capitalismo, houve uma maior pauperização das massas trabalhadoras e o agravamento das chamadas questões sociais. Explica-se este fato, pelo crescimento ainda maior das desigualdades entre detentores dos meios de produção e aqueles que só dispunham de sua força de trabalho.

Esses trabalhadores concentraram-se em centros urbanos, próximos aos locais de produção, em instalações insalubres e sob condições de vida desumanas. Isso fez com que o Estado se apropriasse de algumas dessas práticas de proteção, mais com o objetivo de dar condições para a reprodução do capital do que mesmo com o objetivo de erradicar ou diminuir essa situação de pobreza. (LONARDONI; GIMENEZ; SANTOS, 2006)

Surge assim o Estado interventor, nos moldes propostos pelo *Welfare State*, o Estado de Bem Estar Social que, agindo de maneira diversa do modelo Liberal que o antecedeu, interferia no mercado e na economia, instaurando um novo conjunto de proteções sociais e fortalecendo o setor público de atuação. Esse movimento é relacionado à origem das políticas sociais. (PEREIRA, 2009, p.23) Dois modelos de implementação de políticas sociais marcaram esta gênese: o modelo Bismarkiano e o Modelo Beveridgiano.

No século XX, fruto de greves e pressões trabalhistas e sob o governo de Otto Von Bismarck surge na Alemanha (então Prússia) o modelo de seguridade social chamado Bismarckiano. Esse processo simbolizou a gênese do que se chamou previdência social. Tal modelo propôs direitos e benefícios que cobriam, principal ou exclusivamente, os trabalhadores que contribuía. Previa ainda uma lógica tripartite de responsabilidade entre

Estado, capital (empregadores) e trabalhadores. Sua gestão era feita pelos três entes, seguindo modelo contributivo. (RODRIGUES, 2016, p. 35)

Outro modelo, o Beveridgiano, surgiu na Inglaterra em 1942. Prevendo direitos de caráter mais universal, trouxe a primeira marca do que chamaríamos de Estado de bem-estar social. Esse modelo buscava prover mínimos sociais a todos os cidadãos incondicionalmente ou a depender de recursos disponíveis. Seu financiamento se dava através das taxações do capital, de impostos fiscais, e sua gestão era pública e feita pelo Estado. Tinha como objetivo uma redistribuição da renda e dos benefícios com vistas à redução da pobreza e a expansão de benefícios que trouxessem mais bem-estar à população, independente de contribuições. (RODRIGUES, 2016, p. 37)

Faz-se importante, compreendermos sucintamente este relato do contexto mundial no que concerne aos seguros sociais para que possamos lançar um olhar mais apurado sobre o modelo de seguridade que se desenvolveu no Brasil, bem como, os passos percorridos pela assistência social em nosso país.

2.1.1 Seguridade Social no Brasil

O seguro social foi implantado no Brasil a partir da segunda década do século XX, quando em 1923 foi sancionada a Lei nº4.682/23 conhecida como Lei Eloy Chaves. Esta lei institua uma previdência social nascente, criando as chamadas caixas de aposentadorias e pensões. Inicialmente protegia apenas os trabalhadores das empresas ferroviárias nas situações de contingências como aposentadorias ordinárias ou por invalidez, pensões por morte ou no provimento de assistência médica.

Seu modelo previa a contribuição chamada tripartite, ou seja, dividida entre Estado, patrões e empregados. Esse modelo não alcançava todas as categorias de trabalhadores, mas acabou sendo incorporado neste formato pela sociedade. (SPOSATI, 2009)

Desde o início a seguridade social esteve intrinsecamente ligada ao trabalho e à sua organização social. O trabalho tem, historicamente, exercido influência direta quanto ao acesso aos seguros sociais. E naqueles primeiros anos de implantação de uma seguridade social organizada no Brasil, em plena época de relações econômicas que se estruturavam sob o padrão keynesiano-fordista, esse sistema nascente veio determinar o modo como se desenvolveriam tais relações. É importante ressaltar que esses primeiros direitos do trabalho estavam voltados a trabalhadores que tivessem perdido momentaneamente ou permanentemente a capacidade de exercer suas funções laborativas ou aos seus dependentes.

A lógica do seguro ligado ao trabalho (ou a certas categorias profissionais) perdurou em nosso país desde 1923 até 1988 quando, com o advento da Carta Magna, foram asseguradas novas regras para o acesso às garantias sociais. (SPOSATI, 2009)

A Constituição Federal de 1988 propôs assegurar em seu texto, a responsabilidade pública do Estado brasileiro, através dos entes federativos, em prover os direitos humanos e sociais. Num sistema denominado Seguridade Social, contemplou as questões essenciais da previdência, saúde e assistência social.

A chamada *Constituição Cidadã*, foi fruto de grandes pressões dos movimentos sociais das mais diversas áreas de militância. Essa nova Constituinte significou, mais do que a reabertura democrática, a base legal para a garantia de direitos mais universais e que contemplassem os cidadãos nos mais diversos setores de suas necessidades.

Neste contexto, a Seguridade Social no Brasil pós-Constituinte de 1988 está configurada com base no tripé: saúde, previdência e assistência social. Tem um modelo híbrido, ou seja, reúne características dos modelos bismarckiano (como na previdência social) e Beveridgiano (como no Sistema de Saúde).

A *Previdência Social* continua com sua lógica de proteção ao trabalhador contribuinte e à sua família, propondo-se a garantir segurança financeira àqueles que estão no mercado formal e adequando os valores dos benefícios aos valores de suas contribuições.

A *Saúde* está prevista como direito de todos e dever do Estado. Tem, portanto, caráter universal, devendo abranger a todos os brasileiros e garantir-lhes atendimento com integralidade e equidade. Esse direito independe de contribuições ou exercício profissional e prevê, inclusive, atendimento a estrangeiros que estejam em nosso país. Sua implementação ocorre através do Sistema Único de Saúde - SUS.

A *Assistência Social* prevê o provimento dos chamados mínimos sociais, portanto, dela usufruem aqueles cidadãos que estão inseridos em determinados perfis e que, aos olhos da lei, necessitam de seus serviços. Sobre a Assistência Social e sua trajetória no Brasil, antes e após a Constituição Cidadã, nos aprofundaremos no próximo tópico.

O contexto atual é de *reconfigurações* nos moldes da Seguridade Social Brasileira. Um exemplo é a recém aprovada lei 13.467⁹ de julho de 2017, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT¹⁰ (Lei 5.452, de 1943). Aprovada pelo governo de Michel Temer, prevê um pacote de mudanças relativas a questões trabalhistas como férias, jornadas e contratos. Tais mudanças e reconfigurações são inrentes às crises cíclicas do

⁹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm>

¹⁰ Sancionada por Getúlio Vargas, dispõe sobre a organização trabalhista no Brasil.

sistema capitalista, que recaem como precarização e flexibilização no mundo do trabalho, e garantem a reprodução do capital. (ANTUNES, 1999, p. 06-13)

Neste mesmo caminho, está em curso uma outra reforma, a da previdência, por meio do Projeto de Emenda Constitucional - PEC 287/2016. Engloba alterações na contagem de tempo e idade mínima para aposentadoria, na porcentagem de contribuição previdenciária, entre outros elementos, tanto para servidores da iniciativa privada como para servidores do serviço público.

2.1.2 A Assistência Social no Brasil

Até os anos de 1930, a pobreza no Brasil era tida no imaginário social como uma disfunção causada pelos indivíduos sobre suas vidas; havia uma visão de que essas pessoas necessitavam até mesmo de repressão da polícia. Somente em 1938 foi criado o Conselho Nacional de Serviço Social - CNSS como uma primeira iniciativa de regulamentação da Assistência Social. (LONARDONI; GIMENEZ; SANTOS, 2006)

Em 1942 surge a LBA - Legião Brasileira de Assistência, instituição que se voltava a atender emergencial e assistencialmente as massas excluídas do trabalho formal e que não tinham acesso às proteções previdenciárias. Seria conduzida formalmente pelas primeiras-damas da República e representaria a primeira grande marca da Assistência Social no Brasil enquanto instituição. (SPOSATI, 2004 apud LONARDONI; GIMENEZ; SANTOS, 2006)

Em 1974, sob o comando dos militares, em nosso país é criado o Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS. Durante certo período do regime militar cresce e acirra-se a pauperização exigindo respostas que propiciem a reprodução do capital. Surgem as iniciativas que combateriam, de forma fragmentada, cada tipo de questão social. Ainda neste período, surgem os focos de resistência dos movimentos sociais, o que se tornará ainda mais notável com o fim da repressão. (LONARDONI; GIMENEZ; SANTOS, 2006)

Somente após a vitória de tantos movimentos e iniciativas sociais, e como fruto deles, temos a Constituição atual, que consolida a assistência social como política social e a prevê como parte da seguridade social Brasileira.

As décadas de 1980 e 1990 foram tempos de crise, de ajustes, de negociações por direitos. Nos anos imediatamente após o advento da Constituição Federal de 1988 houve grande avanço neoliberal (representado em especial pelo governo Collor) e a ampliação das leis de proteção social. Este movimento pode até parecer contraditório, mas é importante

perceber que ele evidencia a relação entre capital e trabalho mediado pelo Estado. Neste contexto, houve um retrocesso social, pois, os direitos conquistados pela classe trabalhadora foram submetidos ao ajuste fiscal causando um recrudescimento da pobreza. A agudeza das desigualdades sociais põe cada vez mais em xeque o verdadeiro compromisso das iniciativas da Seguridade, tanto no que diz respeito à previdência como à assistência social, que parecem estar mais comprometida na reprodução das desigualdades do que na sua redução. (BOSCHETTI, 2009)

Num cenário de renascentes contradições e de disputas de interesses diversos, seguiu a assistência social o seu curso por legitimação e ampliação com novas e melhores perspectivas. Seguem-se como marcos históricos para a assistência social a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS, nº 8.742) de 1993, que vem firmar as garantias trazidas na Constituição Federal de 1988, delineando a Assistência Social como dever do Estado e direito dos cidadãos, elemento da Seguridade Social de caráter não-contributivo, visando garantir os mínimos sociais e prover as necessidades básicas dos que dela necessitassem; em 2004, O Plano Nacional de Assistência Social - PNAS, é lançado trazendo diretrizes para efetivação e implementação da política de assistência social prevista na LOAS; 2005 A Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, vem disciplinar a descentralização político-administrativa, o financiamento e a relação entre as três esferas de governo. Ela aponta para a implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, que engloba toda a política de assistência num sistema descentralizado.

2.2 Histórias do que se chamou acolhimento: da roda dos expostos aos abrigos institucionais

Acolhimento de Crianças e Adolescentes é uma política que tem delineada sua trajetória, seus elementos de origem, desde os primórdios da colonização brasileira. Foi nesse período que, a partir do processo de povoamento e exploração de nossas terras e das questões sociais que já se abatiam sobre a nascente colônia, começaram a surgir as primeiras demandas relacionadas a crianças e adolescentes em situação de abandono ou com as ditas necessidade de institucionalização.

Crianças indígenas que eram retiradas de suas tribos e levadas aos colégios jesuítas a fim de servirem como intérpretes para os colonizadores e também para que, nestes espaços onde eram criadas, fossem catequizadas e facilitassem a dominação de seus pais; os

chamados *filhos ilegítimos* dos colonizadores, frutos de suas relações com mulheres negras e índias, bem como as crianças negras após a Lei do Ventre Livre; bebês que eram abandonados nas chamadas Rodas dos Expostos: mecanismos que existiam nas Santas Casas de Misericórdia, que imitavam um costume europeu, e permitiam que ali fossem deixadas crianças anonimamente; todos esses eram indivíduos tidos como oriundos de grupos familiares *incapazes* de lhes prestar o necessário aparato familiar e eram, portanto, alvo da caridade e da filantropia de instituições ou de famílias abastadas de cada época. Estas instituições forneciam atendimento precário, sendo grande o índice de mortalidade infantil entre seus assistidos. Algumas dessas famílias mais ricas, que ficavam com crianças abandonadas sob seus cuidados, mais tarde, tornavam-nas mão de obra gratuita. (GULASSA, 2010)

No final do século XIX e início do século XX podem ser observados os primeiros questionamentos aos modelos vigentes. Nestes tempos foram contestados as bases e os paradigmas que guiavam a assistência às crianças e adolescentes que necessitavam de acolhimento em instituições:

No caso do Brasil, mudanças ideológicas e práticas em relação à assistência são incorporadas e tornam-se visíveis na passagem do século. O eloquente discurso e a eficiente ação dos higienistas fizeram esmorecer o velho caráter da misericórdia para abrir espaço para a sua missão de cunho científico e social. As Rodas, sistematicamente condenadas por constituírem uma verdadeira afronta às leis sociais e humanas; por perpetuarem um matadouro de inocentes sob o pretexto de velar a honra ou de amparar o crime, definitivamente tinham que ser substituídas." (MONCORVO FILHO, 1926, APUD RIZZINNI, 2011)

No ano de 1927 surgiu o Código Brasileiro do Menor, ou Código de Mello Matos, e em 1979 o Código de Menores. Ambas as legislações, de cunho bastante conservador, tinham as famílias pobres como incapazes e culpadas pelas dificuldades que enfrentavam e por não poderem fornecer a seus filhos o amparo e a educação necessários. Essas pessoas eram tidas como marginais, perigosas e vadias. Esse aparato legal favorecia o surgimento de cada vez, maiores instituições que serviam como verdadeiros depósitos para crianças e adolescentes ali internos.

A situação de descuido, violência e opressão de algumas instituições públicas de atendimento, no Rio de Janeiro e em São Paulo, levou a muitas críticas e denúncias, elas eram classificadas como “depósitos de menores”, “internatos-prisão”. isto favoreceu a criação da Fundação nacional do Bem-estar do menor – Funabem –, que passou a definir uma Política nacional do Bem-estar do menor. Entre os anos 1965 e 1990, a Funabem tentou reformar o modelo de atendimento em abrigos oferecendo parâmetros nacionais para as Fundações estaduais do Bem-estar do menor – as Febens. No entanto, as grandes instituições – tanto públicas como privadas – mantiveram as crianças e os adolescentes segregados socialmente,

oferecendo um atendimento que repetia a cultura da violência, opressão, humilhação e exclusão social dos atendidos. (GULASSA, 2010, p. 21)

Observando a trajetória da política em estudo, podemos perceber que ela está sempre marcada por uma estigmatização das famílias e das crianças e adolescentes que necessitavam desses serviços, considerando-lhes pessoas *desqualificadas e incapazes*. Reforçava-se desta maneira o discurso de que, por serem pobres, não podiam prover os cuidados necessários à sua prole.

2.2.1 Leis e Normativas que configuram o Acolhimento Institucional de hoje

O ECA, lei federal 8.069, promulgada em 13 de julho de 1990, trouxe direcionamentos para a garantia de direitos de crianças e adolescentes. Inspirado na Convenção Internacional dos Direitos das Crianças, pressupõe uma proteção e um aparato legal que deve abranger as crianças e os adolescentes de todas as classes sociais. Em vários momentos desta pesquisa, refiro-me a esta lei, por ser ela a base legal de nosso objeto de estudo e por sua relevância quando se discute, sob qualquer perspectiva, direitos de crianças e adolescentes.

O Acolhimento Institucional é mencionado no estatuto em questão no seu capítulo 03, quando trata do direito à convivência familiar e comunitária. No capítulo 02, o artigo 92, trata dos princípios a serem adotados por instituições de acolhimento.

:

As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios:

I - preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;

II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;

III - atendimento personalizado e em pequenos grupos;

IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V - não-desmembramento de grupos de irmãos;

VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII - participação na vida da comunidade local;

VIII - preparação gradativa para o desligamento;

IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Devem ainda estas entidades, estarem elas e seus programas, inscritas junto aos Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescentes, bem como junto aos Conselhos Municipais de Assistência Social. Seus dirigentes são equiparados a guardiões legais dos meninos e meninas acolhidos.

Em 2006 foi proposto o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária - PNCFC, como embasamento à formulação de políticas públicas que garantissem os direitos integrais de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, dentre elas, o acolhimento Institucional. O documento apresentou um marco legal, conceitual e situacional, além de apontar diretrizes, objetivos, resultados programáticos e um plano de ação.

As diretrizes que, segundo o plano, apontam para novos paradigmas no atendimento das crianças e adolescentes e na defesa de seu direito à convivência familiar e comunitária, estão definidas nestes termos (BRASIL, 2006, p. 69-74):

- a) Centralidade da família nas políticas públicas;
- b) Primazia da responsabilidade do Estado no fomento de políticas integradas de apoio à família;
- c) Reconhecimento das competências da família na sua organização interna e na superação de suas dificuldades;
- d) Respeito à diversidade étnico-cultural, à identidade e orientação sexuais, à equidade de gênero e às particularidades das condições físicas, sensoriais e mentais;
- e) Fortalecimento da autonomia da criança, do adolescente e do jovem adulto na elaboração do seu projeto de vida;
- f) Garantia dos princípios de excepcionalidade e provisoriedade dos Programas de Famílias Acolhedoras e de Acolhimento Institucional de crianças e de adolescentes;
- g) Reordenamento dos programas de Acolhimento Institucional;
- h) Adoção centrada no interesse da criança e do adolescente;
- i) Controle social das políticas públicas.

Este plano considera acolhimento, toda ação de cuidar e atender, de maneira provisória e excepcional, crianças e adolescentes que não podem permanecer com suas famílias por alguma questão que configure risco e lhes torne vulneráveis.

Em 2009, foi lançado o guia *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*, publicação que se propõe a normatizar detalhadamente como deve ser implementado e oferecido o serviço de Acolhimento Institucional para estes cidadãos, a partir de princípios, orientações metodológicas e parâmetros de funcionamento.

Como orientações metodológicas o guia propõe (BRASIL, 2009, p.29-65):

- a) Estudo Diagnóstico;
- b) Plano de Atendimento Individual e Familiar;
- c) Acompanhamento da Família de Origem;
- d) Articulação Intersetorial;
- e) Projeto Político-Pedagógico;
- f) Gestão do Trabalho e Educação Permanente;

Em novembro do mesmo ano, 2009, a Organização das Nações Unidas – ONU aprovou diretrizes a serem seguidas por seus Estados - Membros no cuidado de crianças e adolescentes por algum motivo afastados do convívio familiar.

Ainda em 2009, a lei 12.010, ou Nova Lei da Adoção, trouxe algumas alterações importantes sobre o ECA, judicializando a questão do acolhimento institucional. A partir deste marco legal, o Judiciário intervém em todo caso onde for necessário o acolhimento, encaminhando, ratificando, avaliando e controlando. Toda criança e adolescente, para ser abrigado, necessita de uma Guia de Acolhimento expedida pela justiça, e em casos de abrigamento por demanda espontânea ou questão emergencial, esse acolhimento deve ser comunicado em até 24h à autoridade judiciária responsável. A lei é considerada por alguns um avanço na coibição de arbitrariedades em torno da aplicação das medidas de proteção, que muitas vezes não levavam em consideração o interesse da criança ou do adolescente, retirando-o do convívio familiar sem necessidade.

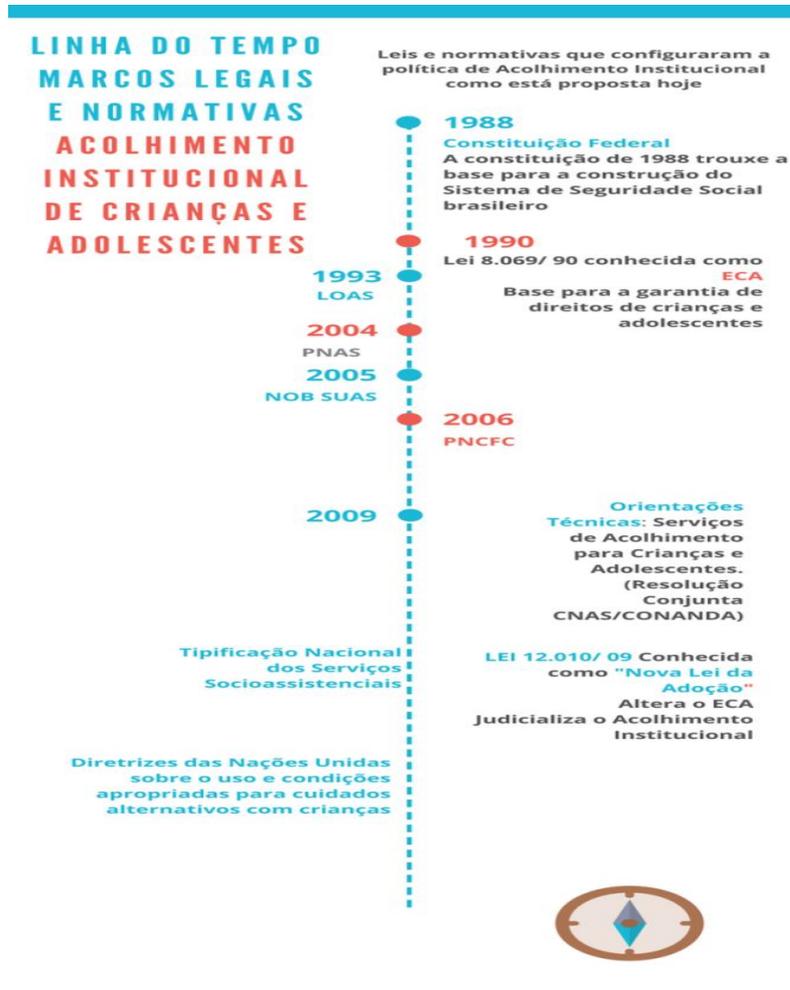
No entanto, alguns atores envolvidos na prática do acolhimento institucional têm questionado se conduzir o atendimento por vida da judicialização seria realmente um avanço na história brasileira. Bazílio (2006) lembra que a lógica argumentativa do ECA era a lógica da desjudicialização, da retirada do poder das mãos dos juízes que amparados pelo extinto Código de Menores decidiam o destino de crianças e jovens pobres sem levar em conta os seus interesses nem a sua condição de pessoas possuídas de direitos. (BAZILIO apud LACERDA, 2014, p.14)

É importante ressaltar que a Lei 12.010/09 prioriza em suas recomendações uma outra modalidade de acolhimento: o familiar. Em seu artigo 34, o ECA, alterado pela nova lei, define que “ inclusão da criança ou adolescente em programas de Acolhimento Familiar terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos da Lei.”

Durante este estudo, no entanto, trato especificamente do acolhimento institucional, que acontece quando esse atendimento se dá em uma instituição, governamental

ou não, e pode ocorrer nas modalidades casa de passagem, abrigo institucional, casa-lar ou república, que descrevo mais adiante.

Gráfico 1 - Linha do Tempo das Leis e Normativas que embasaram a política de Acolhimento Institucional



Fonte: Elaborado pela autora no aplicativo Canva, com dados da: CF 1988, ECA, LOAS, PNAS, NOB-SUAS, PNCFC, Orientações técnicas, Tipificação dos serviços socioassistenciais, lei 12.010/09, Diretrizes das Nações Unidas sobre cuidados alternativos com crianças.

2.2.2 *Acolhimento Institucional: serviço socioassistencial*

Conhecendo o contexto histórico, os marcos legais e normativas que constituíram a trajetória da política de Assistência Social e do Acolhimento Institucional tal como é proposto hoje, continuo minha tarefa, agora situando este último enquanto política pública e serviço.

A Seguridade Social, no que diz respeito à Assistência Social, tipifica seus Serviços Socioassistenciais por níveis de complexidade. Esses níveis compreendem a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. A proteção Especial, por sua vez, divide-se em Média Complexidade e Alta Complexidade. Neste último nível insere-se o Acolhimento Institucional.

Em sua descrição mais geral, este Acolhimento pode referir-se ao abrigo em diferentes tipos de equipamentos, contemplando famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, propondo-se assim, a Assistência Social, a proporcionar-lhes a proteção integral. Alguns princípios regem, nas normativas, esta modalidade de serviço: eles *devem* garantir a privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade no que diz respeito a ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual. (BRASIL, 2009)

O Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes pode ser oferecido em diferentes modalidades como: Abrigo Institucional para pequenos grupos, Casa Lar e Casa de Passagem. Independentemente da nomenclatura, todas estas modalidades de acolhimento constituem “programas de abrigo”, prevista no artigo 101 do ECA, inciso VII, devendo seguir os parâmetros dos artigos 90, 91, 92, 93 e 94 (no que couber) da referida Lei. [...] Em suma, tais entidades executam um serviço público, de proteção e cuidados a crianças e adolescentes privados da convivência familiar, em ambiente institucional.” (BRASIL, 2006)

Gulassa (2010, p. 25) caracteriza brevemente cada uma destas modalidades, descrevendo também os cuidados necessários e os principais desafios encontrados em sua implementação. A seguir, apresento-as resumidamente, com base no que é colocado pela autora.

- a) A *Casa de Passagem* é um serviço 24h, existente especialmente nos municípios de grande porte e que, em alguns casos, funciona como porta de entrada e triagem, acolhendo demandas mais sérias e urgentes; as crianças e adolescentes devem permanecer neste serviço por um curto período de horas, embora não seja sempre o que ocorre.
- b) O *Abrigo Institucional* pode acolher grupos de até 20 crianças e adolescentes, de ambos os sexos. Devem funcionar o mais próximo possível das comunidades de origem dos seus acolhidos. Deve propiciar-lhes interação comunitária e uso dos equipamentos públicos da região; a casa onde funciona deve ser confortável e oferecer espaço necessário para as atividades das crianças e adolescentes. Este imóvel preferencialmente não deve ser caracterizado como uma instituição, não se diferenciando das demais moradias da área. A equipe trabalha em regime de

plantões e mantém uma rotina de atividades e de passagens de informações entre os profissionais. É a modalidade mais utilizada de acolhimento institucional.

- c) Na modalidade *Casa-Lar*, que é muito semelhante ao Abrigo Institucional, a particularidade é que o educador social é residente, ou seja, ele mora na instituição. Em muitos lugares esses educadores são chamados de pai ou mãe-social. Pode parecer o mais adequado ao bem-estar dos abrigados, que têm a referência constante de um adulto positivo e muito próximo. Mas a crítica a este modelo gira em torno da necessidade do profissional, além de conciliar uma vida pessoal, evoluir, aprender e vivenciar experiências enriquecedoras pra além dos limites institucionais.
- d) As *Repúblicas* se propõem ao acolhimento de jovens que, aos 18 anos, são desligados dos serviços de acolhimento, mas não contam com uma rede de apoio ou não têm condições de se manterem sozinhos. Pode funcionar em duas modalidades: uma muito parecida com o abrigo, acolhendo 10 jovens que podem ter trabalhado nesses espaços suas autonomias até 21 anos; numa segunda modalidade, a República pode funcionar por grupos familiares ou de afinidade, que se reúnem numa casa alugada, em pequenos grupos, e com o auxílio da instituição dão os primeiros passos para uma emancipação.

Para fins de análise neste trabalho, situo o Acolhimento Institucional com o foco em adolescentes e jovens. Numa descrição mais específica, configura-se este serviço como medida provisória e excepcional que protege crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive aqueles com deficiências, e que estejam em situação de risco pessoal e social, e cujas famílias ou responsáveis não possam, no momento, cumprir sua função de proteger e cuidar. (BRASIL, 2009)

Ressalto ainda que, embora haja na Assistência Social a previsão do Acolhimento de famílias inteiras, este estudo contempla apenas jovens que estão sob medida protetiva de abrigo (Art. 101 ECA), ou seja, em situação de abandono ou sob outros riscos, afastados do convívio familiar por decisão da autoridade competente. Para esta pesquisa, escolhi como campo de estudos um abrigo institucional localizado na cidade de Fortaleza, o qual descrevo detalhadamente no capítulo 4.

2.2.3 *O abrigo ideal*

Para um atendimento integral, preconizam as diretrizes dos serviços que os indivíduos tenham assegurada sua autonomia e participação na construção das regras de gestão e convivência; preconiza-se ainda que o atendimento se dê em grupos pequenos, favorecendo o convívio familiar e comunitário, bem como, o uso da rede local de outros serviços públicos. Também há regras quanto à localização e caracterização residencial do prédio em meio à comunidade, atendendo a critérios de habitabilidade, salubridade, higiene, segurança, acessibilidade e privacidade. (BRASIL, 2009)

Como principais recomendações para este acolhimento específico as unidades devem encontrar-se o mais próximo possível das comunidades de origem dos indivíduos; também não deve haver a separação de grupos de irmãos ou parentes; sempre que possível deve ser viabilizado o retorno à família de origem ou, quando isso houver impossibilidade, a colocação em família substituta. (BRASIL, 2009)

No que concerne ao ECA, figura o Acolhimento Institucional como abrigo em entidade definido no Art. 90, Inciso IV, atendendo crianças e adolescentes que se encontram sob *medida protetiva* de abrigo, aplicadas nas situações dispostas no Art. 98. No Art. 101, Parágrafo Único, o abrigo é medida provisória e excepcional, não implicando privação de liberdade. Este ponto é muito importante para dirimir qualquer dúvida ou confusão que exista para alguns entre a definição de abrigo e a questão de adolescentes ou crianças que cometem ato infracional.

Adolescentes em conflito com a lei estão, baseados no que diz o ECA, passíveis de medida sócio educativa. Dentre estas medidas encontra-se a privação de liberdade que é a internação em Centro Educacional por período de no máximo três anos. Crianças até doze incompletos, mesmo que cometam ato infracional, não são passíveis de medida sócioeducativa: são sempre alvo de medida protetiva, como o acolhimento em abrigo, por exemplo.

O que podemos concluir é que o Acolhimento Institucional não está destinado como punição à criança ou adolescente em conflito com a lei, embora em alguns momentos estes indivíduos também possam necessitar de seus serviços; e que uma criança ou adolescente abrigado não está privado de liberdade, sendo inclusive, sua saída sem o devido fluxo (guia de desligamento), denominada *desistência do atendimento* e não fuga.

Figura 1 - O abrigo segundo as diretrizes, princípios, recomendações legais e normativas



Fonte: criado pela autora através do aplicativo online Canva, com dados do PNCFC.

2.2.4 O Acolhimento no Ceará

Em seu trabalho denominado “A política de assistência à criança e ao adolescente desenvolvida pela Fundação Estadual do Bem Estar do Menor do Ceará - FEBEMCE¹¹”, Vasconcelos (2003) traça um panorama histórico e situacional da política de atendimento a crianças e adolescentes pobres, em situação de abandono e outras vulnerabilidades no Ceará.

¹¹ FEBEMCE: A Fundação Estadual do Bem Estar do Menor do Ceará foi criada em 1968, através do Art. 214 da Lei Estadual nº 9.146.

De início, a autora traça uma contextualização nacional em torno do Serviço de Assistência ao Menor - SAM, lançado em 1941, numa primeira proposta de tratar a questão dos ditos menores *abandonados e delinquentes*, através da política social. Serviu de base para ações de cunho caritativo e comunitário, ligados ao primeiro damismo e ao governo, entre os quais podemos citar a LBA¹². (VASCONCELOS, 2003, p.102). Numa análise deste cenário, ressalta que:

No Brasil, a partir dali, instalava-se um longo momento de devoção à expressão mais pura e dura de suspensão de direitos de toda ordem, praticada contra os sujeitos filhos ou habitantes desta Nação. Os militares, todos conhecem bem ou mal, pelos relatos da história, do que foram autores e atores. A FUNABEM e a PNBEM são, deles, obras. Assim como, também é desse tempo e da mesma autoria, a Lei Federal nº 6697, de 10 de outubro de 1979, conhecida por Novo Código de Menores. (VASCONCELOS, 2003, p.156)

Nesse momento de sua pesquisa, Vasconcelos (2003), reportando-se à realidade local, afirma que:

Dentre as instituições que o Ceará apresentou, já sob o viés da filantropia, para fazer face à problemática da infância pobre desta Terra da Luz, encontram-se, além da Escola para Menores Abandonados e Delinquentes do Santo Antônio do Pitaguari (1936), o Patronato dos Menores Pobres (1903), as Escolas para Menores Pobres (1908), a Escola de Aprendizes de Artífices do Ceará (1910) – que veio a transformar-se na Escola Técnica Federal do Ceará –, o Dispensário Infantil (1914), bem como as fundadas por Abdenago Rocha Lima: Asilo de Menores Juvenal de Carvalho (1934) e o próprio Abrigo Materno (1934), já que este acolhia mães que não tinham para onde ir com seus bebês, após trazerem-nos à luz., dentre outras. (VASCONCELOS, 2003, p.102)

A FEBEMCE constituiu-se, portanto, um braço estadual da política centralizadora da FUNABEM, e através de vários programas atendeu crianças e adolescentes, entre 1968 e 1999, ano de sua extinção. Atendia meninos e meninas entre 0 e 17 anos, através de programas específicos para cada situação. Estes programas estavam polarizados entre os que *necessitavam amparo* ou os que, por terem cometido infrações, necessitavam de *tratamento terapêutico ou corretor*. Por ocasião de sua extinção, seus programas e projetos foram vinculados à então Secretaria do Trabalho e Assistência Social - SETAS (VASCONCELOS, 2003, p.169)

Na contextualização feita pela autora em sua dissertação, observo que a mesma traz alguns relatos de memórias infantis com os quais me identifico. Criança que fui, durante a década de 80, lembro-me bem das ameaças de adultos às suas crianças, (inclusive a mim)

¹² Instituída no Governo de Getúlio Vargas, através da Lei 4.830 de 1942, constituiu-se uma associação com objetivo de prestar serviços sociais. Esta instituição tornou-se um ícone da Assistência Social do Brasil à época. Lei disponível na página eletrônica do planalto na internet: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4830.htm

sobre “mandá-las para a FEBEMCE”, como punição às suas travessuras. (VASCONCELOS, 2003, p. 27)

Na página da CIJ na internet, na aba rede de atendimento, estão cadastradas somente em Fortaleza, 21 entidades que se instituem acolhimento institucional para crianças e adolescentes. Deste total, 10 atendem adolescentes, sendo as demais voltadas apenas para o público infantil. Na região metropolitana verificam-se ainda 06 instituições devidamente cadastradas; no interior do Estado do Ceará, outros 31 municípios também têm cadastradas entidades de atendimento; os dados foram atualizados em junho de 2015. Observo que são as entidades, em sua maioria, não governamentais, e muitas vezes custeadas em parcerias com o governo estadual ou municipal.

Em sua página na internet, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS, do Estado do Ceará, responsável pela pasta de Assistência Social no âmbito estadual, apresenta suas unidades ligadas à execução da proteção especial.

Dentre estas unidades, que são por ela geridas ou executadas em cogestão com entidades conveniadas, estão 11 abrigos que atendem crianças, adolescentes, ou a ambos. Um deles é voltado para atendimento específico de crianças e adolescentes com deficiência mental.

A Página contém relatórios mensais, atualizados com indicadores sobre o atendimento de cada unidade. Também expõe sua localização e a que público se destina, informando ainda a fonte de financiamento e o regime de gestão.

Já na página da Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome - SETRA, da Prefeitura Municipal de Fortaleza, encontra-se através do ícone “trabalho e serviços sociais”, uma aba onde se lê: "Acolhimento para Crianças e Adolescentes", acompanhado de uma descrição do que seja o serviço: “As unidades de abrigo oferecem às crianças e adolescentes um ambiente agradável, educativo e seguro, para o resgate dos valores básicos da convivência familiar, concentrando esforços para a reconstituição do vínculo familiar. Para acompanhar as crianças e adolescentes, o equipamento disponibiliza de equipe multiprofissional, incluindo psicólogo, assistente social e educadores”. Segue mostrando alguns outros itens, mas não fala especificamente das unidades, nem dá outras informações. (Página da SETRA, janeiro 2018). Em levantamentos junto a profissionais da Secretaria, cheguei ao conhecimento de que a prefeitura mantém hoje 04 abrigos em regime de cogestão: 02 para adolescentes de 12 a 17 anos (um masculino e um feminino) e outros 02 para crianças.

O ECA em seu artigo 95, designa o Ministério Público como órgão de fiscalização permanente dos serviços de acolhimento institucional, junto com o Judiciário e os Conselhos Tutelares. Neste sentido, o órgão deve realizar inspeções e outras ações periódicas para acompanhamento das entidades.

As unidades de acolhimento do município de Fortaleza foram alvo das últimas inspeções do Ministério Público do Ceará - MPCE durante o segundo semestre do ano de 2017. Na página da instituição na internet, podemos ler a seguinte notícia, que reproduzo integralmente, veiculada em 17 de novembro de 2017, que diz respeito ao relatório final desses trabalhos:

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por meio do titular da 6ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, Luciano Tonet, realizou inspeções em 22 unidades de acolhimento de crianças e adolescentes do município de Fortaleza. De acordo com o relatório do promotor de Justiça, **as entidades do Estado padecem de sérios problemas, gerando outros decorrentes destes, tais como a superlotação. Assim, as instituições que deveriam comportar, no máximo, 20 crianças e adolescentes chegam a abrigar 60, sem aumento da equipe técnica, o que gera um atendimento deficitário.**

Observou-se, nas inspeções, uma necessidade de melhor acuidade dos acolhimentos advindos do interior do Estado, considerando **a existência de casos que não seriam de acolhimento**, o que gera o **afastamento desnecessário da família**. Nestes casos, o acolhimento institucional, **em vez de proteger, viola os direitos** dos infantes. Outros problemas foram constatados nas unidades de acolhimento, como **alimentos vencidos, necessidade de limpeza, documentação, ausência de roupas individualizadas** etc. Segundo Tonet, os encaminhamentos devidos foram efetivados.

Em Fortaleza, existem 10 entidades que são geridas em sistema de cogestão com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará, que abrigam crianças e adolescentes do interior do Estado. As demais funcionam ou em sistema de cogestão com a Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Município de Fortaleza (SETRA), atual Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS), ou referenciados por esta.

As entidades vinculadas ao Município não possuem problemas insanáveis referentes à documentação, no entanto, **há necessidade de uma melhor gerência dos convênios** de cogestão. O representante do MPCE frisou que os acolhimentos do Estado passaram para fiscalização da 6ª Promotoria da Infância e Juventude no mês de outubro, que aglutinou todos os acolhimentos de crianças e adolescentes. Estas últimas inspeções foram realizadas pela 6ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude e estagiários, e pela equipe técnica, composta por Psicóloga e Assistente Social, do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude. Os Conselhos Tutelares, na medida do possível e de suas disponibilidades, também acompanham as visitas técnicas.

Os serviços de acolhimento devem ser municipalizados, podendo ser prestados por entidades da sociedade civil, desde que atendam aos requisitos legais de inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) e no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), bem como alvarás municipais, da Vigilância Sanitária e do Corpo de Bombeiros.

As inspeções decorrem de dois pontos: para atender a resolução 71, de 15 de junho de 2011, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que determina a

necessidade de inspeções quadrimestrais – três durante o ano – sendo uma destas mais completa, denominada “inspeção anual” que ocorre, normalmente, no mês de março; e para sanar irregularidades, porventura encontradas, possibilitando um ambiente mínimo de salubridade e que possibilite um desenvolvimento adequado, respeitando-se o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). (MPCE, 2017, grifo nosso)

O texto fala por si e é muito revelador. Destaca a gravidade dos problemas encontrados nas unidades e resume de maneira crucial o cerne de tais questões quando diz que, o acolhimento institucional mal executado, em vez de proteger, pode tornar-se um violador de direitos.

Expõe a fragilidade dos convênios realizados com entidades não governamentais; cita que a medida é, muitas vezes, aplicada sem necessidade, afastando a criança ou adolescente do convívio da família de maneira a fragilizar ainda mais os vínculos; dá destaque aos casos de pessoas que vêm do interior para serem abrigadas na capital, fugindo totalmente à orientação sobre a proximidade do abrigo à comunidade de origem.

2.3 Dados sobre as entidades de Acolhimento Institucional do Brasil

Em se tratando das entidades de acolhimento no âmbito do Brasil, em 2011 o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, editou o Relatório da sua Resolução 71/2011, que foi denominado “Um Olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no país” (BRASIL, 2013). A partir deste relatório, que abrangeu em suas inspeções 86,5% *do total* das instituições brasileiras que acolhiam crianças e adolescentes à época, trago alguns dados sobre o acolhimento institucional no Brasil, ilustrando e ratificando as argumentações em torno do tema. Para começar, o documento fala dos dados numéricos acerca dos atendimentos, colocando que, 53%, ou seja, a grande maioria das instituições que se denominavam abrigos, estava no Sudeste e que:

“As 2.247 entidades de acolhimento institucional (abrigos e casas-lares), inspecionadas pelo Ministério Público em março de 2013 (86,5% do total), possuem juntas capacidade de atendimento a 45.569 crianças e adolescentes, enquanto o número de atendidos é de 29.321 em acolhimento.” (BRASIL, 2013 p.26)

Quanto ao perfil das entidades brasileiras, particularmente abrigos, o relatório afirma que em torno de 77% atendia a ambos os sexos, sendo que no Nordeste verificava-se uma tendência a que as instituições realizassem um atendimento em separado (40%), dividido por sexo, o que ocorria diversamente das outras regiões do país. (BRASIL, 2013, p. 29-31)

Nacionalmente o atendimento em instituições privadas era superior aos atendimentos em instituições públicas, e essa tendência alcançava seu auge no Nordeste, onde cerca de 84,8% das instituições de acolhimento eram organizações não governamentais - ONGs. (BRASIL, 2013). Ressalte-se ainda que:

Destas entidades não-governamentais, 56,4% delas, na média nacional, são certificadas como entidades beneficentes de assistência social. Assim, em que pese a menor atuação direta do Estado, há um claro fomento estatal à atuação do terceiro setor na prestação dos serviços de acolhimento institucional. (BRASIL, 2013, p. 32)

Em 2009, através da resolução nº 93, o CNJ resolveu lançar um sistema online que chamou de Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas - CNCA. Este sistema traz, no *site* da instituição na internet, informações quantitativas sobre crianças e adolescentes acolhidos no Brasil, em abrigos e ou estabelecimentos mantidos por ONGs, igrejas e instituições religiosas, destituídos ou não do poder familiar (ou seja, disponíveis ou não para adoção). Esta ferramenta visa ainda integrar, pela internet, através de acesso controlado, as várias instituições responsáveis pela concretização dos serviços de Acolhimento Institucional em todo o país: juízes, promotores, Conselhos de Direitos, Entidades de Acolhimento, com o objetivo primordial de melhorar o serviço e adequá-los a todos os objetivos preconizados nas leis e nos planos de ação.

Na área de acesso público, estão disponíveis relatórios muito importantes, que nos mostram números sempre atualizados sobre o Acolhimento Institucional no Brasil e em cada estado da federação.

Em dados do mês de janeiro de 2018, podemos observar que existem em todo o país 4.259 entidades de acolhimento. Elas estão distribuídas entre os estados conforme a seguinte tabela:

Tabela 1- Entidades por estado do Brasil
(continua)

Estado	Total
Acre	21
Alagoas	58
Amazonas	12
Amapá	14
Bahia	113

Tabela 1- Entidades por estado do Brasil
(conclusão)

Estado	Total
Ceará	141
Distrito Federal	15
Espírito Santo	123
Goiás	134
Maranhão	35
Minas Gerais	579
Mato Grosso do Sul	118
Mato Grosso	83
Pará	139
Paraíba	55
Pernambuco	89
Piauí	13
Paraná	530
Rio de Janeiro	231
Rio Grande do Norte	19
Rondônia	49
Roraima	4
Rio Grande do Sul	406
Santa Catarina	210
Sergipe	50
São Paulo	987
Tocantins	31
Total	4259

Fonte: Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos- CNJ, dados de janeiro de 2018

2.3.1 Perfil dos acolhidos no Brasil

Ainda com base nos dados do CNCA, em janeiro de 2018, 4.259 entidades de acolhimento institucional, abrigos e afins, acolhem as 47.022 crianças, adolescentes e jovens. Deste total, 22.787 são do sexo feminino, e 24.225 do sexo masculino. O Ceará

especificamente, em suas 141 entidades, acolhe 1.186 do total. Ilustração na tabela, na página a seguir:

Tabela 2 - Número de acolhidos por estado

Estado	Total
Acre	169
Alagoas	495
Amazonas	268
Amapá	247
Bahia	1521
Ceará	1186
Distrito Federal	432
Espírito Santo	1148
Goiás	1575
Maranhão	354
Minas Gerais	4959
Mato Grosso do Sul	1227
Mato Grosso	584
Pará	1107
Paraíba	606
Pernambuco	1396
Piauí	345
Paraná	3403
Rio de Janeiro	4412
Rio Grande do Norte	287
Rondônia	444
Roraima	163
Rio Grande do Sul	4876
Santa Catarina	1952
Sergipe	343
São Paulo	13351
Tocantins	167
Total	47017

Fonte: Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos- CNJ, dados de janeiro de 2018

Quanto à idade, o relatório do CNMP relativo aos anos de 2012/2013, já referia a amplitude da faixa etária dos acolhidos. Também apontava que esse número contemplava "[...] em maior número meninos e meninas de 0 a 15 anos, com maior incidência de meninos entre 6 e 11 anos e meninas de 6 a 11 anos e 12 a 15. (BRASIL, 2013, p. 36)

Quanto à faixa etária, podemos afirmar que ainda é maior o número de acolhidos entre 0 e 15 anos. Analisemos a tabela com número de acolhidos por idade, disponível no cadastro nacional alimentado pelo CNJ:

Tabela 3 - Acolhidos por idade

Idade	Total
0	1745
1	1704
2	1629
3	1661
4	1577
5	1674
6	1774
7	1747
8	1955
9	2027
10	2090
11	2290
12	2578
13	2758
14	3095
15	3139
16	3205
17	3003
18	1563
19	946
20	864
21	672
22	528
23	463
24	319
25	114
26	1
Sem data de nascimento cadastrada	1891
Total	47022

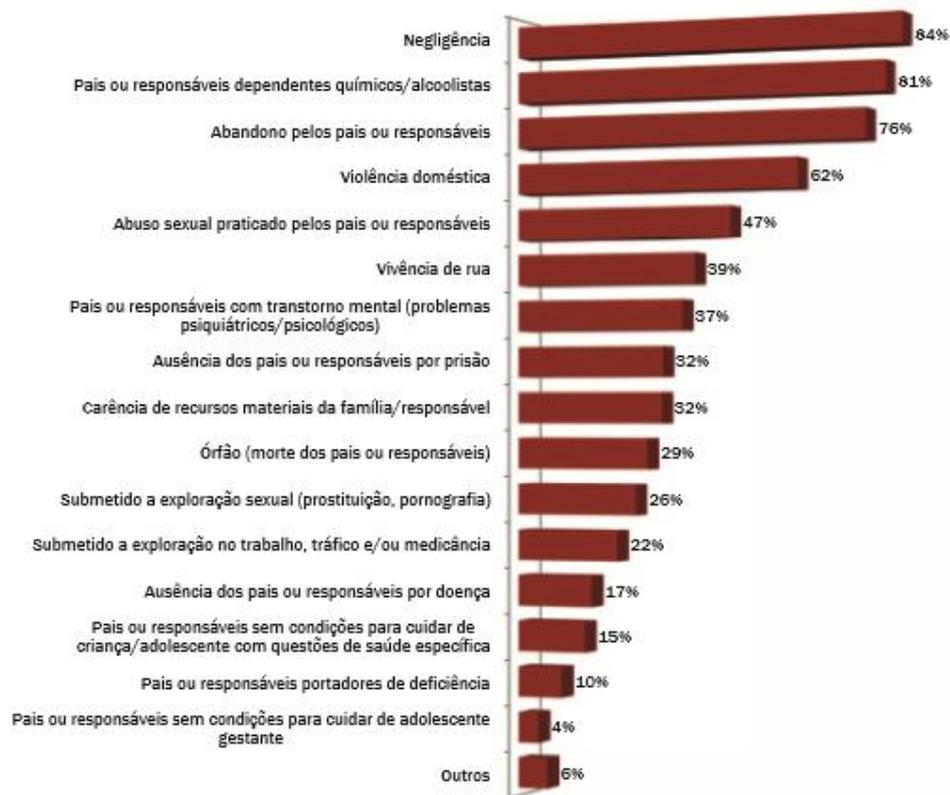
Fonte: Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos- CNJ, dados de janeiro de 2018

Há acolhidos com especificidades de demanda, quais sejam, deficiência mental, deficiência física, adolescentes grávidas, dependência química, dentre outras. No Nordeste, as principais demandas específicas são de crianças e adolescentes em situação de moradia nas

ruas, dependência química, deficiência mental e ameaça de morte, nesta ordem. (BRASIL, 2013, p. 40)

No gráfico a seguir, apresentamos os principais motivos para acolhimento em abrigos no ano de 2012, ressaltando que os motivos se sobrepõem, sendo os mais comuns, a dependência química/alcoolismo dos responsáveis, a negligência e o abandono; ressalte-se ainda os alarmantes índices de violência doméstica e sexual praticada por pais ou responsáveis:

Gráfico 2 - Principais motivos para acolhimento de criança e adolescentes em abrigos no ano de 2012



Fonte: BRASIL, 2013, p. 44.

O relatório do CNMP também nos mostra que, mesmo após o acolhimento em uma instituição, persiste o abandono e a negligência dos pais: por ocasião do levantamento, em torno de 75% das crianças e adolescentes acolhidos estavam sem visitas havia mais de 02 meses. Esse quadro se reflete numa questão muito importante que é a da não provisoriedade dos atendimentos. Enquanto o ECA pressupõe que a cada 06 meses se reavalie a necessidade

do acolhimento e que ele não se deve estender por mais de 02 anos, a não ser em casos de superior interesse do acolhido e sempre sob fundamentação judicial, o que se vê é que:

[...] no universo de entidades de acolhimento institucional pesquisado, o percentual de crianças e adolescentes que permaneceram no serviço até o período de seis meses não chega a 20%. Em torno de 50% dos atendidos permanecem no serviço entre 6 meses a 2 anos e um número bastante alto, correspondente a aproximadamente 35% dos acolhidos, são mantidos nas entidades por mais de 2 anos, o que corresponde a mais de 10 mil crianças e adolescentes. (BRASIL, 2013, p. 49-52).

Diante de todos os dados expostos, chegamos a uma primeira verificação sobre a situação de uma infância e uma juventude que cresce em abrigos e em outras instituições, negligenciada por suas famílias e por um Estado que, muitas das vezes, repassa ao terceiro setor suas responsabilidades.

Estas e tantas questões que envolvem o acolhimento institucional no cotidiano, fazem deste estudo algo de extrema relevância e com grandes possibilidades para a geração de novos conhecimentos em torno da política, realizando uma avaliação cuidadosa e propiciando espaço para as percepções dos usuários do serviço.

3 POBREZA E INSTITUCIONALIZAÇÃO: FAMÍLIAS E JOVENS SOB O (DES)AMPARO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

"Minha mãe achava estudo a coisa mais fina do mundo. Não é. A coisa mais fina do mundo é sentimento. Aquele dia de noite, o pai fazendo serão, ela falou comigo: 'Coitado, até essa hora no serviço pesado'. Arrumou pão e café, deixou tacho no fogo com água quente. Não me falou em amor. Essa palavra de luxo." (Ensino, de Adélia Prado)

Todo o cenário que desenhei anteriormente, mostrando a trajetória da política, expondo o caminho das legislações e falando sobre o perfil dos jovens acolhidos e das entidades que os acolhem, nos levam a algumas conclusões.

Uma das principais, é de que a juventude acolhida em abrigos é a juventude oriunda de famílias pobres. Quando assim a designo, procuro remeter-me também às grandes discussões, ora em destaque, sobre uma conceituação plural da juventude: as juventudes.

Helena Abramo em (BRASIL, 2014, p.25) nos apresenta uma discussão acerca dessa pluralidade. Cita autores como Bordieu para nos levar a uma compreensão de juventude que está para além de um marco etário, demonstrando a diversidade de modos de vida e condições materiais em que se concretizam - por isso diversas - juventudes. Ela ainda afirma que:

[...] a juventude é também um símbolo. Esse símbolo se materializa numa imagem: a do jovem bonito, saudável, com o futuro pela frente, mas já 'antelado' com ele (pelas roupas que usa, pelos gostos culturais que professa e pelas idéias que expressa). Ele é moderno, ele é saudável, ele é promissor, ele é projeção para o futuro. Para o NOSSO futuro. E ele combina tudo isso com uma leveza de quem ainda não carrega grandes responsabilidades, com o descompromisso de quem ainda é objeto de investimento de economias, energias e desejos sociais. (ABRAMO, 2014, p.25, grifo da autora)

Esse símbolo necessita de um reconhecimento e de uma legitimação social para que se concretize. Porque nem todos os jovens têm acesso aos elementos que constituem a *juventude ideal*, projetada pela sociedade, donde deriva o fato de que nem todos os conjuntos de jovens podem ter acesso à juventude, enquanto legitimação simbólica.

Deste cenário desigual, também derivam alguns paradoxos existentes na condição juvenil atual, quais sejam: um maior acesso à educação que não se traduz em acesso ao emprego decente; maior acesso a um mundo de informações e menos acesso aos espaços verdadeiramente decisórios; grande expectativa em torno da autonomia sem, contudo, haver

condições para materializá-la; maior acesso a equipamentos de saúde e também maior exposição a riscos e contingências específicas; maior mobilidade versus maior necessidade de migrarem por trajetórias incertas; maior identificação com outros jovens e maior dificuldade em pactuar com o mundo adulto e seus projetos; juventude apta para revolucionar o mundo do trabalho, mas sem devido acesso a este mundo; juventude tensionada entre dependência institucional e protagonismo e participação autônoma; expansão do consumo simbólico versus restrição do consumo material; juventude que transita entre conquistas e autonomia mas ainda se vê às voltas com a estigmatização e as indefinições de sua importância enquanto sujeitos de direito. (BRASIL, 2014, p.18)

Levando em conta os paradoxos apresentados e também as determinações históricas e sociais deste conceito, a autora relaciona a juventude atual a:

[...] obtenção da condição adulta como uma meta; a emancipação e a autonomia como trajetória; a construção de uma identidade própria como questão central; (as relações entre gerações como um marco básico para atingir tais propósitos; e as relações entre jovens para modelar identidades, ou seja, interação entre pares como parte do processo de socialização. (UNESCO, 2004, apud BRASIL, 2014, p. 20)

Neste contexto, podemos inferir que a pobreza delimita a juventude do público por nós pesquisado de diversas maneiras. Ela delimita o lugar onde moram, o alimento que consomem, os objetos a que têm acesso, a educação e a saúde de que se utilizam. Determina, portanto, o modo de serem jovens. Vai além, porque estes jovens não se encontram sem uma origem: ela determina os modos de vida de suas famílias e muitas vezes os motivos que lhes fazem conduzir seus filhos à institucionalização. (GULASSA, 2010, p.80)

A pobreza é um fenômeno estrutural do sistema capitalista, que se sustenta sobre as desigualdades. Ela atinge a estes jovens, porque atinge diretamente suas famílias de origem. Dela derivam múltiplas questões sociais, as quais se esfacelam e se multiplicam em novas outras.

Não pode ser limitada a pobreza, apenas à questão da escassez de recursos financeiros, embora seja assim considerada por este sistema de mercado selvagem; ela abrange muitos outros fatores. Castel (1998, p. 286, 287 e 294) a associa a uma imoralidade naturalizada através de uma completa degradação da vida das famílias das classes mais pobres. Diz que, para além da miséria material, ela é um elemento de degradação moral. Refere-se então à pobreza como uma construção social.

De fato, a pobreza constitui-se muito mais que uma falta de acesso à riqueza material, mas uma igualmente importante escassez de acesso aos bens e riquezas do conhecimento humano.

Numa análise mais cuidadosa deste conceito relaciona-se o *não-ter* ao *não-ser*, como coloca Demo (2010), afirmando que a:

Pobreza política não é outra pobreza, mas o mesmo fenômeno considerado em sua complexidade não linear. A realidade social não se restringe à sua face empírica mensurável, mas inclui outras dimensões metodologicamente mais difíceis de reconstruir, mas, nem por isso, menos relevantes para a vida das sociedades e pessoas. Estamos habituados a ver pobreza como carência material, no plano do ter: é pobre quem não tem renda, emprego, habitação, alimentos, etc. Esta dimensão é crucial e não poderia, em momento algum, ser secundarizada. Mas a dinâmica da pobreza não se restringe à esfera material do ter. Avança na esfera do ser e, possivelmente, alcança aí intensidades ainda mais comprometedoras. Mais drástico do que não ter mínimos materiais para sobreviver é não ser nada na vida. (DEMO, 2010, p.01)

É este o fenômeno abrangente que atinge as famílias que são a clientela dos serviços socioassistenciais. A Assistência Social coloca o foco de suas ações nas famílias, através da matricialidade sociofamiliar (PNAS, 2005, p.39); mas o que se vê na implementação das políticas é que são ainda insuficientes, não abrangendo a diversidade das demandas que se apresentam.

Abrindo um parêntese, ainda sobre elementos que incidem e influenciam diretamente a vida das pessoas que participaram desta pesquisa e de suas famílias, proponho a seguir um breve tópico para discussão sobre a violência.

3.1 A violência que atinge a juventude

Em se tratando de acolhimento institucional de jovens, observando as motivações que os levam ao abrigo, e as relações com suas famílias e comunidades, não posso deixar de abrir este tópico sobre a questão da violência.

E não falo apenas da violência intrafamiliar, que negligencia, explora e vitimiza todos os dias tantas crianças e jovens dentro de suas casas. Falo também da violência como um fenômeno que tem se expressado, sobretudo, como um massacre da juventude.

Dados do Mapa da Violência 2016, que teve como foco os homicídios por arma de fogo no Brasil em 2014, trazem a assustadora demonstração de que a juventude é o alvo mais constante deste tipo de mortalidade:

Gráfico 3 - Taxas de Homicídio por Arma de Fogo (por 100mil), por idade simples no Brasil em 2014



Fonte : Mapa da Violência 2016 (Waiselfsz, 2016, p.51)

Verifica-se que entre os 13 e os 20 anos se apresenta o período mais crítico, de tal modo que, aos 20 anos, houve mais de 67 mortes a cada grupo de 100 mil indivíduos. Considere-se ainda que a quase totalidade nacional das vítimas é do sexo masculino (94,4%) (Waiselfsz, 2016, p.47-51).

Este recorte etário e de gênero abrange o grupo que estudo nesta pesquisa. Não por acaso a violência foi um dos temas que emergiu de maneira muito forte em minhas conversas com os meninos. Emergi nos relatos das violências que os afeta em suas comunidades, na rua, e até mesmo nas instituições; relatos nos quais figuram, ora como protagonistas, ora como vítimas, mas que permeiam certamente seu imaginário e seu real vivido.

Desta maneira, fez-se necessário compreender o entrelaçamento deste e de outros fenômenos que os afeta diretamente, como condição para melhor analisar as informações e impressões que trouxeram e seu olhar sobre o próprio acolhimento em um abrigo.

3.2 O fenômeno da institucionalização

Ainda sobre o entrelaçamento de fenômenos, e sobre o acolhimento institucional, Gulassa (2010, p.80) diz que, por mais variadas que se apresentem as motivações para o

acolhimento de crianças, adolescentes e grupos de irmãos em abrigos e entidades afins, essa motivação está, na maior parte das vezes, intrinsecamente ligada à questão da pobreza de suas famílias e da insuficiência das políticas públicas que a elas se destinam.

As políticas públicas, desde sua gênese, estão ligadas a interesses contraditórios e polarizados. Respostas de um Estado Interventor quanto às questões sociais, são também estratégias de reprodução do sistema capitalista e de suas desigualdades. É questionável o caráter evolutivo que vai das práticas caritativas, passando pelas benesses assistenciais e chegando às políticas sociais; e isto é ainda mais claro em nossos dias, quando as políticas estão cada vez mais atreladas a interesses e imposições dos grandes organismos internacionais. (PEREIRA, 2009, p.28)

É nesta lógica que se enquadra a política de Assistência Social/Acolhimento Institucional: ela é uma resposta aos recrudescimentos das questões sociais que desde sempre se abatem sobre as famílias brasileiras; questões sociais da pior espécie, que causam a fragilização ou ruptura de algo precioso que é o vínculo familiar. (RIZZINI E PILOTTI, 2011, p. 25).

Quando o fio que vincula os afetos e a solidariedade entre os indivíduos arrançados de maneira familiar se fragiliza ou se rompe, entra em cena o aparato institucional. A lei pressupõe como uma primeira instância a tentativa de retomada dos vínculos. No entanto, não é o que acontece em grande parte das vezes, tanto porque isso depende da sensibilidade e das condições daqueles que executam as leis, como também porque as vezes a gravidade das rupturas não o permite.

Entra em cena o Estado que passa a guardar crianças, adolescentes e jovens em suas instituições. Decorrente dessa institucionalização está em jogo uma marca profunda na história de muitos meninos e meninas. Isso quando não passa a instituição a constituir-se sua única referência de história de vida.

3.2.1 A Instituição e sua influência na vida das pessoas institucionalizadas

Neste caminho, e na compreensão do abrigo, recorri aos estudos de Goffman (1987) a respeito do que chamou *instituições totais* e sobre *estigmas*.

Em seus estudos, o autor debruçou-se sobre a questão do comportamento de internos de um hospital psiquiátrico, chegando a uma análise sociológica do que chamou de “estrutura do eu”. Neste esforço, conseguiu formular algumas categorias, tais como,

instituição total, carreira moral, vida íntima na instituição, analisando através delas o modelo médico e a hospitalização psiquiátrica.

Goffman (1987, p. 15-17) atribui a nomenclatura *Instituição Total* a toda aquela instituição na qual se percebe algumas características em conjunto, envolvendo um mesmo grupo num mesmo lugar, vivendo sob as mesmas regras, tratamentos e atividades impostas; estes indivíduos em geral, afirma o autor, encontram-se em situação semelhante, separados da sociedade por amplos períodos, caracterizando este fechamento em instituição total. Ressalta o autor que, ao tratar das características das instituições totais, não atribui a elas todas, de maneira homogênea, estas características, que podem ou não apresentar, em maior ou menor grau. Situa, de maneira mais geral, 05 grupos distintos de instituições totais, a saber:

Primeiro grupo: Instituições para pessoas incapazes e inofensivas (ex. orfanatos e abrigos para idosos); segundo grupo: instituições voltadas a pessoas incapazes para o autocuidado e que também representam perigo não intencional às outras pessoas (ex. sanatórios); terceiro grupo: Instituições que internam pessoas a fim de proteger as que estão fora dela de sua periculosidade intencional (ex. presídios). Neste caso, o bem-estar do interno não é uma preocupação; quarto grupo: locais que se destinam a uma execução mais adequada de objetivos de trabalho ou estudo (ex. quartel, colégio interno); quinto lugar: instituições que servem como refúgio do mundo, e as vezes são também lugar de instrução (ex. conventos e abadias).

Goffman (1987) relaciona a influência da instituição total na vida do interno, e explica que:

Uma disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes co-participantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral. O aspecto central das instituições totais pode ser descrito como a ruptura das barreiras que comumente separam essas três esferas da vida. (GOFFMAN, 1987, p.27)

O autor também lança o conceito da *mortificação do eu*, uma espécie de perda da identidade do indivíduo e uma passagem por uma série de mudanças que demarcam sua entrada e permanência numa instituição, comprometendo um grande número de vezes, sua segurança quanto à própria integridade física. Ele diz que nem todas as instituições submetem seus internos a esta mortificação. (GOFFMAN, 1987, p.29)

A partir disso o interno passaria por um processo de reestruturação do seu eu, reorganizando-se em prol de uma adaptação à vida institucional de maneira a ajustar-se a ela. Este ajustamento, segundo o autor pode acontecer de duas maneiras: um ajustamento primário, quando o interno absorve o discurso e as normas institucionais e com elas coopera a

fim de obter privilégios por sua obediência; e os ajustamentos secundários, onde os internos passam a usar de artimanhas e meios ilícitos na obtenção de satisfações ilícitas, indo contra as regras institucionais. Ressalta que estes tipos de ajustamentos podem se alternar durante a trajetória de um mesmo indivíduo. (GOFFMAN, 1987, p.159)

Traz ainda o autor alguns aspectos sobre a equipe dirigente, sobre o discurso que apresenta ao mundo como missão institucional, e o que muitas vezes acontece diversamente entre os muros institucionais. Embora demarque o autor esta divisão entre internos e equipe dirigente, ressalta ele que estes dois grupos se relacionam em muitas ocasiões, algumas vezes de maneira pessoal e ilícita, algumas vezes solidariamente, no que concerne aos objetivos de execução da rotina institucional, bem como no que diz respeito ao que ele chama de “cerimônias institucionais”. Estes momentos se constituiriam, segundo o autor, uma possibilidade para o interno reaprender as interações sociais e sua espontaneidade individual. (GOFFMAN, 1987, p.69-84)

O autor ainda traz um outro conceito: o de "carreira moral" do interno, que especifica em duas fases: pré-internamento e fase de internado.

Basicamente fala que na fase pré-internamento, o indivíduo encontra-se com o fato em si das causas de seu recolhimento em uma instituição, que entram em cena os atores que mediam este internamento, e que isso gera no interno sentimentos de traição e enganação em relação à família, bem como, sentimentos ruins em relação aos relatos de seu passado na retomada da história de seu caso. (GOFFMAN, 1987, p.114)

Na fase de internado, o paciente passaria por sensações de abandono, até a aceitação e retomada de seu eu, quando tenta recriar e adaptar sua história de vida, de forma a que sua história triste forje uma aceitação e uma apologia de seu eu; esta história é muitas vezes negada pelos registros que a instituição possui a respeito do indivíduo, o que o faz ter que recriar novamente a espécie de ficção que o embasava, num ciclo de exposições iminentes e causadoras de grande fadiga moral. (GOFFMAN, 1987, p.125)

Apresento estes conceitos de uma maneira breve, mas a fim de utilizar as contribuições que Goffman traçou em sua análise sobre a vida íntima de uma instituição. Essa contribuição está principalmente demonstrada no que concerne ao grau de influência que a vida institucional desenvolve sobre a formação do eu da pessoa internada.

Levando em consideração que meu intento é estudar a vivência de jovens em abrigos institucionais, e estando estes jovens numa fase peculiar de desenvolvimento físico e psíquico, concluo que há certamente uma grande influência do *viver no abrigo* sobre sua formação como pessoas.

Não entro nos méritos psicológicos, que não são o objetivo direto desta pesquisa; vou pelo terreno das percepções dos jovens para a construção de uma análise sobre a forma como acontece a vida institucional e os desdobramentos humanos, materiais, subjetivos dela decorrentes para estes jovens, e principalmente: como eles avaliam este processo.

3.2.2 Um estigma que vem de longe

Continuo esta reflexão em torno de todas as categorias lançadas até aqui, da juventude em suas diversas expressões até as famílias pobres e alvo das políticas sociais, passando pela realidade da institucionalização.

Retomo estes pensamentos sob a ótica dos atributos e estereótipos que desde sempre pesaram sobre meninos e meninas que necessitaram de institucionalização, sobre suas famílias consideradas desajustadas e incapazes: falo do estigma.

Explico, recorrendo novamente a Goffman, que se atribui um estigma a alguém, quando acreditamos que: “tem um atributo que o torna diferente do outro, um atributo depreciativo, [...] deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-a a uma pessoa estragada e diminuída” (GOFFMAN, 1988, p. 12)

Deparar-se com o estigma que se constrói em torno de si, pode levar as pessoas a agirem de modo a quererem parecer “normais”. Essa normalidade também pode se referir às questões sobre os modos de vida social e econômico, principalmente em tempos de apelos midiáticos redobrados e voltados sempre ao consumo. (GOFFMAN, 1988, p. 41)

Pensando a própria constituição das leis e das normativas, que propalam uma base de igualdade para os cidadãos, podemos refletir até que ponto esta igualdade se efetiva, até que ponto ela é apenas uma base na construção de identidades virtuais, em detrimento das reais, pelos sujeitos. (GOFFMAN, 1988, p.07)

Através de todo este cenário, de famílias estigmatizadas, de uma juventude recortada pela pobreza, apresento e analiso a seguir a instituição pesquisada, com base nas percepções dos meninos que nela vivem.

4 DESVENDANDO CAMINHOS E MÉTODOS

"Sou bem nascido. Menino, Fui como os demais, feliz.
Depois, veio o mau destino E fez de mim o que quis.
Veio o mau gênio da vida, Rompeu em meu coração,
Levou tudo de vencida, Rugiu como um furacão [...]
"(Manuel Bandeira)

Decidi pesquisar uma unidade de Fortaleza que acolhesse adolescentes, meninos. A escolha por este público me pareceu a mais propícia em vista de meus trabalhos e experiências anteriores, em vista dos objetivos traçados para esta pesquisa e, especialmente, porque o estudo exigia um recorte que o tornasse possível e viável.

Compreende-se facilmente que, em se tratando de uma pesquisa que versa sobre o ponto de vista dos abrigados, abordar crianças, ou até mesmo abordar adolescentes do sexo feminino, exigiria elementos metodológicos e de compreensão diversos porque abarcaria outras questões específicas do ciclo de vida e do gênero em questão.

Inicialmente pretendi ter como campo de pesquisa um dos abrigos institucionais geridos pela Prefeitura de Fortaleza. Com este objetivo, protocolei em outubro de 2016, ofício em forma de carta de apresentação ao Secretário responsável pela SETRA - Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, solicitando uma primeira aproximação com a equipe da Célula de Proteção Especial. Passados alguns dias recebi retorno telefônico de uma técnica da equipe, solicitando mais detalhes sobre a pesquisa. Relatei que meu objeto ainda estava em construção e que eu precisava colher junto à equipe técnica algumas informações sobre a configuração do serviço de acolhimento institucional naquele momento; que deste modo pretendia delimitar melhor os passos da pesquisa e que objetivava pesquisar com adolescentes em uma das unidades de acolhimento.

A profissional me adiantou que seria muito difícil entrar em uma das unidades, por ser o serviço sigiloso e medida protetiva para os adolescentes. Eu argumentei que compreendia as características do serviço e que também estava disposta a cumprir todas as etapas e a buscar as autorizações que me fossem necessárias para entrar no abrigo e poder realizar a pesquisa junto aos jovens. A técnica disse que me daria retorno por telefone marcando um momento com uma das profissionais da equipe. Este retorno não aconteceu.

No início do ano de 2017 entrei em contato novamente e na ocasião consegui que fosse marcada uma conversa com a gerente da célula de proteção especial. Compareci à SETRA mas a gerente teve um compromisso junto ao secretário e não pode me atender. Eu

disse que faria novo contato para remarcar o encontro. Mas quando o fiz, alguns dias depois, fui informada de que a gerente havia sido desligada da secretaria.

Diante dos fatos expostos, e por conta de outros problemas pessoais de força maior enfrentados durante este percurso, passados alguns meses, resolvi tentar o contato com a STDS, órgão que também é responsável por acolher institucionalmente jovens em nossa capital. Fiz contato telefônico com técnicos da secretaria que prontamente me orientaram sobre a quem dirigir o ofício de apresentação. Na ocasião tomei conhecimento de que o Laboratório de Inclusão¹³ é, junto à STDS, o setor responsável, dentre outras demandas, pelos despachos referentes às autorizações para pesquisas acadêmicas em unidades a ela ligadas.

De forma concomitante solicitei, mediante ofício, a autorização formal da senhora juíza responsável pela 3ª vara da infância e da juventude, Alda Maria Holanda Leite, para realização da pesquisa junto aos adolescentes. A autorização me foi entregue pela própria juíza, poucos dias depois, após uma conversa onde pude expor alguns pontos importantes sobre o trabalho que desejava empreender.

Com a autorização judicial em mãos, procurei o Laboratório de Inclusão da STDS, onde fui recebida pelo coordenador, que liberou autorização formal para que eu pudesse me encaminhar ao abrigo.

Portando todas as autorizações necessárias, fui ao abrigo, tendo já feito prévio contato telefônico com a assistente social da unidade. Na ocasião fui muito bem acolhida pela profissional e por toda a equipe. A assistente social recebeu minha documentação e se prontificou a me repassar as informações necessárias sobre a unidade, bem como, favorecer uma primeira aproximação minha com os adolescentes.

4.1 Escolha metodológica para análise dos dados

Propus analisar os dados obtidos em campo através da proposta de Minayo (2010), especificamente no que tange a uma abordagem hermenêutico- dialética das informações. A autora conceitua a hermenêutica e a dialética, a primeira associada à compreensão e a segunda à capacidade de estranhar e criticar. A junção destes dois conceitos, e destas duas ferramentas de análise, se funde numa capacidade de compreender o texto e

¹³ Laboratório ligado À STDS que anuncia como sua missão Promover a inclusão de pessoas com deficiência e vulnerabilidade social no mercado de trabalho. É este setor o responsável pelas seleções para estágios na secretaria, por liberação de pesquisas em suas unidades e pela realização de oficinas em empreendedorismo e acessibilidade.

tudo o que ele diz (ou nem diz) de maneira crítica, relacionando-o não apenas com o contexto do vivido, mas com a totalidade dos fenômenos.

A autora traz uma proposta operativa (MINAYO 2010, p.350) para o método de análise hermenêutico dialético, e em primeira instância o concebe em dois níveis.

O primeiro nível se refere ao que ela chama de “campo das determinações fundamentais”, ou seja, uma ampla e necessária contextualização sócio-histórica que garanta à realidade pesquisada, uma conexão com a totalidade.

Recomenda que esta etapa aconteça ainda na fase exploratória e que ela traga ao pesquisador um conhecimento a respeito da realidade em que seu objeto se insere.

Seguindo os rumos do que foi proposto pela autora, empreendi uma busca pela contextualização da política de Acolhimento Institucional, e mesmo da política de Assistência Social (da qual ela é elemento integrante e serviço). Mapeei as instituições que lhes moldaram ao longo dos anos, bem como, a parte de leis e normativas e seus discursos;

Também trouxe um delineamento do perfil dos que eram, e dos que são, acolhidos institucionalmente, tratando sempre com foco em crianças, adolescentes e jovens; busquei mapear o fenômeno, as realidades e as redes a ele articuladas e relacionadas, compreendendo, no entanto, que, ainda a totalidade por mim encontrada, será sempre parcial. (MINAYO 2010, p.354). Os frutos destes esforços foram expostos, de maneira nem sempre linear, ao longo deste escrito.

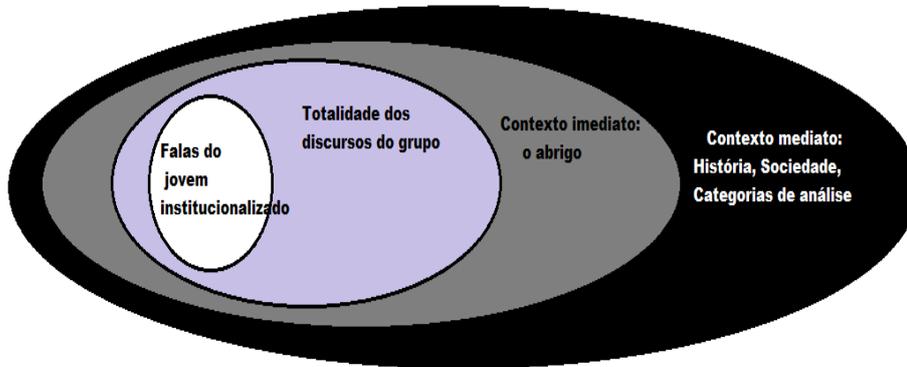
Num segundo momento interpretativo, seguindo a proposta operacional em destaque, encontro-me com várias concepções, diretas e indiretas, explícitas e implícitas, do que é “viver em um abrigo”.

Empenho-me em encontrar os sentidos, a lógica interpretativa, o que está projetado e até escondido nos discursos e nas vivências, para chegar a um universo inteligível em torno do que seja a vida num acolhimento institucional.

Neste trabalho procurei levar em conta o jeito muito próprio que os meninos têm de se comunicar, e não me refiro apenas às gírias e outros recursos, mas também a uma cultura presente e singular no universo do sujeito “que-é-de” ou que “transita-por” um abrigo.

No dizer de Minayo (2010, p. 355), cada grupo tem sua cultura e um conjunto de significantes que lhe é próprio. De todo modo, faz ele parte de círculos maiores, onde está vinculado a significados mais abrangentes, que se relacionam e se intercomunicam. Aqui por exemplo, retomando o conceito de juventude, ilustro este movimento da seguinte maneira:

Figura 2- Círculo hermenêutico dialético de análise do "Viver em abrigo"



Fonte: produzido pela autora com base na proposta operativa de MINAYO(2010, p. 355)

Partindo desta premissa, para título da realização de uma análise não apenas centrada no que me parece, ou que se molde tão somente em quadros comparativos, interligo as concepções das falas à totalidade dos discursos e do observado; articulo ainda ao contexto imediato que é o abrigo, local/situação em que vive o grupo pesquisado, que por sua vez também faz parte de um contexto mediato, forjado por seus determinantes histórico-sociais, e as categorias analíticas que esse contexto trouxe à tona.

Num trabalho meticoloso, vejo que da apreensão do cotidiano no abrigo e tudo o que dele faz parte, e da totalidade do material colhido, emergem por sua vez novas categorias, que me obrigam a retornar as categorias de análise com que iniciei meu trabalho. Neste movimento dialético, percebo surgirem, a confirmação de hipóteses e pensamentos iniciais, ora novas constatações, ora a necessidade de me aprofundar em novas categorias. (MINAYO 2010, p.356)

Para chegar a uma apreciação dos dados, segui as etapas do segundo nível de análise interpretativa. Fiz uma transcrição cuidadosa do que falaram os jovens durante o grupo focal e as entrevistas; também organizei o material escrito durante o grupo focal, digitalizando-o e recortando-o em trechos, que transformei em figuras que utilizo durante este

escrito a fim de ilustrar e reforçar significados; organizei os escritos que fiz durante os momentos imediatos à minha chegada do campo, verificando os mais relevantes.

Este esforço já me fez compreender que aquele material continha as respostas e as novas perguntas que eu buscava. E isso me instigou ainda mais para que, à luz das teorias estudadas, eu lesse o material por várias vezes, coletando sentidos e lógicas individuais e coletivas. (MINAYO 2010, p.357-358)

Cheguei assim ao desenvolvimento de alguns critérios de classificação que mesclaram as categorias empíricas, as categorias analíticas, e um recurso dialético. Busquei explicar o “viver em abrigo”, através do “viver o abrigo”, o abrigo em suas facetas reais e contraditórias, “o abrigo” também categoria.

Finalmente proponho uma análise final onde procuro compor e ilustrar meus achados de maneira a formar um todo coerente, fidedigno e pronto a responder meus objetivos, bem como a instigar, a mim e a outros, na construção de novas perguntas.

4.2 O abrigo

Por uma questão de compromisso com o sigilo em relação às identidades de todos os que são mencionados neste trabalho, e da própria instituição, em nenhum momento o nome da entidade será exposto. Os nomes citados serão sempre fictícios, e foram atribuídos por mim, de maneira aleatória, a fim de preservar os meninos, suas famílias e os profissionais.

Na página da STDS na internet, podemos apreciar a caracterização da unidade de acolhimento escolhida para ser nosso campo de estudos: diz ser voltada para atendimento do “público masculino, na faixa etária entre 15 e 18 anos, que estejam com seus direitos ameaçados e/ou violados, marcados por história de violência doméstica e com vínculos familiares fragilizados, *em regime de abrigo*”. Na mesma página também são apresentados alguns indicadores de desempenho da unidade, quais sejam: número de adolescentes atendidos; número de desligamento e suas motivações; encaminhamentos realizados ao mercado de trabalho ou escola formal; número de meninos envolvidos em cursos e outras atividades culturais e esportivas; número de atendimentos para manutenção de vínculos com as famílias. A cada mês é publicada uma tabela com indicadores do mês anterior e com os números relativos ao ano em curso.

Tabela 4 - Indicadores de Desempenho do abrigo em estudo: dados referentes a outubro e ao ano de 2017

Descrição	Outubro/2017	Jan-out/2017
Adolescentes atendidos	15	37
Adolescentes desligados por retorno à família	-	01
Adolescentes desligados por transferência	01	06
Adolescentes desligados por evasão	02	16
Adolescentes engajados no mercado de trabalho	03	07
Adolescentes engajados na escola formal	04	04
Curso/oficina de iniciação profissional	01	21
Atividades sociocultural e esportiva realizadas	38	219
Manutenção de vínculos	12	12

Fonte: pagina da STDS. Acesso em 04 de dezembro de 2017.

O abrigo existe desde o ano de 2008. É gerenciado pela Associação dos Moradores do Conjunto Tancredo Neves - AMCTN, em convênio com a STDS. O convênio é realizado a cada dois anos através de chamada pública onde concorrem outras entidades, ou renovado por via de aditivos. A AMCTN também gerencia outras unidades de acolhimento em Fortaleza. A STDS, segundo a assistente social nos informou, supre todo o material de expediente e consumo, pagando também a folha de pessoal. A AMCTN paga o aluguel da casa onde funciona o abrigo e o supre com material de expediente e manutenção.

A questão da cogestão e dos convênios com as ONGS é uma realidade muito presente não apenas em Fortaleza, mas em todo o Brasil. Isso ficou claro quando expusemos dados sobre o perfil das entidades de acolhimento. Já foram igualmente expostos, com base em informações locais do MPCE, os cuidados e as atenções que precisam ser intensificados neste tipo de execução conjunta.

4.2.1 Da equipe de profissionais

A equipe da unidade conta com uma coordenadora, uma assistente social, uma pedagoga (que é dividida com outra unidade), um psicólogo (que atende outras unidades), um advogado (que presta apoio jurídico e que também atende outras unidades); quanto aos educadores sociais eles são em número de 8, cobrindo uma escala de 12h por 36h, em duplas. O serviço de apoio conta com um trabalhador de serviços gerais e uma cozinheira.

Neste ponto, ressalto que as orientações técnicas para os serviços de acolhimento fazem algumas recomendações, baseadas no que diz a Norma Operacional de Recursos Humanos do SUAS-NOB-RH, sobre a equipe de profissionais. Recomenda, por exemplo, os turnos fixos diários para educadores, a fim de conferir uma rotina e vinculação maior com os acolhidos; Além de um coordenador com perfil adequado à função, a equipe técnica de referência deve ser composta minimamente por um psicólogo e um assistente social, que atuem com uma carga horária mínima de 30 horas semanais. (BRASIL, 2009, p.68)

Mesmo sabendo que é uma realidade o compartilhamento de profissionais por mais de um abrigo, e que isso acontece em vista das condições não ideais de execução dos serviços, ressalto que essa divisão só deveria acontecer quando a demanda o permitisse minimamente.

Na unidade em questão, percebi uma sobrecarga no papel da assistente social, que faz visitas em outras comarcas, já que os jovens são oriundos de vários municípios do Ceará, e cobre muitas outras atribuições de seu cargo. A pedagoga estava presente em alguns dias da semana, e a vi algumas vezes executar atividades individuais ou grupais com os meninos; mas em nenhuma de minhas várias idas ao abrigo tive a oportunidade de conhecer o psicólogo, o que teria sido de fundamental importância, e o que sem dúvida denuncia uma lacuna quanto ao atendimento psicológico.

Lembro-me que uma vez indaguei a um dos meninos sobre a equipe técnica do abrigo. Ele me respondeu que era muito simples: “que a pedagoga fingia ser pedagoga, o psicólogo fingia ser psicólogo e aparecia a cada 50 anos”. Esta indagação foi em uma das minhas primeiras visitas ao abrigo. Não entrando no mérito de sua completa veracidade, ou sobre as pessoas fingirem seus papéis profissionais ou não, destaco que o jovem que me respondeu de tal maneira, deve ter querido, minimamente, expressar sua indignação pelas lacunas que o serviço deixa.

4.2.2 Estrutura física e localização

Quanto à estrutura física, o abrigo localiza-se em área residencial, próximo às outras casas, num bairro considerado área nobre da cidade. É uma residência grande, de muro alto, dividida em grandes cômodos monocromáticos. Não tem por dentro ou por fora qualquer caracterização que indique que ali situe-se um abrigo. Por outro lado, também não me pareceu ter elementos que caracterizem uma casa residencial: quase não há móveis, não há nenhum tipo de ornamento, é um ambiente sem detalhes. A casa conta com três dormitórios que são

utilizados pelos jovens, cada qual possui beliches e um total de 5 camas. Segundo informações de uma das profissionais do abrigo, os jovens que excedem ao número de 15 vagas pernoitam em colchões no chão. Os armários que se encontram nos quartos estão com as portas arrombadas ou quebradas, porque têm suas chaves levadas constantemente pelos jovens que praticam evasão do atendimento. Desta maneira os jovens guardam seus pertences mais importantes numa espécie de guarda-volumes que funciona na sala de monitoria. Essa sala também serve de apoio aos educadores e outros profissionais.

Há ainda na estrutura uma sala de leituras com vários livros. Um pátio com uma mesa de madeira grande com bancos contínuos de cada lado que é usada para refeições e atividades em grupo; a sala de estar que possui um banco de madeira e uma televisão; a sala da coordenação, que serve de apoio à equipe de técnicos; a cozinha, grande com balcão; 02 banheiros para uso dos adolescentes; um banheiro para os profissionais.

4.2.3 Das rotinas

Estive no abrigo em várias ocasiões e horários diferentes, e pude perceber um pouco da rotina institucional. Em geral, os jovens despertam até as 07h da manhã. Muitos deles, bem antes disso, já se preparam para sair: aqueles que têm atividades de educação, saúde, ou estágios fora da instituição.

A partir das 07h também começa a rotina da casa: serve-se o café da manhã e iniciam-se as atividades internas. Às 10h é servido um lanche e às 11h30 o almoço. O lanche da tarde acontece às 15h, com um jantar às 19h e ceia às 21h. Percebi que quanto à alimentação são refeições servidas em boa quantidade e qualidade, e que existe a liberdade de solicitarem alimentos fora destes horários no caso de sentirem fome.

Observei que, aos fins de semana, os horários são diferenciados. As atividades, as alimentações, acontecem conforme for o ritmo do abrigo àquele dia, dependendo das atividades externas de lazer, ou de alguma particularidade de cada fim de semana.

Também observei esta flexibilidade em outras situações. Por exemplo, os jovens que fazem uso de medicações controladas e que tendem a dar muito sono, têm respeitada esta particularidade no caso do horário para o despertar.

4.2.4 Do perfil dos jovens acolhidos

Durante os meses em que realizei a pesquisa em campo, novembro e dezembro de 2017, o abrigo acolhia entre 16 e 19 jovens. Esse número variou por conta da taxa de evasão que causa certa rotatividade. Quase todos os que ali estavam tinham entre 15 e 17 anos. Um deles, de 19 anos, havia sido desligado da unidade porque, segundo a assistente social, não teria condições e autonomia para se manter sozinho lá fora, e aguardava os devidos encaminhamentos. Um outro jovem completou 18 anos durante a pesquisa, caso que relato mais adiante.

Deste total, houve no período deste estudo, 04 saídas: 02 adolescentes saíram por desistência do atendimento; 02 foram encaminhados à Delegacia da Criança e do Adolescente - DCA, após se envolverem em conflitos na casa, tendo um deles sido transferido para um abrigo da prefeitura e o outro recebido uma medida de privação de liberdade.

Dos que desistiram do atendimento, um já tinha completado 18 anos poucos dias antes, foi para seu estágio e não retornou ao abrigo; o outro estava em sua terceira desistência, tendo todas as vezes, pulado o muro da instituição.

Ressalto que dos 19 jovens que compuseram o universo desta pesquisa, 09 eram de outras comarcas, ou seja, vinham encaminhados ou transferidos de outros municípios do Ceará. Como já mencionei, a assistente social da unidade organiza visitas domiciliares periódicas, por região, e viaja com um carro cedido pela STDS.

Durante os períodos em que estive no abrigo, não vi nenhum jovem receber a visita de algum familiar ou responsável. Numa tarde, estava coletando alguns dados em documentos e presenciei as ligações que são feitas por eles a seus parentes: elas acontecem às quartas-feiras, e são mediadas pela assistente social. Os adolescentes telefonam através de uma linha institucional.

Quanto ao tempo de acolhimento, 10 jovens tinham mais de seis meses acolhidos nesta mesma instituição; um deles contava mais de 04 anos somente neste abrigo.

Dentre os 19 jovens, 07 cumpriram ou cumpriam medidas socioeducativas, na maior parte das vezes Liberdade Assistida - LA ou Prestação de Serviços à Comunidade - PSC¹⁴, sendo que um deles tinha mais de 18 processos por atos infracionais.

Quanto ao perfil educacional: (sem citar os 04 jovens que saíram antes do fim da pesquisa) apenas 05 cursavam séries do ensino regular, fundamental ou médio, sendo que

¹⁴ Modalidades de Medidas Socioeducativas aplicáveis a adolescentes que cometem ato infracional. Previstas no Capítulo IV, Seção V, do ECA.

destes, 02 estudavam em escola particular através de um apadrinhamento financeiro de uma empresa. Dos outros 10 jovens, 07 cursavam no Centro de Educação de Jovens e adultos - CEJA, ou Educação de Jovens e Adultos - EJA, onde englobavam várias séries em ciclos. 02 não estudavam, um deles por problemas com sua documentação e o outro porque fora admitido recentemente e tinha deficiência mental, além de estar o ano letivo já sendo finalizado.

Do total dos jovens que estavam estudando, 06 faziam estágios. Para a inserção nestes estágios, é exigida a matrícula e avaliada a frequência do jovem à escola.

Observei outras realidades, não mensuráveis numericamente, mas que acho importante ressaltar. Uma delas é que parte dos jovens estava acolhida, entre outras circunstâncias, por conta de ameaças de morte em suas comunidades. Muitos relataram suas experiências com o uso de drogas e com o tráfico. Outros tantos relataram práticas de atos infracionais como roubo ou furto, mesmo uma parte daqueles que nunca cumpriram medidas socioeducativas.

4.2.5 Outras considerações sobre o cotidiano

Estar no abrigo em horários diversos, em dias da semana ou do fim de semana, participar das atividades do cotidiano, fez de mim, aos poucos, uma pessoa conhecida na unidade. Logo me tornei próxima aos meninos e ganhei o bom acolhimento da equipe de profissionais.

Destes trabalhadores ouvi muitos desabafos, ora sobre a precariedade do serviço (que segundo eles já foi melhor) no que diz respeito a recursos materiais e humanos; ora sobre a precariedade dos vínculos trabalhistas e os desafios da própria demanda de trabalho.

Percebi uma boa interação dos jovens com a equipe dirigente, mas percebi que, especialmente em relação à equipe técnica, os espaços simbólicos são bem delimitados. Os educadores lhes pareciam mais próximos, e com alguns aparentava ter mais afinidade, uma afinidade que geralmente se definia em torno de quem mais lhes atendia as necessidades, ou vontades, durante o plantão.

Ouvi falas dos meninos, algumas vezes na presença dos profissionais, onde depreciavam o trabalho por eles exercido; isso ocorria especialmente a respeito da equipe técnica. Alguns diziam que aquelas pessoas estavam ali para “fazer nada”, ou somente para vigiá-los; outros me perguntaram se eu gostaria que falassem com a coordenadora a fim de

conseguirem para mim uma colocação no abrigo, e que eu não me preocupasse por ter outro emprego, já que “lá não faria nada e não me cansaria”.

Mas algumas vezes estes comentários também se voltavam aos educadores, diminuindo-os pelo suposto fato de não atenderem de pronto seus pedidos, de não se importarem com o “serviço”, ou de serem “formadores¹⁵”.

Uma coisa muito perceptível era a hostilidade de alguns jovens entre si. Durante os dias desta pesquisa, vi em especial uma divisão na casa em torno de dois adolescentes, um com muito tempo de acolhimento e outro mais recente na unidade.

Esta divisão desencadeou alguns conflitos na casa, alguns os quais acabaram com intervenção da polícia, e condução à delegacia especializada. Eu tinha, coincidentemente, um bom vínculo com ambos os líderes de cada grupo, e isso se tornou um ponto que exigiu de mim grande cautela afim de me manter neutra e não demonstrar tomar qualquer partido. Quando aconteciam estes e outros conflitos na casa, eu percebi que existia um certo pacto implícito para que não se tratasse do assunto na minha frente, e eu só sabia os detalhes quando, de maneira reservada, algum menino vinha me contar.

Procuravam-me, um para acusar o outro, para desabafar sobre os conflitos que o outro grupo causava. Mesmo durante a entrevista isso aconteceu de maneira muito clara, ao que tive de manter minha estratégia de neutralidade.

Procurei sempre manter ao máximo uma conduta de proximidade, respeito e consideração junto a todos, sem deixar de esclarecer os limites, e isso foi quase sempre recíproco por parte do grupo, de quem também ganhei uma espécie de proteção.

Lembro-me de que no dia da festa de natal, havia um jovem recém-admitido, de 17 anos, o qual eu ainda não conhecia. Ao final da festa fiquei conversando com os meninos e ele começou a fazer algumas perguntas, que começaram a partir para uma conduta de assédio. Ao perceber o fato, tentei me afastar um pouco do menino que se aproximava demais e ele me perguntou se eu “estava com medo dele”. Nem precisei responder: os outros meninos, percebendo a atitude do jovem, entraram em minha defesa, disseram que eu não tinha medo deles, que eu estava ali com eles quase todos os dias, que os conhecia, e que ele é que estava “vacilando¹⁶”.

Sobre a festa de natal: foi o único evento festivo do qual participei durante a pesquisa. Reuni muitos convidados, geralmente pessoas ligadas à coordenação dos abrigos da AMCTN. Havia um grupo de meninos e meninas de outra unidade e alguns educadores.

¹⁵ Gíria aqui empregada, não no sentido de formar, mas no sentido de armar ciladas ou delatar alguém.

¹⁶ Gíria empregada para repudiar a conduta de alguém.

Os meninos fizeram algumas curtas apresentações artísticas e depois houve um culto dirigido por um pastor evangélico que também é conselheiro tutelar. Houve ainda a apresentação de uma dupla gospel de voz e violão. Cabe neste ponto uma reflexão sobre o exercício (ou não) da religiosidade dentro de um abrigo. Na maioria das vezes isso é condicionado pelas características de cada instituição, enquanto as orientações e normas do acolhimento institucional direcionam para a liberdade de culto e de exercício religioso.

Lembro-me de que enquanto a dupla gospel cantava, lá atrás começou a acontecer um tumulto. Era um dos meninos do outro abrigo que tentava pular o muro. O educador continha o menino e o descia do muro ao que ele subia novamente. Isso ocorreu várias vezes, até que outros educadores interviram e conseguiram levar o menino pra uma das salas. Soube por alguns jovens que o menino em questão tinha deficiência auditiva e estava já há alguns anos na outra unidade.

Estas são algumas das histórias, das facetas do cotidiano num abrigo. Por seus diversos usos e símbolos, agrega muitas questões e parece adquirir a diversidade daqueles que nele vivem e convivem.

4.3 Percurso da pesquisa

Neste tópico apresento as escolhas metodológicas e os percursos desta pesquisa, especialmente os que se referem às minhas idas a campo e à coleta de dados.

Utilizei como metodologia as bases da proposta etnográfica, desenvolvendo pesquisa de campo onde procedi observação participante do cotidiano dos meninos no abrigo durante as visitas, que foram realizadas em horários diversos e propiciaram conhecimento sobre a rotina na unidade. Obtive, através dos meus sentidos e da interação direta com os jovens, uma visão simples e importante das cenas cotidianas que ali acontecem, com uma consequente apropriação de fatos que modelam e engendram a vida dos adolescentes que ali moram. Isso me trouxe inúmeras reflexões, memórias, impressões, indagações e respostas, as quais tento expor ao longo desta análise. (GIL, 1999)

Para chegar às percepções dos jovens acolhidos no abrigo, utilizei encontros em grupo, alguns com objetivo aplicado e focal ao estudo; outras vezes com um jogo ou uma conversa informal mediando esta coleta de impressões. Também houve momentos de partilhas espontâneas e individuais, que enriqueceram muito o universo de nossas descobertas e redescobertas.

Realizei um grupo focal que contou com a participação de oito adolescentes que se voluntariaram para a atividade proposta. A técnica de grupo focal realiza uma entrevista com um grupo pequeno, de seis a doze interlocutores, e é cada vez mais utilizada em estudos qualitativos de campo. (MINAYO, 2010). Os detalhes serão relatados ao longo deste capítulo. Apresento tabelas com a caracterização dos jovens participantes de cada momento da pesquisa.

Tabela 5 - Caracterização dos jovens que participaram do grupo focal

Nome	Idade	Tempo de permanência no abrigo atual
Miguel	15	4 meses
Josué	15	3 meses
Eduardo	15	3 meses
Paulo	16	6 meses
Lucas	17	2 meses
Ronaldo	17	10 meses
Fábio	18	1 anos e 5 meses
Rafael	19	4 anos e 5 meses

Fonte: elaborada pela autora com base no perfil dos jovens

Também realizei entrevistas em profundidade com 04 jovens, abordando suas percepções relativas à vida na instituição. A entrevista em profundidade é o tipo de técnica onde as perguntas são elaboradas de forma aberta, de maneira a favorecer a reflexão dos entrevistados e, ao pesquisador, a percepção de uma gama de elementos importantes do discurso. (RODRIGUES, 2011). Trabalhei através de perguntas semiestruturadas a fim de favorecer esta reflexão e facilitá-la, e utilizei as características da entrevista em profundidade para mapear as percepções dos jovens sobre abrigo.

Tabela 6- Caracterização dos jovens que participaram das entrevistas

Nome	Idade	Data de admissão ao abrigo atual
Miguel	15	4 meses
Josué	15	3 meses
Ronaldo	17	10 meses
Rafael	19	4 anos e 5 meses

Fonte: elaborada pela autora com base no perfil dos jovens.

Meu primeiro contato com os jovens foi rápido, nos comunicamos por poucas palavras. Alguns não estavam no abrigo pois haviam saído para suas atividades externas. Os que ali estavam, me olhavam desconfiados, sem entender bem minha presença na casa. A assistente social tentou fazer uma apresentação informal, disse que eu era educadora e assistente social e que lá estava para realizar atividades de pesquisa acadêmica. Neste primeiro momento também me apresentei, expliquei brevemente que meu objetivo era conhecer o ponto de vista deles sobre a vida no abrigo e que, para isso, passaria a visitar a unidade com frequência.

Naquele mesmo dia acompanhei a técnica até a sala da coordenação onde conversamos longamente sobre o abrigo, sua origem, características, fontes de financiamento: dados que apresento durante a pesquisa. A estas, sucederam-se outras inúmeras visitas entre os meses de novembro e dezembro de 2017.

Minha aproximação com a maior parte dos jovens me pareceu bem espontânea e tranquila. Apenas uns poucos se mantiveram distantes e sem abertura para qualquer contato. Com o passar dos dias já conversávamos sobre o cotidiano no abrigo, ou sobre questões das vivências de cada um. Eu participava de seus jogos de carteados, onde alguns consideravam algo muito engraçado conseguirem me trapacear a fim de obterem a vitória, enquanto outros já se colocavam como meus defensores, me deixando a par das regras do jogo ou vigiando para que meus adversários não me enganassem.

4.3.1 A história de Ronaldo

Numa manhã, vi um deles desenhando e colorindo, e me aproximei para conversar. Foi assim que conheci o Ronaldo. Ele estava terminando uma gravura na qual havia um coração e a frase “mãe eu te amo”. Criamos uma empatia quase que imediata. Me pareceu um menino muito afetivo e respeitoso. Uma pessoa muito doce, e um tanto introvertido. Percebi sua limitação em se expressar verbalmente e ainda uma certa infantilização, o que me fez suspeitar de algum diagnóstico de atraso em seu desenvolvimento cognitivo.

Ele tem 17 anos e por ocasião da pesquisa já vivia no abrigo havia 10 meses. O menino já morou por um outro período na unidade pesquisada; isso ocorreu durante o ano de 2016. No início de 2017 foi transferido para um outro abrigo, e pouco depois readmitido. Consta em seu histórico, que também já viveu em outras entidades. Seus pais são desaparecidos, e ele esteve durante uma parte de sua infância, dos 02 aos 06 anos de idade,

acolhido por uma senhora idosa que depois resolveu entregá-lo ao conselho tutelar, alegando não ter mais “condições de controlá-lo”.

Tive acesso, através da assistente social, a alguns documentos sobre Ronaldo e pude conhecer um outro lado de sua biografia. O menino realmente fazia acompanhamento no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS e tomava uma grande quantidade de remédios de uso controlado. Ao pesquisar o histórico psicológico, vi que um profissional afirmava em seu relatório que Ronaldo possuía leve retardo mental, ocasionado, possivelmente, pelas tensões vivenciadas em sua história. O relatório também falava da questão da negação do garoto a respeito do desaparecimento dos pais. Ressalto que o menino tem destituição do poder familiar¹⁷ decretada pelo juiz, ou seja, teoricamente, poderia até mesmo ser adotado.

Também soube que Ronaldo algumas vezes entra em surto, momento no qual torna-se agressivo e apresenta comportamentos destrutivos. O mesmo já necessitou até de contenção e, em alguns momentos, os profissionais chegaram a chamar a polícia durante suas crises.

É perceptível, na trajetória de Ronaldo, a relação entre suas vivências e os problemas que apresenta em seu desenvolvimento e comportamento. E a partir deste ponto, avaliamos a necessidade indispensável de uma preparação para os profissionais que lidam com esse público, pois como afirma a coleção abrigos em movimento, livro 01, do NECA (2010):

Compreender os acontecimentos do passado é poder dar sentido para algumas condutas das crianças e adolescentes que funcionam como um sinal ou sintoma de que algo importante ocorreu, mesmo que não esteja na lembrança e seja só um fragmento de memória, ou uma marca no corpo. Só assim podemos de fato realizar nosso trabalho, no presente, com aquela criança ou adolescente. (NECA, 2010, p.18)

Ainda sobre Ronaldo, a assistente social continuou me mostrando alguns documentos relativos às transferências entre abrigos. Da última vez, o garoto foi transferido porque ateou fogo à unidade onde estava acolhido, causando incêndio de proporções consideráveis. Durante a entrevista o menino apontou o fato, porém sem muitos detalhes, até mesmo por conta de sua grande dificuldade em comunicar-se verbalmente. Por causa do incidente, o garoto foi transferido para o Abrigo Desembargador Olívio Câmara - ADOC¹⁸, onde acabou não ficando por não estar no perfil da unidade, sendo levado novamente para o

¹⁷ Destituição do poder familiar, popularizada no meio jurídico com a sigla DPF. É a extinção do poder natural e legal dos pais sobre os filhos mediante determinação judicial.

¹⁸ Abrigo Desembargador Olívio Câmara: mantido pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS para atendimento de crianças e adolescentes com deficiência mental.

abrigo campo deste estudo. Também foi colocado em medida socioeducativa de liberdade assistida - LA, pois o incêndio causado foi avaliado como ato infracional.

Destaco da trajetória de Ronaldo mais uma grande contradição, dentre tantas: sua vida, sua história de quase 18 anos, estão resumidas entre papéis institucionais, laudos e relatórios. Durante sua entrevista, o garoto aponta a ausência de lembranças quanto ao tempo em que está no abrigo, bem como, a ausência de lembranças da família, segundo o mesmo, por falta de contato: “Eu num conheço nenhum. Eu num conheço não. Ninguém sabe que eu tou no abrigo *ainda*. [...] Quando eu tava em casa, lembrava de tudinho. Aí eu fui parar em abrigo, eu não teve contato”¹⁹

Ronaldo, destituído de poder familiar, negro, com 17 anos, não tem praticamente nenhuma perspectiva de ser adotado. Ronaldo também titubeia quando perguntado sobre suas perspectivas para um futuro autônomo. Resumindo, o garoto não delinea perspectivas em seu horizonte. Quando lhe perguntei sobre planos e projetos, respondeu prontamente: “Não pensei nisso ainda.”²⁰

Tive vários momentos de conversa com o Rafael, com o Miguel, com o Ronaldo, com outros meninos, criando com cada um deles um tipo de vínculo de confiança. Para mim foi uma experiência muito gratificante perceber que, apesar de algum tempo em que estive longe do chamado “trabalho de ponta” com a juventude, toda a experiência que adquiri como educadora social ainda se fazia sentir de maneira que podia afetá-los e me deixar afetar por eles, mesmo que agora no papel de pesquisadora, e com a necessidade de conseguir um olhar científico sobre a realidade.

Um dia cheguei ao abrigo pela manhã e estavam lá vários meninos. Propus a eles uma atividade, um jogo chamado “Trabalhando Habilidades”, que conheci e ganhei durante um treinamento do qual participei em 2010, realizado pelo Lua Nova.²¹ O jogo consta de 06 grupos de cartas e pode ser jogado de diversas maneiras. Os grupos de cartas são: personagem, lugar, objeto, ação, limitação e habilidade. Pode-se com tais elementos, que são sorteados, criar uma história onde haja um clímax com a questão da limitação, a qual possa ser resolvida com a habilidade sorteada. As cartas são coloridas e trazem personagens, objetos e lugares bem relacionados ao cotidiano dos jovens acolhidos institucionalmente.

¹⁹ Trecho da entrevista com Ronaldo, realizada em 09 de dezembro de 2017.

²⁰ Trecho da entrevista com Ronaldo, realizada em 09 de dezembro de 2017.

²¹ Organização não governamental que iniciou seu trabalho em 2000, com foco em jovens mães e seus filhos em situação de vulnerabilidade social que desde 2015 após um período de transição, tem suas atividades lideradas pelas jovens da organização. (Fonte: Página da ONG no facebook)

Quando começamos a jogar eu fui a primeira a criar minha história e a resolver com a habilidade que sorteei. Em seguida, a pedagoga da unidade, que jogava conosco, criou também sua versão de maneira bem criativa. A partir de nós, os meninos começaram a participar com crescente empolgação. Percebi que, apesar de não ser um jogo de “perde-ganha”, muito mais que de disputar, os meninos tinham vontade de criar suas histórias para que fossem apreciadas pelos outros jogadores. Começaram eles mesmos a organizar de quem seria a vez, e logo após iniciaram uma nova regra, pela qual, se não conseguíssemos resolver o caso com uma só habilidade, poderíamos sacar mais uma carta. Daquela dinâmica saíram histórias ora mirabolantes, ora engraçadas, ora dramáticas, mas sempre criativas. Aquela atividade nos proporcionou proximidade e para cada menino que participou, uma chance de ser ouvido e apreciado por sua capacidade criativa. Lembro-me de ter saído da unidade e tê-los deixado ainda jogando, bem animados. Eu mesma saí com uma bela impressão sobre aquele dia. Sentia-me cada vez mais preparada para realizar atividades mais profundas em torno do objetivo de conhecer as percepções dos jovens sobre o viver em um abrigo.

4.4 O grupo focal

O grupo focal foi realizado no salão do abrigo, numa tarde quente de um sábado. Ao redor de uma grande mesa, reuni-me com os sete meninos que se apresentaram ao convite, para a construção de um “sujeito coletivo”, um menino que contasse em sua história a história de cada um deles. No início brincaram sobre o nome do menino, sobre suas características.

Quando entreguei o desenho do corpo humano²², que seria de um menino, para que ali escrevessem ou para que falassem de pensamentos, sentimentos, e outros elementos do viver em abrigo, alguns começaram espontaneamente a falar e escrever de si, de suas histórias e perspectivas. (Esta foi uma estratégia para que, durante a discussão, produzissem um material que também transmitisse ideias em torno do tema). Outros de imediato já se dispersavam, se desculpavam por não escreverem ou por não saberem o que escrever ou falar. Procurei criar um clima de confiança e utilizar uma estratégia projetiva, que lançasse para um “menino imaginário” as impressões deles, procurando facilitar principalmente as falas, mas elas não foram muitas. As técnicas projetivas são baseadas em maneiras não-estruturadas e indiretas de chegar às crenças dos indivíduos sobre algo (MALHOTRA, 2001). Permitem fazer um trabalho no qual o indivíduo, através de estímulos, projete suas reflexões e

²² Desenho impresso e disponibilizado aos jovens. Ver apêndice E, página 107.

percepções sobre algo como se elas fossem de uma terceira pessoa ou, ao menos, sem uma identificação direta consigo. (PERRRIEN; EMANUEL; ZINS, 1984 apud MARCHETTI, 1995)

É interessante observar também que os jovens seguiram um movimento muito natural de direcionar os relatos escritos às suas próprias histórias, sem projetá-las e parecendo à vontade para delas falarem.

Os relatos escritos, mais que os verbais, foram muito ricos de sentidos, especialmente quando analisados os respectivos contextos de vida de cada jovem. Dentre os escritos, 04 me chamaram mais atenção, pelas ideias colocadas, pelos significados contemplados.

Eles falaram das questões propostas que eram: sentimentos e ideias do menino que vive no abrigo; o que o trouxe para o abrigo; o que ele encontrou ou quer encontrar no abrigo; o que ele trouxe para o abrigo; como ele pensa sua vida futura e sua saída do abrigo;

Os anexos deste trabalho trazem alguns dos materiais e relatos produzidos pelos jovens durante o grupo focal. Detenho-me sobre eles de maneira mais aprofundada no capítulo destinado às análises.

4.5 As entrevistas

Considero alguns pontos importantes do contexto das entrevistas: elas aconteceram individualmente, na sala de leitura da unidade, uma sala mais reservada; os relatos me pareceram todos realizados sob um clima de muita confiança e liberdade, e os jovens foram esclarecidos sobre sua livre participação e sobre a garantia de responderem somente aquilo que se sentissem à vontade para fazê-lo. Além do consentimento escrito e assinado por cada um, também lhes expliquei a necessidade de gravação da entrevista em arquivo de áudio, solicitando-lhes novamente, consentimento.

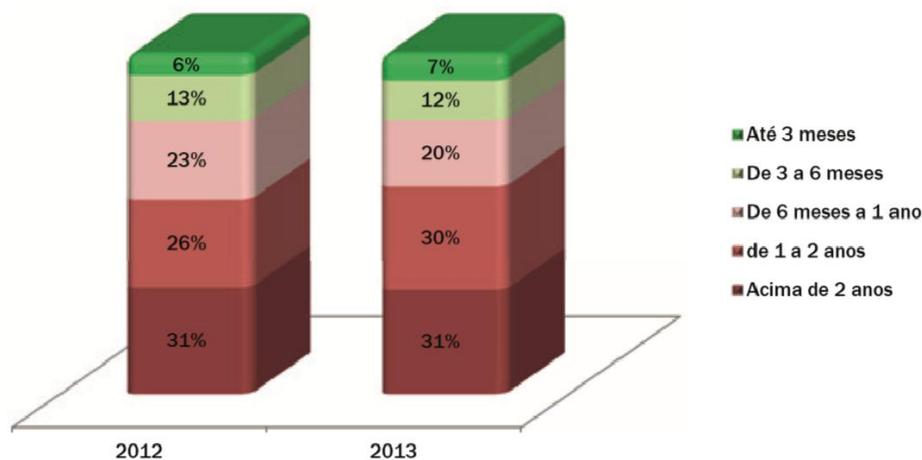
Esse momento foi muito intenso e particular. Foi o ápice de um ciclo de confiança criado com os jovens abrigados naquela instituição. Foi o momento de ter acesso a realidades e subjetividades muito marcadas, muito intensas e por vezes dolorosas. Ninguém troca sua casa por um abrigo. É muito claro que a pessoa que vai habitar numa instituição traz no bojo de sua demanda uma história de vida, uma questão social, um problema grave. Quando essa pessoa é um jovem, isso se torna um campo ainda mais particular.

As perguntas que orientaram o roteiro da entrevista versavam sobre o abrigo²³ e sobre o histórico de abrigamento dos meninos; sobre a experiência de viver em uma instituição e temas a isso diretamente ligados, tais como, os vínculos familiares e as perspectivas para o futuro.

As entrevistas foram realizadas num sábado. Foram entrevistados 04 jovens, cuja caracterização apresentamos anteriormente. Percebi, através das entrevistas que, para nenhum dos 04 entrevistados, aquela era a primeira experiência de acolhimento. Todos já tinham passado por outras instituições, e 03 deles estavam institucionalizados desde que eram crianças. O ECA propõe que a medida de Acolhimento Institucional é medida de proteção, excepcional e provisória. A partir dos relatos destes jovens, e dos fatos averiguados durante a pesquisa de campo, já de início se pode questionar a provisoriedade e a excepcionalidade de tal medida. Na amostra aleatória que participou das entrevistas, todos os adolescentes traziam já um vasto histórico de transferências entre abrigos, e 03 deles estavam institucionalizados há muitos anos.

Abaixo, apresentamos um gráfico do Relatório do CNMP que mostra o tempo médio de permanência dos acolhidos em unidades de todo o Brasil. Através dele comprovamos esta realidade presente em âmbito nacional:

Gráfico 4 - Brasil: tempo médio de permanência em abrigos (2012-2013)



Fonte: BRASIL, 2013, p.52

²³ Ver roteiro da entrevista em apêndices

4.6 Percepções dos jovens acolhidos institucionalmente sobre o viver em abrigo

A partir de agora, apresento a construção de uma análise a partir do que foi coletado como percepção dos jovens sobre o viver em abrigo. Procuo relacionar as falas, as imagens, as observações colhidas, entrelaçando-as ao contexto institucional e à trajetória da política.

A concretização do pensamento através destes dados coletados, demonstra a importância do conhecimento oriundo da subjetividade dos sujeitos, nos traz um universo de importantes descobertas e sentidos sobre a vida institucional e todas as mediações que a tornam real. (JODELET, 2009, p 702- 705)

Inicialmente ressalto a percepção de que viver em abrigo é viver o abrigo, espaço de subjetividade e lugar de contradições. O abrigo, lugar objetivo, construído em alvenaria, ocupando espaço num bairro, numa rua, atendendo (ou não) ao que pregam as normativas sobre sua estrutura física ideal, é também, e principalmente, espaço de subjetividade.

É espaço subjetivo, formado pelas noções que o indivíduo utiliza para apreciá-lo e pelas interações humanas por ele proporcionadas. (EWALD; GONÇALVES; BRAVO, 2008. p. 08). É a partir dessas interações e dos saberes que cada pessoa trouxe, que pretendo nesta análise, descrever algo do que é viver num abrigo. Através da minha ótica de pesquisadora, que vivenciei também em outros abrigos a condição de profissional, analiso a percepção dos jovens que vivenciam esta experiência de acolhimento (sendo a primeira ou não) de uma maneira particular e ao mesmo tempo coletiva. Compreendendo inicialmente que

[...] o espaço é o resultado e a condição da totalidade das relações sociais. Para tanto, é preciso observar, conhecer e viver este "espaço social", que ultrapassa o espaço físico. O espaço deve ser analisado, se quisermos privilegiar a subjetividade de seus ocupantes, como algo estruturado socialmente, onde são trocados (em direção à preservação ou à mudança) objetos, idéias, intenções e afetos. (EWALD; GONÇALVES; BRAVO, 2008. p. 14)

Neste sentido, todas as observações feitas por mim nesta análise tocam, naturalmente, ao espaço físico, mas privilegiam, principalmente, o abrigo subjetivo construído por cada menino e pelo grupo. Esta compreensão se faz necessária no entendimento de que, para além das percepções sobre viver no abrigo, campo deste estudo, meu intuito foi mapear a mais abrangente percepção de “viver em abrigo”.

Este ponto de partida serve, tanto para os que já tiveram várias experiências em vários abrigos, como para aqueles que o experimentam, pela primeira vez, mas que, de

qualquer forma, não chegaram a ele desprovidos de algum mínimo construto intelectual ou representação sobre uma instituição deste tipo.

Considerando a dinâmica que existe na própria subjetividade, imprimo a esta análise, a marca de um antagonismo de coexistências. Esta foi a forte impressão que ficou em mim durante todas as minhas idas ao abrigo, durante meus contatos com os jovens, durante a aplicação das técnicas de coleta de dados: a marca dos antagonismos que existe na percepção de cada menino sobre o abrigo.

Diante disto, ao chegar às categorias empíricas, não me surpreendi pela verificação das mesmas contradições que já me impressionavam e instigavam durante todo o trabalho em campo. Por este motivo, ao apresentá-las a seguir, utilizo-me da preposição latina *versus*, num recurso de linguagem que demonstre a ideia de contraste. Deixo claro que tal contraste se demonstra no terreno da coexistência de sentidos.

Na fala simples de Miguel, quando perguntado ao final da entrevista, se teria algo mais a dizer sobre viver em um abrigo:

"Uma coisa:...Ao mesmo tempo é bom, como eu falei né? É ruim, é ruim, não queira não. Mas ao mesmo tempo é bom, ao mesmo tempo é ruim. Porque num falta comida, num falta roupa...Pra quem num tem, né? Um lugar assim pra quem num tem um lugar pra ficar: é um lugar que nem esse.[...]"²⁴

4.6.1 O abrigo proteção versus o abrigo punição/violação: coexistência de sentidos

Quando falamos da vida no abrigo, uma das primeiras perguntas da entrevista semiestruturada foi acerca dos motivos de estar o jovem institucionalizado. Já desde esta primeira pergunta, como nas seguintes, e durante várias conversas com os meninos, ficou claro o contraste existente entre a concepção de abrigo como proteção e abrigamento como forma de medida de punição por ato infracional cometido ou mal comportamento.

Em uma primeira análise, chego aos conceitos do *abrigo proteção versus abrigo punição/violação*, os quais ilustro categoricamente nos dizeres de Miguel durante a entrevista: "[...] abrigo é um lugar de acolher as pessoas que *precisam* de um lugar pra morar., que tão *respondendo* (à justiça)... que não tem perfil de acolhimento institucional, aí eles manda prum abrigo..."²⁵

²⁴ Trecho da entrevista com Miguel, em 09 de dezembro de 2017.

²⁵ Trecho da entrevista de Miguel, realizada em 09 de dezembro de 2017.

O menino relaciona o abrigo a uma necessidade das pessoas e ao mesmo tempo diz ser destinado a quem está sendo punido, ou seja, “respondendo” por alguma infração. Continua o menino, num antagonismo simbólico, relatando como foi objetivada sua chegada à instituição:

[...] aí o **juiz** falou um monte de coisa lá, perguntou se *eu queria* ir pro abrigo eu falei que queria né? num queria *ser preso*! Aí ele perguntou, pediu pra escolher: Patativa, Passaré²⁶ pode decidir o que é que meu fí quer...aí eu: não, não. Quero ir pro abrigo. [...] mandou pra cá, *sentença* de 6 meses. 6 meses, 9 meses, pra ficar aqui²⁷.

É interessante reforçar que, embora aqui esteja marcada a contradição entre estes dois conceitos, eles podem coexistir na subjetividade de um mesmo menino. Isto se torna muito revelador da ambiguidade de sentimentos relativos aos porquês de viver em um abrigo. Ao mesmo tempo em que significa proteção e acolhimento, está muito claro o fato de ser visto como uma *sentença* a cumprir.

Esta ambivalência faz parte de uma totalidade. Ela reflete o contraste que existiu nas concepções da sociedade em que foram lançadas as primeiras bases para o atendimento à infância e à adolescência pobre, com o objetivo de proteger para que conter sua potencial periculosidade. Com relação aos elementos que ensejavam a Doutrina da Situação Irregular²⁸, Rizzini (2006) afirma que:

O discurso apresentava-se, com freqüência, ambíguo, onde a criança precisava ser protegida, mas também contida, a fim de que não causasse danos à sociedade. Esta ambigüidade na defesa da criança e da sociedade guarda relação com uma certa percepção de infância, claramente expressa nos documentos da época - ora em perigo, ora perigosa. Tais representações não por acaso estavam associadas a determinados estratos sociais, sendo a noção de periculosidade invariavelmente atrelada à infância das classes populares [...] O foco sobre a infância pobre redundou no desenvolvimento de um complexo aparato jurídico-assistencial sob a liderança do Estado, materializado através da criação de inúmeras leis e instituições destinadas à proteção e à assistência à infância (RIZZINI, 2006, p.10).

Um dos jovens, o Rafael, disse durante o grupo focal, que foi trazido ao abrigo por “um passado complicado”. Me falou, em algumas ocasiões, deste passado, de sua vida, institucionalizado desde a infância.

Afirmou que, nas poucas ocasiões em que voltou para sua casa, entre uma institucionalização e outra, esteve exposto a situações de envolvimento com violência e tráfico. Por isso, trazido que foi ao abrigo por este “passado” (do qual disse nem mesmo

²⁶ Refere-se (Nome, Bairro) aos centros destinados a cumprimento de medidas socioeducativas por adolescentes em conflito com a lei.

²⁷ Trecho da entrevista de Miguel, realizada em 09 de dezembro de 2017.

²⁸ A doutrina que constituiu-se de um conjunto de paradigmas que se baseava nas ditas situações de "desajuste" e concebia os indivíduos como "menores".

querer lembrar), considerava a instituição uma proteção quanto às exposições citadas. Para ilustrar, o jovem falou, durante a entrevista, do último contato telefônico que teve com seus familiares:

Da última vez eu liguei, falei: ei, fala pra todo mundo que eu tou morto. Só isso. Aí meu primo que atendeu o telefone ele falou: " Ei, tá certo". Aí falou pras minhas tias, Minha tia pegou(disse): "beleza". Daí, foi aí que eu pedi pra ele não falar mais nada pra ninguém. Aí eu cortei contato com ele também. Tá com três anos...que eu cortei contato com ele. [...]²⁹

Continuou o jovem, agora explicando, os motivos pelos quais a própria família não lhe parecia um referencial de segurança, e foi mais longe, quando se referiu a si próprio como uma “peça” não boa:

[...] Todo mundo da minha família é envolvido. [...]se seu voltar pra casa eu vou voltar a traficar; e se eu voltar a traficar, *eu não sou peça boa*. Então pra mim num vai dar muito certo não. Num vai dar certo não. Eu vejo que não vai dar certo. Até por conta que eu tenho contato também com gente que trafica, com gente de um jeito, com gente de outro.³⁰

Parece o jovem, embasar-se num discurso de um abrigo proteção, em contraponto a uma família *nociva*. Introjeta ainda, o discurso que tem como base a ideia de juventude transgressora, sobre o qual Helena Abramo se refere ao dizer que desde:

Quando a questão urbana passa a ser sinônimo de problema social, os jovens adquiriram uma visibilidade maior e tornaram-se foco privilegiado de estudos diversificados, porém geralmente orientados pela perspectiva da *juventude como uma fase de risco social*. A ênfase dos estudos pioneiros sobre juventude esteve concentrada no comportamento de grupos marginalizados ou desviantes, particularmente de jovens que habitavam os guetos e subúrbios metropolitanos. Isso chamou a atenção para o que hoje designamos de cultura juvenil e muitas pesquisas se voltaram para formas de sociabilidade praticadas pelos jovens, quando se encontravam em esquinas, clubes e guetos, formando grupos de afinidade marcados por comportamentos, vestuários, linguagens, gestos e símbolos, que lhes davam unidade e sentido de pertencimento. (BRASIL, 2014, p.94, grifo nosso)

Estas concepções apresentadas não somente por Rafael, mas compartilhadas por outros meninos durante a pesquisa, está associado à construção do estigma em torno de si e de sua origem, ao que podemos relacionar as falas dos jovens às ideias de Goffman (1988) sobre a *categoria estigma*.

Como menciono no marco teórico deste trabalho, as famílias dos jovens com perfil de acolhimento institucional, trazem em si, em geral, este estigma da incapacidade de cumprir seu papel de cuidado com seus membros, especialmente seus filhos.

²⁹ Trecho da entrevista com Rafael, em 09 de dezembro de 2017.

³⁰ Trecho da entrevista com Rafael, em 09 de dezembro de 2017.

Como política pública de assistência social, o acolhimento em instituição foi desde o início teorizado como necessário perante os *desajustes* familiares, a fim de proporcionar cuidado e proteção para crianças e adolescentes.

Percebo que o arcabouço legal e normativo, bem como o aparato teórico que hoje baseia o acolhimento institucional, é algo bastante complexo e completo, sem, no entanto, resultar em grandes modificações na execução dos serviços dentro dos abrigos.

Existe nas falas dos jovens esta expressão sobre a suposta incapacidade de suas famílias, sobre estarem na instituição recebendo um favor do Estado, ou sobre o abrigo como tábua de salvação.

Em resumo, o abrigo é considerado porto de amparo e proteção diante de uma família tida como *incapaz ou nociva*, de uma realidade que não lhe dá as condições necessárias para sua existência material, ou até mesmo quando o próprio menino se coloca como potencial transgressor da ordem estabelecida; É “livramento³¹”, no dizer de Paulo, para aqueles cujo mundo lá fora representa ameaças ou contingências, como é o caso dos ameaçados de morte.

Ao mesmo tempo, por esta suposta vocação para a transgressão, ou por conta das questões vivenciadas antes do acolhimento, o abrigo também pode representar este local de punição e expiação, onde os dias não passam, onde as coisas não acontecem, e onde referem viver a expectativa da “mudança de vida”, como ilustra a fala de Rafael: “[...]aí eu pensei: não, se eu for pra casa vou me envolver com o crime, vou ficar na rua, vou fazer besteira. Não. Vou pro abrigo, vou tentar estudar, vou tentar *dar a volta por cima*....essa é a questão da *mudança*”.³²

Vi outros meninos demonstrarem a necessidade e a vontade de estarem em suas casas, na companhia de suas famílias, mesmo com as problemáticas que elas apresentam. Meninos que estão acolhidos há bastante tempo, que são de outros municípios do Ceará, totalmente desvinculados de suas regiões e sem a mínima possibilidade de uma efetiva reconstrução de vínculo; marcados pela institucionalização, alguns mostravam-se desesperançosos ou revoltados. Eu via a face de um abrigo que também viola direitos enquanto se propõe a garanti-los.

³¹ Trecho do escrito de Paulo, referindo-se ao abrigo, durante o grupo focal em 02 de dezembro de 2017.

³² Trecho da entrevista com Rafael, em 09 de dezembro de 2017.

Figura 3 - abrigo proteção x abrigo punição

↓ PROBLEMA NO TRÁFICO
 ↳ UM PASSADO COMPLICADO

Fonte: Relatos escritos de Rafael durante o grupo focal.

4.6.2 A história de Miguel

Miguel tem 15 anos, está no abrigo pesquisado há 03 meses. O menino já passou por outra experiência de abrigamento, e também viveu durante certo período numa comunidade terapêutica localizada na Região Metropolitana desta Capital.

Na ocasião da pesquisa, não estudava, porque, segundo informado pela assistente social da unidade, havia problemas com a documentação de transferência do adolescente e o mesmo não pôde efetuar matrícula este ano. A técnica afirma que já solicitou à mãe que ajudasse a solucionar o problema, mas que a mesma "demonstrou desinteresse."

O Miguel foi um dos meninos que mais me esteve próximo durante a pesquisa. Temperamental, falante, sorridente, líder. Causava conflitos dentro da casa, implicando com jovens que estavam acolhidos há mais tempo, questionando supostos privilégios e solicitando atenção. Confidenciou-me algumas vezes de seus problemas no envolvimento com o tráfico e das ameaças que o fizeram ter que deixar sua comunidade.

O menino sempre exaltava sua relação com a mãe, que segundo ele é seu único apoio na vida. O pai, segundo o garoto, conheceu recentemente. Afirmou ter passado algum tempo no Rio de Janeiro com o mesmo. Ele tem mais 03 irmãos: um rapaz de 19 anos, um adolescente de 13 anos e uma menina de 08 anos. Segundo Miguel seus dois irmãos mais novos vivem numa instituição muito conhecida em Fortaleza, a qual possui além de outros regimes, o de internato. Segundo o adolescente, seus irmãos passam toda a semana na instituição e vão para casa nos fins de semana.

Um dia o Miguel ficou muito feliz quando eu disse que compareceria à festa de natal deles, que aconteceu já bem próximo ao encerramento da coleta de dados em campo.

Disse que seria a oportunidade para que eu conhecesse sua mãe. Também fiquei contente de talvez poder conversar um pouco com ela, saber um pouco mais de Miguel, e da própria visão dela como uma mãe que tem filhos institucionalizados.

No dia da festa de natal a mãe de Miguel compareceu, realmente. Junto com ela trouxe a filha caçula. Lembro-me de que, ao final das apresentações festivas, o Miguel correu ao meu encontro a fim de me mostrar sua mãe. Nos cumprimentamos brevemente, mas ela parecia apressada. Não houve oportunidade para trocarmos muitas palavras.

4.6.3 O abrigo provisório x o abrigo lugar de fixação: da definição do eu-sou-de-abrigo à constituição de um nomadismo institucional

Recordo-me de que, em minhas idas a campo, durante as conversas com os jovens, escutei frequentemente a expressão “quando eu era do abrigo *tal*” para dar início a um relato qualquer sobre suas histórias.

Percebi que, enquanto espaço de subjetividade, o abrigo constrói em torno de si uma poderosa relação espaço-tempo. Esta relação também se faz a partir das mobilidades e da fixação. Existem mesmo situações em que os jovens medem o tempo através de uma linha em que, os marcos principais, são sua passagem por instituição *x* ou *y*.

Na expressão do *menino-que-é-de-abrigo*, está, geralmente, como base, uma ruptura severa dos vínculos familiares e a sobreposição de diversas e graves motivações para o acolhimento. O abrigo torna-se um dos únicos pontos de referência e pertencimento. Lembro-me das palavras de Josué durante a entrevista, referindo-se aos colegas de escola particular onde estuda através de um apadrinhamento financeiro: “Sempre, lá na escola né, tem alguns meninos que já sabem que *eu sou de abrigo*, e eles ficam perguntando se é bom. Aí eu falo: pra mim é bom, me ajuda muito.”³³

Para Josué, institucionalizado desde a infância, com poder familiar destituído e sem mais vínculos familiares consistentes, o abrigo não é mais uma situação, senão uma condição que se tornou parte de seu ser e que ele expressa nesta fala.

Ainda há alguns que transitam entre as instituições, em passagens menos demoradas, mas igualmente significativas. Muitas vezes acolhidos por estarem ameaçados de morte em suas comunidades, outras vezes com histórico de cometimento de atos infracionais ou vivência na rua, formam uma espécie de nomadismo institucional.

³³ Entrevista com Josué, realizada em 09 de dezembro de 2017.

Como já expus anteriormente, a partir da lei 12.010/09, a entrada no abrigo passou a ser condicionada a uma guia de acolhimento liberada pelo juiz, ou seja, o encaminhamento deve passar pela justiça. Entretanto, há os casos em que a criança ou adolescente pode ser acolhido em situação excepcional, sendo este acolhimento comunicado, obrigatoriamente, ao juiz, num prazo de até 24h. Mesmo este fluxo, digamos, mais controlado, não conseguiu impedir a constituição deste trânsito que chamei de nomadismo entre instituições. Abro um parêntese para falar um pouco da experiência dos meninos.

Ronaldo me falou de suas 05 experiências em abrigos: o menino vive desde pequeno em instituições. Contou-me que solicitou, ele próprio, sua mudança para o abrigo campo desta pesquisa, isso no ano de 2016. Foi sua primeira experiência no abrigo em questão; disse que, desta feita, também solicitou transferência, indo para o Acolhimento da prefeitura, onde após causar um incêndio intencional, foi encaminhado à DCA e de lá encaminhado novamente para o abrigo em estudo.

Eu soube pela assistente social que, neste primeiro acolhimento no abrigo por nós estudado, o menino não solicitou transferência: foi encaminhado por alguns acontecimentos envolvendo agressões e mau comportamento.

Há ainda o caso do jovem Eduardo que, entre sua admissão em setembro, e o fim desta pesquisa, em dezembro, pulou o muro do abrigo 03 vezes. A primeira vez em que foi embora não tinha nem um mês na instituição; retornou espontaneamente após 02 meses. Durante o mês de dezembro saiu e novamente retornou; mas antes do fim do mês deixou o abrigo novamente. Não sei se, ou por quais instituições possa ter passado durante os períodos em que não esteve neste abrigo. Talvez tenha até permanecido na rua.

Muitas vezes a rua torna-se o atrativo que leva os jovens a saírem dos abrigos, e os abrigos tornam-se um dos refúgios, quando a rua se converte num ambiente complicado por alguma situação. Como afirma Marinho (2012) :

Não devemos desconsiderar a compreensão de que a rua é um lugar que produz situações de violência. Durante suas travessias por diferentes lugares na cidade, os jovens, em determinados momentos, 'saem das ruas' e abrigam-se em casas de familiares e amigos, assim como em instituições de acolhimento institucional (os abrigos). (MARINHO,2012,p.17)

Mas como ainda explica a autora, é importante apreendermos a representação de liberdade que a rua exerce na subjetividade dos jovens; esse encantamento pela liberdade os faz desenvolver esses ciclos de transitoriedade que se dão, não somente entre instituições, mas

também tendo como palco a rua, ou mesmo as casas de familiares ou amigos. (MARINHO, 2012, p.18)

Figura 4 - A liberdade da rua

fugia de casa e ficava nas ruas e eu gostava mais da rua do que em minha casa ou que dizer da minha família por que eu mal ficava lá na família mais

Fonte: Trecho do relato escrito de Fábio no grupo focal

Ressalto mais uma vez que, a marcação contraditória de *passagem x fixação* é coexistente nas histórias dos jovens. Mesmo os que estão destituídos de poder familiar, mesmo os que formam essa expressão mais ligada a uma institucionalização mais duradoura, transitam também eles entre abrigos. Essa mobilidade, no entanto, é mais marcada por uma adequação etária motivada pelo envelhecimento do menino, ou seja, são transferidos para unidades que atendam seu novo perfil etário.

Figura 5 - Transferências entre abrigos

veio uma kombi e mim perguntou se eu queria morar em um abrigo e eu aceitei e fui para o abrigo e eu gostei mais foi passando o tempo e eu fui ficando mais velho e o abrigo mim transferido para outro abrigo e também fui envelhecendo e fui transferido e hoje estou no

Fonte: Relato escrito de Fábio durante o grupo focal.³⁴

³⁴ Transcrição do escrito de Fábio na figura 5: "Veio uma kombi e mim perguntou se eu queria morar em um abrigo e eu aceitei e fui para o abrigo e eu gostei mas foi passando o tempo e eu fui ficando mas velho e o abrigo

4.6.4 A história de Rafael

O Rafael é o jovem que há mais tempo vive na unidade campo de nossos estudos. Ele já estava no abrigo havia 04 anos e 05 meses. Antes já viveu durante sua infância num colégio interno, coincidentemente, o mesmo onde hoje vivem os irmãos mais novos de Miguel. O Rafael já tem 19 anos de idade, está estudando, mas ainda não tem um estágio. Não foi desligado da unidade por não ter, segundo avaliação da equipe técnica, como se manter sozinho fora da instituição.

O Rafael é um jovem bem introspectivo, cuja confiança é difícil ganhar. Mas a uma primeira conversa mais próxima, é fácil perceber sua facilidade em expressar-se verbalmente, e a maneira profunda como se adaptou à instituição e ao discurso institucional. Possivelmente pelo decorrer de tantos anos sob a proteção de um abrigo, o garoto afirma-se totalmente adaptado e, muitas vezes em suas falas, coloca-se como interno modelo.

Este jovem possui um histórico familiar muito difícil. Associa sua família ao envolvimento com tráfico e outras coisas que não considera boas, chegando a ponto de cortar qualquer contato com os seus.

Rafael ambiciona um futuro brilhante, de conquistas materiais, e tem como modelo outros internos e que, segundo seu conceito, *venceram na vida*.

4.6.5 Abrigo da invisibilidade versus abrigo da perspectiva: entre a realidade do estigma e o dever de vencer na vida

No abrigo para jovens, um dos temas muito discutidos é a questão da inserção no mundo do trabalho. Aqueles que se fixam, e até os que passam, criam uma expectativa muito grande em torno da aquisição de estágios, conseqüentemente, de alguma remuneração, e isto é, sem dúvida, um ponto *status* dentro do grupo.

Durante a pesquisa de campo, levantei junto ao serviço social o número de jovens inseridos em estágios e cursos profissionalizantes: eram em torno de 06. Uma parte dos demais, aguardava ansiosa a inserção em alguma destas atividades, ou a resolução de questões que entravavam sua colocação.

Naquele mesmo espaço vi situações como a do Lucas, que não sabia ler nem escrever; Como a do Rafael, que já tinha 19 anos, mas não conseguia colocação. O caso do

mim transferindo para outro abrigo e também fui envelhesendo e fui transferido e hoje estou no (nome do abrigo campo da pesquisa)".

Ronaldo, que tem muita dificuldade em se comunicar, ler e escrever, mas que ansiava igualmente por uma colocação.

Pude perceber que esta ansiedade reside em querer deixar o lugar da *invisibilidade*, do estigma, e alcançar a tão almejada *autonomia*. Essa autonomia se descreve no discurso em tono do “vencer na vida”, reforçando as expectativas que pesam em torno das juventudes, não considerando as desigualdades de oportunidades. E mesmo esta busca pode ter sentidos ambíguos pois os jovens acolhidos, assim como:

[...] os jovens moradores da periferia mobilizam-se por um sentimento de autoexclusão, de não pertencimento e, controvérsia, movimentam-se na busca de oportunidades no mercado de trabalho, impulsionados pela necessidade de inclusão. Por outro, constituem formas de sociabilidade capazes de reanimar e produzir um sentimento de grupo e instaurar uma fortaleza dos mais fracos, reforçando estigmas e preconceitos[...] (DIÓGENES, 2012, p.108)

Figura 6 - Projeto de vida

Fonte: Relato escrito de Fábio durante o grupo focal³⁵

As perspectivas de futuro dos meninos giram, especialmente, em torno da tríade: trabalho, estudo e constituição de uma nova família. Percebi que a homogeneidade dos projetos de vida pode estar relacionada a uma busca de conformidade com os projetos sociais e padrões de sucesso idealizados pelo sistema em que vivemos.

Abramo apud Brasil (2014) reafirma esta expectativa que se cria em torno da juventude quando diz que:

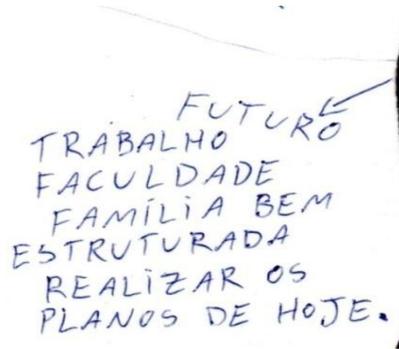
É na juventude que os indivíduos iniciam e processam suas inserções nas diversas dimensões na idade adulta (na constituição de famílias, no mundo do trabalho e nos espaços de cidadania). Assim sendo, na etapa da juventude se definem possibilidades e impossibilidades de inserção na vida produtiva e social, de desenvolvimento de projetos pessoais e sociais. (BRASIL, 2014, p.14)

O abrigo em questão trabalha com um Plano Individual de Atendimento - PIA, que contempla, teoricamente, várias perspectivas em torno do projeto de vida e da autonomia dos jovens. Tive acesso ao PIA de alguns dos jovens e pude perceber muitas lacunas de

³⁵ Transcrição do escrito de Fábio na figura 6: "Eu arranjeri um trabalho e estou muito bem, e realizei o meu sonho que era sair da rua"

preenchimento em vários elementos. Também me questionei até que ponto existe o protagonismo daqueles jovens na construção destes projetos de vida, ou de que forma aquela juventude tem seus projetos pensados por outros sujeitos.

Figura 7 - Tirando os planos do papel



Fonte: Trechos escritos de Rafael durante o grupo focal.

4.6.6 A história de Fábio

Dentre os relatos escritos, me chamou atenção o do Fábio. Este caso emblemático, pela característica e riqueza, pelo desdobrar dos acontecimentos, a meu ver, contempla de maneira muito singular o propósito deste estudo. O Fábio é de Fortaleza, completou 18 anos durante o tempo da pesquisa. No dia do grupo focal tínhamos nos visto poucas vezes pois ele tinha várias atividades externas durante a semana (estudava e fazia um estágio remunerado). Mesmo assim, ele se dispôs a participar da atividade.

Gerou um relato escrito muito rico em torno da fragilidade dos seus vínculos familiares, que o levaram a uma vida nas ruas e ao abrigo numa instituição; falou ainda de seu sonho de construir uma família e abraçar a profissão de educador social. No dia do grupo focal agradei muito a participação do Fábio, e observando os detalhes do que escreveu, convidei-o a participar da entrevista.

No dia da entrevista, soube por um outro jovem durante seu relato, que o Fábio não estava mais no abrigo. Saiu um dia para o estágio e não mais retornou. Miguel me contou que Fábio chegou a aparecer no outro dia, mas que não pôde ser novamente acolhido, não somente pela evasão em si, mas principalmente por ter já 18 anos. O menino completou, de maneira emocionada, dizendo que o companheiro teve influências externas e negativas para sair do abrigo:

"Tem um adolescente chamado Fábio que ele foi ontem trabalhar e não voltou mais . A tia disse que ele não podia...O Fábio, aquele grandão que faz os desenhos. a tia não deixou ele mais entrar, porque ele já é de maior. tem gente de maior aí que não

era pra tá, que é o Rafael. Num era pra tá mais aqui .É de maior. Ele e também tem outros aí que eu nem sei... [...] (O Fábio) Foi num voltou mais. Aí no outro dia tava aí, aí a tia disse que ele não podia mais entrar. Aí ele abaixou assim a cabeça, assim, e a tia começou a chorar. É muito ruim, a pessoa sair dum canto e num ter pra onde ir. [...]É os cara entrando na mente dele, começando a se envolver. Só dá isso, só da m... Se num pensar antes, só dá m..."³⁶

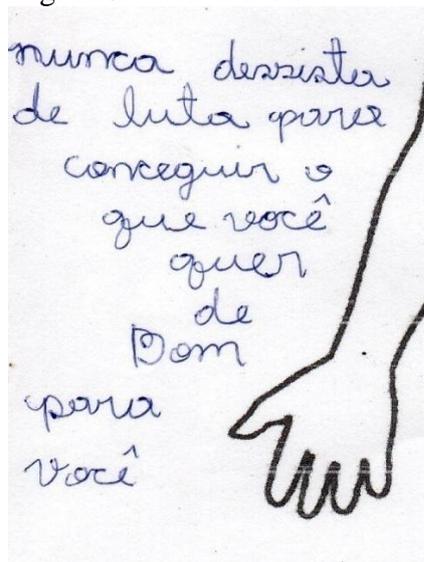
Dias depois, em conversa com a assistente social, ela me informou que teve notícias de que Fábio andava por uma comunidade ali perto, conhecida pelas questões de tráfico e violência; disse que recebeu ligações do campo de estágio do jovem e que ele já não comparecia ao local havia mais de 10 dias. Lamentou muito o fato de não o terem recebido novamente no abrigo por já ser o mesmo “de maior” e ter praticado evasão, o que ocasiona desligamento automático.

Aquele dia, refletindo sobre o que ouvi e senti nas entrevistas dos outros meninos, não pude esquecer o caso de Fábio. Pensei onde poderia estar naquele momento, o jovem que expôs seus sonhos no papel que ainda tenho guardado no material de pesquisa.

Percebi como são tênues os limites entre as perspectivas traçadas num plano ideal e os chamados da realidade cotidiana. Compreendi como um limite etário, ou uma determinação judicial, podem realmente definir algo sobre a vida de um jovem, e sobre o poder de ação de uma instituição, por mais flexível que se apresente.

Refleti sobre a questão da escolha, da responsabilidade individual e sobre a compreensão de que é tudo um diálogo entre a história, o sistema e uma totalidade muito maior.

Figura 8 - Nunca desista



Fonte: Trecho dos escritos de Fábio no grupo focal

³⁶ Trecho da entrevista com Miguel, realizada em 09 de dezembro de 2017.

4.6.7 *Abrigo imposição versus abrigo opção: a impressão de escolher*

Neste tópico trato do recorrente e significativo relato dos jovens sobre o acolhimento como uma escolha consciente deles. Tento fazer um contraste entre o que eles vêm e relatam como opção e ao mesmo tempo descrevem como uma imposição, de alguém ou de algo.

[...]eu acho que foi a questão do querer né? Porque lá do (outro abrigo) eles me deram duas opções: ou vinha pro abrigo ou ia pra minha casa. Mas eu pensei: se eu fosse pra minha casa eu ia me envolver com droga e ia fazer besteira. Aí eu resolvi vir pra cá pra mudar e eu cabeí que errando lá algumas coisas no passado e eu quis mudar essa situação. Aí eu optei por vir pro abrigo.³⁷

Ninguém chega a um abrigo levado por um bom motivo, isto é um fato. Por trás do acolhimento de uma criança ou de um jovem num abrigo, existem, sem exceções, situações de abandono e violações dos mais diversos tipos.

Muitos são os atores envolvidos num processo de acolhimento, sendo este um processo sem dúvida doloroso. Os jovens foram praticamente unânimes ao falar do desconforto do primeiro momento vivendo numa instituição. É importante lembrarmos que, como já afirma NECA³⁸ (2010):

Esse momento da separação marca uma ruptura com o conhecido, mesmo que desagradável ou inadequado, e remete a criança ou o adolescente a um mundo sem referências, desconhecido. É aí que poderão surgir sentimentos de desamparo, abandono, insegurança, vergonha, medo ou culpa. (NECA,2010,p.24)

Goffman (1987), já descrevia em seus estudos sobre a institucionalização, os sentimentos desta fase que chamou de pré-internação: abandono, raiva, traição.

Questiono diante do exposto, a *impressão* construída em torno do abrigo como opção de escolha. Ele é uma resposta às contingências forjadas por um sistema e pelas mediações de uma realidade totalizante. Quando o indivíduo atribui a si esta escolha, e passa a criar estratégias para racionalizar este processo, deixa de compreender seus reais porquês e suas repercussões. Parece expressar o que o mesmo autor chamou de identidade virtual, na criação de um *sujeito que escolhe*, no lugar daquele que sofre intervenções do Estado ou de outros entes. (GOFMAN, 1988, p.07)

³⁷ Trecho da entrevista de Rafael, em 09 de dezembro de 2017.

³⁸ Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente

Verifico nesta suposta escolha uma estratégia para fazer do acolhimento algo que possa ser encarado, que possa ser relatado, sem provocar ainda mais dores a si próprio. E me questiono sobre os caminhos possíveis para uma verídica ressignificação desta experiência.

5 CONCLUSÃO

Diante do mundo de informações que trago nesta pesquisa, das trajetórias traçadas, das bases desvendadas, dos discursos interpretados, percebo que há muito ainda a caminhar.

Acolher em instituição não é simplesmente dar abrigo. Acolher em instituição é política, e política deve fazer diferença nas vidas das pessoas. O abrigo não serve para guardar, calar, esconder, conter; o abrigo precisa ir além, ele precisa tornar visível, dar voz, mostrar, tornar autônomo.

Esta é uma missão muito árdua, que em nossos dias o setor público transfere aos entes privados, financiando-os sem o devido cuidado e controle, sem estar presente e próximo no cumprimento e implementação dos objetivos políticos e sociais.

Em se tratando do acolhimento de crianças, adolescentes e jovens, o compromisso é ainda maior. Torna-se a instituição a responsável por sua formação e vivência enquanto seres humanos, supre-lhes o básico materialmente (e as vezes nem supre!), e também deve suprir-lhes em outras esferas, de maneira integral.

Acolher jovens é ainda mais específico, traz demandas peculiares que necessitam ser vistas à luz de uma compreensão competente para apreender seus sentidos.

A construção de sentidos ambivalentes sobre o abrigo na percepção dos jovens acolhidos, entrelaçada à história destes sujeitos e à própria trajetória da instituição, reflete um quadro que expressa a maneira como se concretiza a política de acolhimento de jovens na atualidade.

As letras das leis, as diretrizes, os princípios, as normas, expressam-se com base em uma família impotente que, num toque de mágica poderá tornar-se potente para a reconstrução de vínculos; baseia-se em crianças e jovens que de repente tornam-se protagonistas de suas histórias e saem construindo floreados projetos de vida.

Já a realidade fala de contextos onde vivem famílias expropriadas das mínimas condições de existência, de vínculos fragilizados pela violência e por mil questões sociais que se impõem até mesmo sobre os laços do afeto e da responsabilidade; famílias orfãs da responsabilidade do Estado.

O cotidiano fala de jovens que sonham, mas que não protagonizam, ou que as vezes para ser protagonistas enveredam por caminhos obscuros e marginalizados, reforçando estigmas de impotência, de periculosidade, de falta de perspectivas. Fala de jovens abrigados

que estão muitas vezes em territórios bem distantes de suas famílias de origem, ou sem nenhuma referência familiar; que completam 18 anos numa instituição e têm no aniversário a marca da falta de possibilidades para uma vida autônoma.

Este trabalho buscou dar visibilidade a um projeto de política cujo discurso e a prática coincida com as necessidades materiais e simbólicas das famílias e dos abrigados. Uma política onde o jovem acolhido conheça um real protagonismo, aprecie suas reais potencialidades e tenha um acesso verídico às riquezas humanas.

Esta possibilidade se inscreve num projeto societário maior, numa compreensão nova sobre a assistência social como direito para cidadãos que podem, sim, dispor das condições necessárias, construir suas histórias e trajetórias de maneira digna.

Refletindo à luz de tudo que ouvi, vi e percebi no abrigo, sinto-me capaz de formular muitos outros contrastes e proposições, sendo os principais e mais abrangentes os que menciono nas análises.

Viver no abrigo é estar numa dinâmica intensa e multifacetada, onde as coisas acontecem, onde as expectativas se avolumam, onde os dias parecem não passar e ao mesmo tempo *parecem voar*.

Viver em um abrigo é estar no palco dos conflitos da cotidianidade: da disputa, da divisão, porque abrigo também é *território*.

Em muitas ocasiões ouvi os adolescentes associarem o abrigo à ideia de casa, de família para, não muito depois, dizerem que ali não se comparava a estar em casa e no contexto familiar. Do mesmo modo, ouvi falarem sobre o direito de ali estarem, para em seguida associarem o abrigo a uma prestação de favor ou a uma benesse realizada por voluntários.

A vida no abrigo pode ser de alguns dias, pode se arrastar por meses ou por muitos anos. O que está dito nas escritas das leis e normativas, parece se emaranhar e se perder diante dos apelos do real vivido.

Para que os princípios e objetivos saiam do papel, não faltam pessoas compromissadas: neste abrigo, e por muitos outros em todo o Brasil (indo contra a corrente da individualidade e da corrupção) ainda há pessoas que pensam nos outros e que se comprometem com um trabalho árduo, como é o que se exerce num abrigo.

Por isso também atribuo ao abrigo a condição de criador de novas redes de sociabilidade e de solidariedade. Não esqueço o dia em que cheguei à instituição e vi um jovem que não conhecia. Questionei a um dos meninos se aquele jovem tinha sido admitido ao abrigo. Ele me falou que não, que aquele rapaz era um estudante de uma universidade

pública que vinha toda semana para dar reforço escolar a alguns dos acolhidos. Apresentou-me o rapaz, que tinha uma idade próxima à dos jovens abrigados, e parecia muito à vontade em sua companhia.

Senti uma alegria muito grande em ver aquela atitude. Soube que se tratava de uma iniciativa da universidade, que abrangia também ações esportivas e aulas de informática (das quais os jovens acolhidos também participavam), ligadas a uma disciplina que propunha ações comunitárias. Fiquei encantada com aquele encontro de juventudes. Senti a construção de novas interações e novas possibilidades se descortinarem diante dos meus olhos. Senti que a *vida de fora* do abrigo, vinha realmente *ser dentro do abrigo*, e que havia ali muito o que se aprender no encontro de todos nós.

Todo este contexto fez com que a instituição abrigo, e o viver em abrigo, deixasse em mim essa impressão de contradição e de ambivalência. Os meninos compreendem a necessidade que os leva para o abrigo, e constróem em torno dela sentidos diversos para que possam racionalizá-la e entendê-la.

Ali eles encontram um território onde se adaptam, protagonizam conflitos e onde disputam atenções, privilégios e possibilidades.

Encontram um espaço para sonhar com dias diferentes, com conquistas de bens materiais ou espirituais que nunca possuíram, com o *modelo de família* que não conheceram. Neste mesmo palco veem se aprofundarem seus estigmas, a consciência de sua impotência diante de determinações maiores como as do sistema que os exclui e desumaniza.

Percebi que no abrigo os meninos se sentem protegidos, mas ao mesmo tempo expostos; que por mais casa ou domicílio que ele pareça, mesmo aqueles que já vivem ali há muito tempo anseiam por uma referência de casa, de *um lugar seu*. Compreendi que serve de refúgio, de amparo, mas que está sempre “sob suspeitas e desconfianças”.

No abrigo se faz amizades, se constrói pontes, se admira modelos ideais e se repudia os que “se deram mal”. No abrigo também se conhece a inimizade, se desfazem laços, questiona-se a si mesmo. O abrigo torna-se uma reprodução do “mundo lá fora”, mas coberto de particularidades.

Para mim, enquanto *ser-humano-pesquisadora*, me pareceu conhecer um novo mundo, que eu pensava já ter visitado antes. Sinto-me extremamente gratificada e contemplada: para mim, e para muitos, aqueles meninos nunca mais serão invisíveis.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. In: **Capacitação em serviço social e política social, módulo 2: crise contemporânea, questão social e serviço social**. Brasília: CEAD, 1999.
- ARRETCHE, M. T.S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. C. B. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.
- BOSCHETTI, I. A política de seguridade social no Brasil. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD-UNB, 2009.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.
- _____. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e Adolescente. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 16 jul.1990. Seção 1, p. 13563.
- _____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 8 dez.1993. Seção 1, p.5.
- _____. Lei Nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Lei dispõe sobre o aperfeiçoamento da sistemática prevista para garantia do direito à convivência familiar a todas as crianças e adolescentes, na forma prevista pela Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 4 ago.2009. Seção2, p.56.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária**. Brasília: CONANDA/ CNAS, 2006.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/Suas)**. Brasília: MDS, 2005.
- _____. **Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília:[s.n],2009
- _____. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília: CONANDA/CNAS, 2006.
- _____. Secretaria Nacional de Juventude. **Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude**. Brasília: SNJ, 2014.
- _____. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília:[s.n], 2009.
- DEMO, P. **Pobreza política (pobreza humana)**. São Paulo:[s.n], 2010.

DIÓGENES, G. Juventudes, Violência e Políticas Públicas no Brasil: tensões entre o instituído e o instituinte. **Sinais sociais**, Rio de Janeiro, v.6, n.18, p. 102-127, abr.2012.

EWALD, A. P; GONCALVES, R. R.; BRAVO, C. F. O espaço enquanto lugar da Subjetividade. **Rev. Mal-Estar Subj.**, v.8, n.3, p.23-27, set.2008, Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482008000300009> . Acesso em: 30 dez.2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos,1988.

_____. **Manicômios, prisões e conventos**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

GULASSA, M. L. C. R. **Novos rumos do acolhimento institucional**. São Paulo: NECA, 2010.

GUSSI, A. F. Apontamentos teórico- metodológicos para avaliação de programas de microcrédito. **Aval- Revista de Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v.4, n.1,p. 29-37, ago. 2008.

JODELET, D. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v.24, n.3, p. 679-712, set/dez. 2009.

LONARDONI, E; GIMENES, J. G; SANTOS, M. L. dos. O processo de afirmação da assistência social como política social. **Revista Serviço Social**, Londrina, v.8, n.2, p.45-47, jun. 2006.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARCHETTI, R. Z. **Diversidade e tendências das pesquisas qualitativas de marketing**. Curitiba: EdUFPR, 1995.

MARINHO, C. H. **Afetos de rua**: culturas juvenis e afetividades nos bastidores da cidade. 2012. 234f. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

_____. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PEREIRA, P. A. P. **Política Social**: temas & questões. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, I. Reflexões sobre pesquisa histórica com base em idéias e práticas sobre a assistência à infância no Brasil na passagem do século XIX para o XX. In: **Anais I congresso Internacional de Pedagogia Social**, 1, 2006.

RIZZINI, I; PILOTTI, F. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RODRIGUES, L. C. Análises de conteúdo e trajetórias institucionais na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios. **CAOS- Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Recife, v.5, n.16, p.55-73 mar.2011.

_____. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas. **Aval- Revista de Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v.6, n.1, p.7-15, ago.2008.

RODRIGUES, T. F. **Cidadania, desigualdade social e política sanitária no Brasil**. Curitiba: Appris, 2016.

SPOSATI, A.O. **Modelo Brasileiro de Proteção Social Não Contributiva: concepções fundantes**. Brasília: MDS, 2009.

VASCONCELOS, R. B. **A política de assistência à criança e ao adolescente desenvolvida pela Fundação Estadual do Bem Estar do Menor do Ceará**: passaporte para a cidadania ou dispositivo disciplinar? 2003. 287 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2003.

WASELFSZ, J. J. **Mapa da Violência 2016**: homicídios por arma de fogo no Brasil. Brasília: FLACSO, 2016. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2017.

APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Convidamos o(a) adolescente que está sob sua responsabilidade para participar, voluntariamente, da pesquisa :“Política de Acolhimento Institucional para adolescentes: uma análise através das percepções de jovens institucionalizados sobre o viver em abrigo.”.

Esta pesquisa é orientada pela Prof.^a Dra. Roselane Gomes Bezerra e está sob a responsabilidade da pesquisadora Carmelita do Nascimento Mateus, residente à Rua Frei Bernardino, 01, Bairro Joaquim Távora, Fortaleza– CE, CEP 60130-220, Telefone: (85) 988346286 / (85) 997290788, E-mail: carmelitamateus@yahoo.com.br

Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar que o(a) adolescente faça parte do estudo, rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra da pesquisadora responsável. Em caso de recusa o (a) Sr.(a) ou o(a) adolescente não serão penalizados(as) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

A pesquisa, de cunho qualitativo, pretende analisar a política de Acolhimento Institucional através das percepções de adolescentes institucionalizados sobre viver em abrigo. Será realizada com jovens acolhidos em umas das unidades cogeridas pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), secretaria ligada ao Governo do Estado do Ceará.

É firmado o acordo de que todas as informações obtidas serão utilizadas apenas para esta pesquisa e servirão como grande contribuição para a construção de novos saberes a respeito do tema Acolhimento Institucional, um tema bastante atual e importante, sobre o qual é necessário um maior debate. Esta proposta já foi devidamente autorizada pelos outros responsáveis legais: 3ª Vara Da Infância e Juventude e STDS.

A pesquisa propõe como procedimento para obtenção das percepções dos adolescentes, a realização de encontros grupais onde serão empregadas técnicas projetivas que, de forma dinâmica, estimularão estes jovens a falarem e escreverem sobre suas ideias, experiências, vivências, perspectivas e sentimentos em torno do viver em abrigo. Também será realizada entrevista semiestruturada com alguns dos adolescentes, bem como levantamento do perfil dos mesmos através de pesquisa documental. Para as entrevistas e o grupo focal haverá necessidade de gravação das falas dos participantes.

O material obtido será apenas para o uso da pesquisadora, no caso de qualquer publicação de razão acadêmica/científica, não haverá a identificação dos participantes.

Esta atividade será completamente **voluntária**, e o adolescente institucionalizado participará apenas se o desejar. Ele (a) poderá desistir de fazê-lo a qualquer instante, não tendo esta participação qualquer tipo de remuneração prevista. Diante do exposto, o adolescente poderá recusar ou retirar este consentimento, comunicando-o à pesquisadora, não havendo qualquer prejuízo para nenhuma das partes

Tratando de possíveis **benefícios**: esta pesquisa pretende analisar a política de acolhimento institucional pela ótica de seus usuários, o que além de gerar novos conhecimentos que poderão servir a outros trabalhos sobre a temática também propiciará uma reflexão dos adolescentes sobre a política da qual se utilizam e de que forma a mesma tem sido executada e tem afetado seus projetos de vida.

Como possíveis **riscos**: por se tratar de um olhar voltado para sua experiência nos abrigos, discutir o tema poderá retomar lembranças de experiências sobre possíveis violações de direito que os levaram à institucionalização, trazendo desgaste emocional. A pesquisadora, assistente social e educadora social com experiência em trabalhos com adolescentes, tentará minimizar este desgaste e evitar qualquer revitimização utilizando linguagem e técnicas adequadas.

A pesquisadora garantirá a confidencialidade e o anonimato. Os dados coletados na pesquisa serão armazenados no computador da pesquisadora pelo prazo de 5 anos, ficando a mesma responsável pela guarda dos dados em todas as suas implicações. O contato para qualquer esclarecimento de que necessite, será realizado com a pesquisadora Carmelita do Nascimento Mateus, autora do estudo, pelo endereço: Rua Marechal Deodoro, 750 - Quadra da FACED - Prédio do NUPER - Benfica - CEP 60020-060 - Fortaleza - CE, na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós- Graduação/ Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, da UFC, pelo telefone: (85) 33667435, ou e-mails: carmelitamateus@yahoo.com.br/ mapp@ufc.br

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisada UFC, no endereço: Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, Fortaleza- CE. Tel.: 33668346 .

Assinatura da pesquisadora

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA PESQUISA

Eu, _____, CPF: _____, abaixo assinado, responsável pelo(a) adolescente _____, autorizo a sua participação no estudo :“Política de Acolhimento Institucional para adolescentes: uma análise através das percepções de jovens institucionalizados sobre o viver em abrigo.”, como voluntário(a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da participação dele (a). Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Fortaleza, 23 de novembro de 2017

Assinatura do (a) responsável: _____

Assinatura do adolescente: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar.

Testemunhas:

Nome: _____

Ass: _____

Nome: _____

Ass: _____

APÊNDICE B- TERMO DE ASSENTIMENTO

Você está sendo convidado como participante da pesquisa: “Política de Acolhimento Institucional para adolescentes: uma análise através das percepções de jovens institucionalizados sobre o viver em abrigo.”

Nesse estudo pretendemos analisar a política de Acolhimento Institucional através das percepções de adolescentes que estão acolhidos sobre viver em abrigo.

O motivo que nos leva a estudar esse assunto é que as informações obtidas servirão como grande contribuição para a construção de novos saberes a respeito do tema Acolhimento Institucional, um tema bastante atual e importante, sobre o qual é necessário um maior debate. Para este estudo adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): a realização de encontros grupais onde os jovens falarão e escreverão sobre suas ideias, experiências, vivências, perspectivas e sentimentos em torno do viver em um abrigo. Também será realizada entrevista semiestruturada com alguns dos adolescentes, bem como levantamento do perfil dos mesmos através de pesquisas em documentos. Para as entrevistas e o grupo focal haverá necessidade de gravação das falas dos participantes.

Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido (a) pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação. Este estudo apresenta risco mínimo, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler etc. Apesar disso, você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos e, após esse tempo, serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma via será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu, _____, portador(a) do documento de Identidade _____ fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar, se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma via deste Termo de Assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Fortaleza, 23 de novembro de 2017

Assinatura do adolescente/ jovem

Assinatura do(a) pesquisador(a)

O contato para qualquer esclarecimento de que necessite, será realizado com a pesquisadora Carmelita do Nascimento Mateus, autora do estudo, pelo endereço: Rua Marechal Deodoro, 750 - Quadra da FACED - Prédio do NUPER - Benfica - CEP 60020-060 - Fortaleza - CE, na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós- Graduação/ Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, da UFC, pelo telefone: (85) 33667435, ou e-mails: carmelitamateus@yahoo.com.br/ mapp@ufc.br

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisada UFC, no endereço: Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, Fortaleza- CE. Tel.: 33668346 .

APÊNDICE C - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS JOVENS

IDENTIFICAÇÃO

1. Nome, idade, há quanto tempo vive neste abrigo.

SOBRE A FAMÍLIA

2. Você mantém contato ou relacionamento com sua família de origem?
3. Você tem ou teve algum familiar ou parente vivendo em um abrigo?

CONTEXTO DO ACOLHIMENTO

4. Esta é a primeira vez que você vive num abrigo?
5. Como é a sua convivência com as pessoas que moram ou trabalham aqui neste abrigo?
6. Pra você, o abrigo supre suas necessidades humanas básicas? (materiais, emocionais, etc)

SUBJETIVIDADE

3. Na sua opinião, quais os principais motivos pelos quais você vive no abrigo hoje?
4. Sentimentos sobre viver no abrigo.
5. Para você, o que é ou representa o abrigo?
10. Quais são seus planos e projetos para o futuro e de que maneira o abrigo participa, ou não, dessa construção?
11. Quem é você depois da experiência de viver num abrigo? Como isso te afetou?
12. Você tem algo mais para falar, que ache importante, sobre viver em um abrigo?

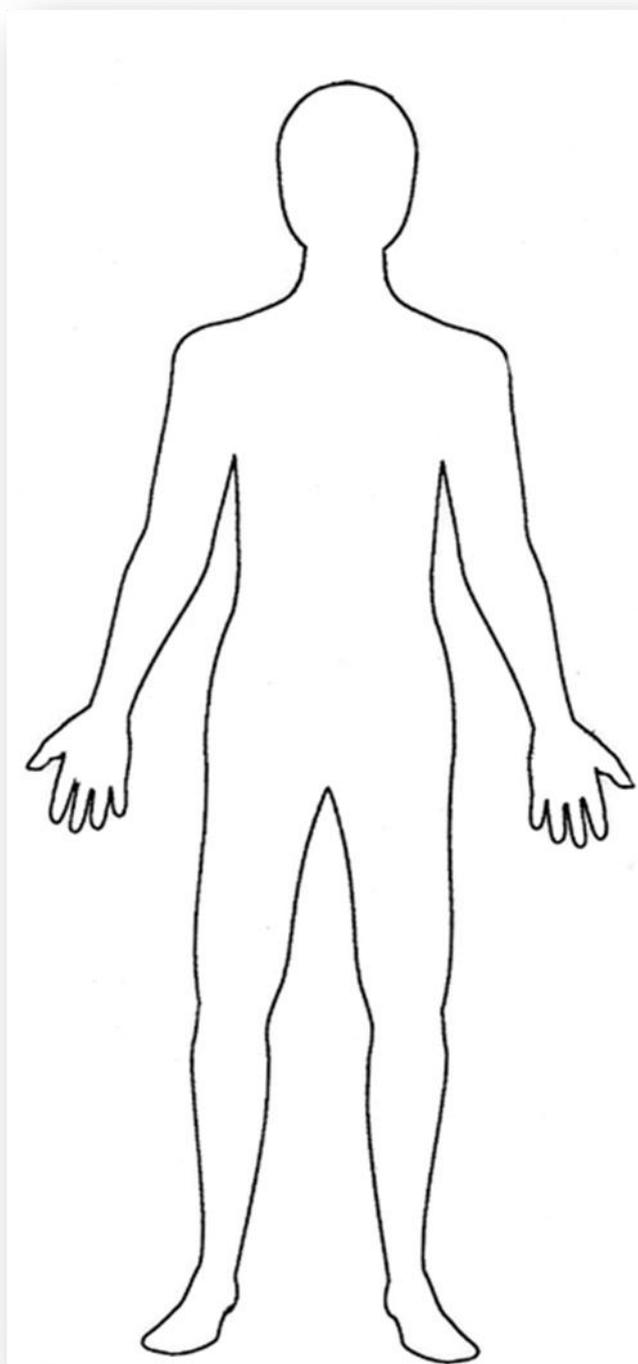
APÊNDICE D- ROTEIRO PARA GRUPO FOCAL

"O menino que vive no abrigo"

Os jovens podem escrever ou falar sobre estes tópicos, vinculando-o à construção de um sujeito coletivo e imaginário: darei a cada um dele o desenho de um corpo humano, através do qual poderão criar um "menino que vive no abrigo" e escrever nas partes do corpo as respostas associadas.

1. Pensamentos sobre viver num abrigo
2. Sentimentos sobre viver num abrigo
3. o que te trouxe?
4. Perspectivas e planos para o futuro.
5. O que você trouxe com você? (para esta experiência e para colaborar)
6. O que você esperava ou espera receber no abrigo? (em todos os aspectos)

APÊNDICE E - DESENHO DISPONIBILIZADO AOS JOVENS DURANTE GRUPO FOCAL



ANEXO A- AUTORIZAÇÃO JUDICIAL PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA
JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZO a Sra. CARMELITÁ MATEUS a realizar pesquisa de campo em entidade de acolhimento institucional gerida pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, a fim de colher subsídios para a consecução de sua dissertação de conclusão do curso de mestrado em Avaliação em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará, cujo título provisório é “**Política de Acolhimento Institucional para adolescentes: uma análise através das percepções de abrigo para jovens institucionalizados em Fortaleza**”, comprometendo-se a mestranda a guardar sigilo acerca da identidade dos adolescentes entrevistados, e/ou estudados.

Fortaleza, CE, 22 de novembro de 2017.


Alda Maria Holanda Leite
Juíza de Direito

3.ª Vara da Infância e Juventude

ALDA MARIA HOLANDA LETTE
Juíza de Direito
3ª Vara da Infância

ANEXO B- AUTORIZAÇÃO DA STDS PARA ENTRADA NO ABRIGO/ PESQUISA

ENCAMINHAMENTO PARA VISITA

Unidade: abrigo [REDACTED]

Estamos encaminhando o(a) estudante Carmelita Mateus
Do curso de musical da Universidade / Faculdade UFE
Para conhecer os trabalhos dessa Unidade.

Observações: subsídio de musical

As visitas devem ser marcadas com antecedência, respeitando as rotinas de trabalho da Unidade.

Atenciosamente,

Laboratório de Inclusão

Data

[Signature] 23 / 11 / 17

ANEXO C- ESCRITOS DO JOVEM FÁBIO DURANTE GRUPO FOCAL

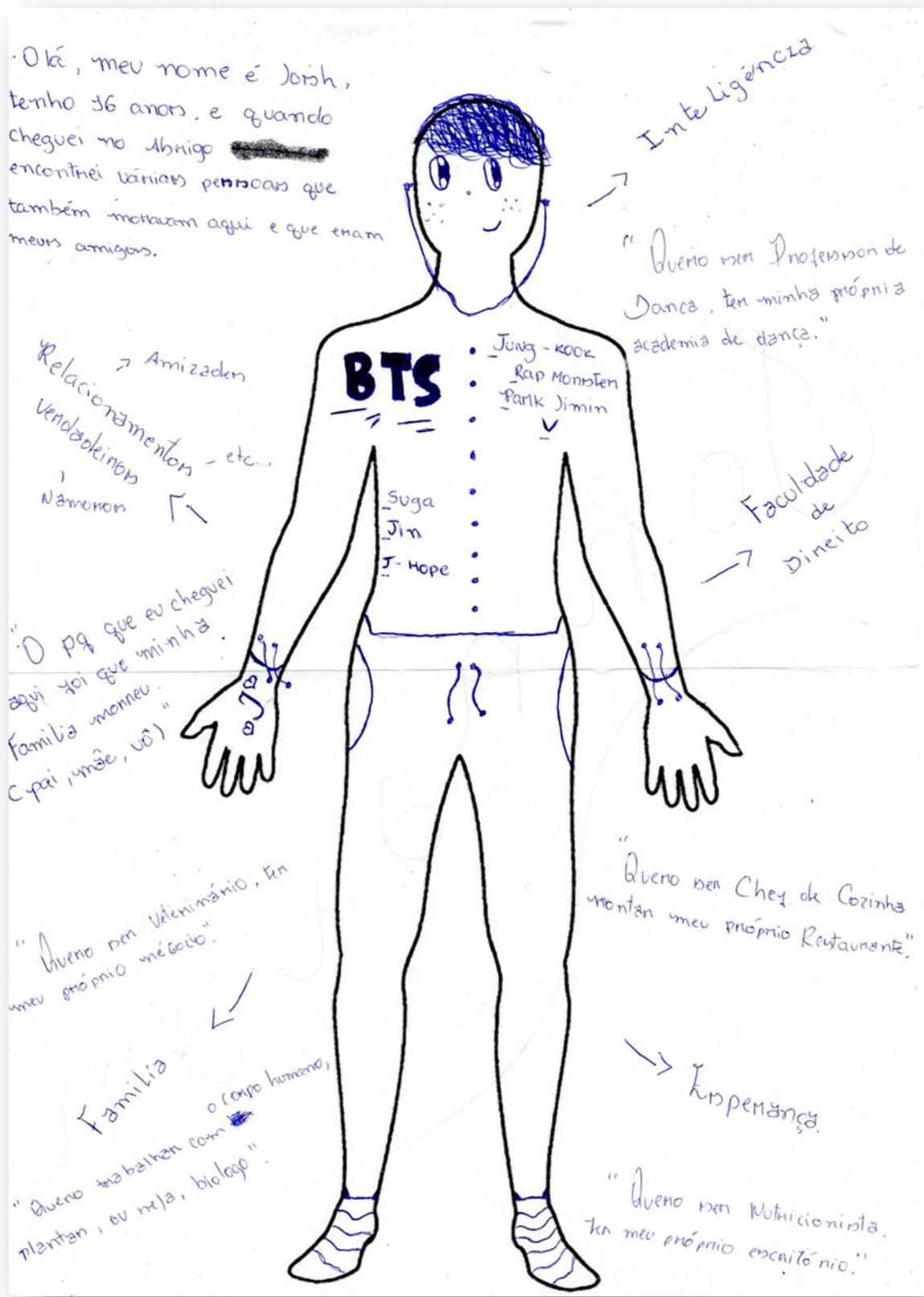
Meu nome é
 mas eu ainda eu ~~se~~ tenho
 que realizar outros sonhos
 é ter minha família
 e ser ~~feliz~~ feliz junto com
 a minha família,
~~eu~~ e também eu
 quero ser ~~educador~~
 educador ~~social~~
 social

nunca desisti
 de lutar para
 conseguir o
 que você
 quer
 de
 Dom
 para
 você

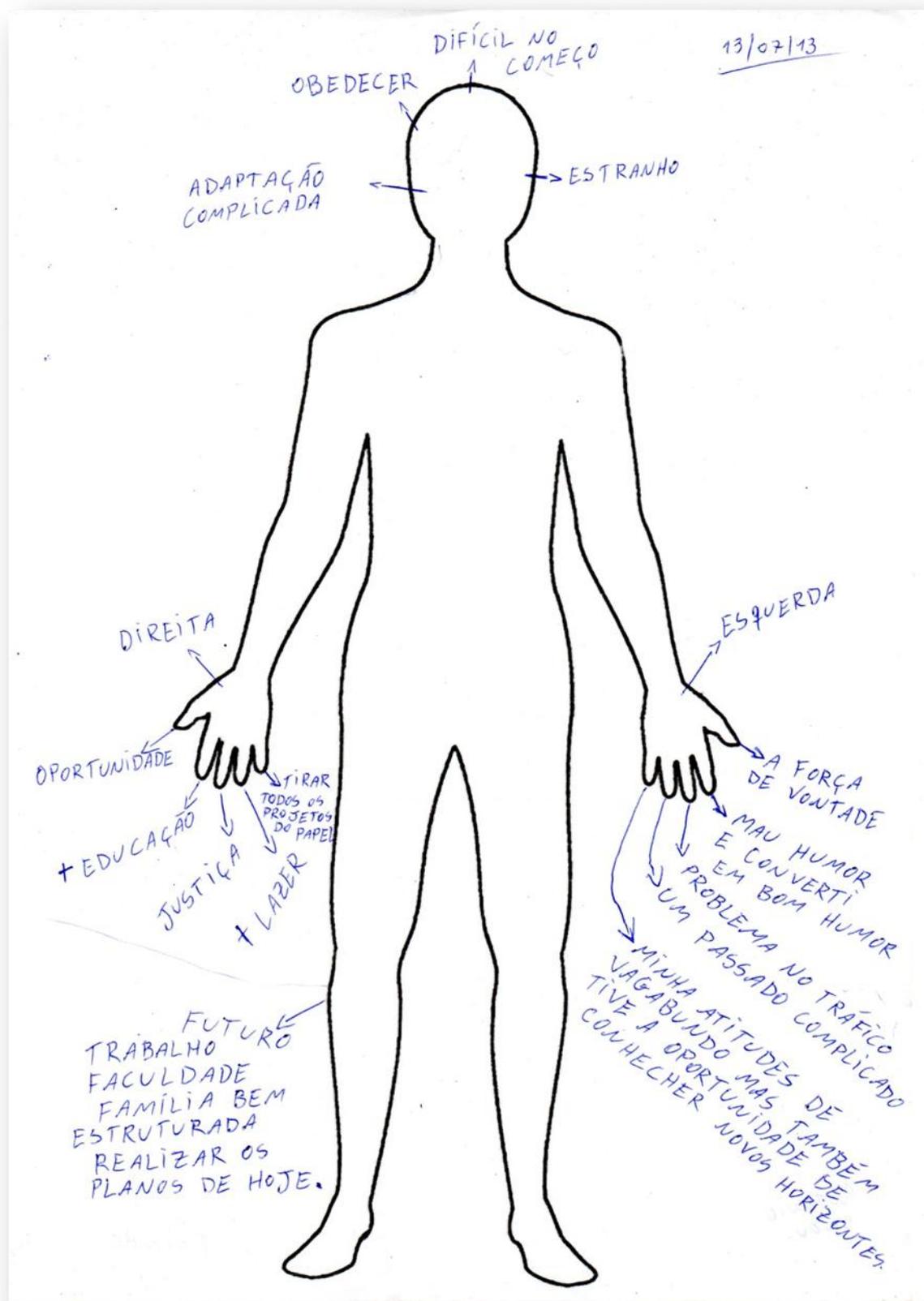
Eu vim para o ~~abrigo~~
 por que eu estava fugindo
 de casa eu não gostava de
 ficar muito dentro de casa
 por que minha família não
 gostava muito de mim
 mas eu não estava nem aí
 e fugir de casa e ficava
 nas ruas e eu gostava
 mais da rua do que
 em minha casa ou
 que dizer da minha
 família por que eu
 mal ficava lá na
~~minha~~ família mais
 eu estava com tanta
 raiva que eu não
 estava ~~com~~ com
 do mais a minha
 família eu não
 estava gostando
 mesmo, e eu
 mim acostumei
 de ficar na rua e eu
 fui gostando ~~de ficar na rua~~
 mais ~~eu~~ em um dia
 veio uma ~~mulher~~ Kontê e mim
 perguntou se eu queria
 morar ~~em~~ em um abrigo
 e eu aceitei e fui para o
 abrigo e eu gostei mais
 foi passando o tempo e eu
 fui ficando mais velho e
 o abrigo mim transferido para
 outro abrigo e também fui
~~eu~~ envelhecendo e fui transferi-
 do e hoje estou no ~~abrigo~~
 eu avançar um trabalho e
 estou muito bem e eu reali-
 zei o meu sonho que era na
 da rua,

Obs: O nome do abrigo foi omitido intencionalmente a fim de preservar a identidade do jovem.

ANEXO D- ESCRITOS DO JOVEM JOSUÉ DURANTE GRUPO FOCAL



ANEXO E- ESCRITOS DO JOVEM RAFAEL DURANTE GRUPO FOCAL



ÃNEXO F- ESCRITOS DO JOVEM PAULO DURANTE GRUPO FOCAL

